

I Labor

THE NEW YORK TIMES

FRIDAY, JANUARY 15, 1982



Sumário

Artigos

- A CONTABILIDADE DA DESAPROPRIAÇÃO: UM EXAME PRELIMINAR SOBRE O CIRCUITO INFERIOR DA EXPANSÃO URBANA DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO PDF
1-15
Carlos Alberto Rizzi
- AS MUTAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E A GEOGRAFIA: O CASO DO GEOMARKETING. PDF
16-39
Amir El Hakim de Paula
- PERSONAL EDUCADOR – UMA NOVA ESTRATÉGIA DO CAPITAL DE “EDUCAÇÃO” PARA O TRABALHO PDF
40-54
Lydia Maria Pinto Brito, Enéas Arrais Neto
- O QUE É SER UM INTELECTUAL PÓS-MODERNO? UMA ESTRATÉGIA DO PÓS-MODERNO DIANTE DO PROJETO EMANCIPATÓRIO MARXIANO DO HOMEM PDF
55-67
Jean Paulo Pereira de Menezes
- A CRISE DO TRABALHO DOCENTE NO SOCIEDADE DO TRABALHO PDF
68-81
Eduardo Donizeti Giroto, Najla Mehanna Mormul
- SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO: O REBAIXAMENTO DA EDUCAÇÃO À SUBMISSÃO DOS IMPERATIVOS DO CAPITAL PDF
82-105
Luciano Accioly Lemos Moreira
- PRÁXIS E FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE: UMA INCURSÃO NO PENSAMENTO LUKACSIANO PDF
106-120
Epitácio Macário

A CONTABILIDADE DA DESAPROPRIAÇÃO: UM EXAME PRELIMINAR SOBRE O CIRCUITO INFERIOR DA EXPANSÃO URBANA DA METRÓPOLE DE SÃO PAULO

EXPROPRIATION OF ACCOUNTING: A PRELIMINARY SURVEY ON THE LOWER CIRCUIT OF THE URBAN EXPANSION OF THE SÃO PAULO METROPOLITAN AREA

Carlos Alberto Rizzi¹

RESUMO

No final da década de 2000, com a iminência da construção de mais um trecho do Rodoanel Mário Covas, seu trecho Norte, viabilizado por recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC para o transporte, a questão dos fundos de consumo, isto é, dos espaços periurbanos da metrópole paulista, ganhou importância para os agentes do capital atuantes no espaço urbano. Em 2007, foram realizadas entrevistas com a Defesa Civil da sub-prefeitura Brasilândia-Freguesia do Ó e com o sub-prefeito de Jacanã-Tremembé. Também foram realizados trabalhos de campo, nesse mesmo ano, em áreas dessas referidas sub-prefeituras e também na região da “Cratera” e “Colônia”, na zona sul de São Paulo, região conhecida como Parelheiros. Esses campos e entrevistas foram realizados com o objetivo de se observar a questão da urbanização periurbana da Metrópole de São Paulo e sua relação com áreas legalmente protegidas. O texto a seguir é composto de informações extraídas dessas fontes secundárias reforçadas por dados oficiais e estruturado a partir de determinados referenciais teóricos da geografia crítica contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Crime Ambiental - Habitação Social – Urbanização - Circuitos da Economia Urbana.

ABSTRACT

In the late 2000s, with the impending construction of a section of the Mario Covas Ring Road, its northern stretch, made possible by funds from the Growth Acceleration Program - PAC for transportation, the issue of funds for consumption, or the peri-urban areas of the metropolis, has gained importance for the active agents of capital in urban space. In 2007, interviews were held with the Civil Defense of the sub-prefecture Brasilândia-Freguesia do Ó and the sub-prefect of Jacanã-Tremembé. Were also conducted field work in the same year, in areas of these referred to sub-prefectures in the region and also the "Cratera" and "Colônia" in the south of São Paulo, a region known as Parelheiros. These fields and interviews were conducted in order to observe the issue of urbanization of the suburban metropolis of Sao Paulo and its relation to legally protected areas. The following consists of information extracted from these secondary sources reinforced by official data and structured based on certain theoretical geography of contemporary criticism.

KEYWORDS: Environmental Crime - Social Housing - Urbanization - Circuits of Urban Economy.

INTRODUÇÃO

No final da década de 2000, com a iminência da construção de mais um trecho do Rodoanel Mári Covas, o trecho Norte, viabilizado por recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC para o transporte, a questão dos fundos de consumo, isto é, dos espaços periurbanos da metrópole paulista, ganhou importância para os agentes do capital atuantes no espaço urbano. O texto a seguir foi composto através de relatos de trabalhadores e moradores dessas regiões, em especial, acerca da questão fundiária desses espaços. Em especial, a crônica desses trabalhadores metropolitanos aportam assuntos como: a liquidez gerada pelo despejo em determinadas áreas; a questão dos materiais de construção para a expansão urbana e; acima de tudo, a incapacidade do poder público em elucidar a

questão estrutural e historicamente construída da habitação social nas grandes cidades brasileiras. Esses relatos correspondem à um importante insumo para o estudo do circuito inferior da economia urbana no âmbito da questão da moradia metropolitana. Muito embora essa análise tenha permanecido de fora do texto final de uma dissertação de mestrado versada em tema correlato, certas posturas ali presentes não teriam sido tomadas sem a realização prévia dessa leitura sobre o espaço urbano da metrópole paulistana. A leitura espacial herdada da formação em geografia no ilustre Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, foi instrumentalizada pelas obras de geógrafos críticos como Milton Santos, Francisco Capuano Scarlato e María Laura Silveira. Com a inserção no Programa de Pós-graduação em geografia do mesmo Departamento, outras leituras posteriores foram agregadas à essa formação. Em especial, as obras críticas de língua anglo-saxã tiveram especial apreço, como por exemplo, os trabalhos de Neil Smith, Mike Davis e David Harvey. Do primeiro conjunto de bibliografia, o conceito-chave utilizado para estruturar o presente trabalho é o conceito de Circuitos da Economia Urbana, desenvolvido por Milton Santos em sua obra chamada “Espaço Dividido. Os Dois Circuitos da Economia Urbana”, o que deu suporte epistemológico ao texto. A postura crítica e metodológica, por sua vez, está mais ligada, não somente aos autores latino-americanos como aos autores anglo-saxões, em especial, Mike Davis e David Harvey. Desses, a contribuição é o estudo do papel das facções de capital atuantes no espaço urbano.

DESENVOLVIMENTO DA TEMÁTICA

O processo de horizontalização da metrópole, vetorizado na conseqüente difusão da moradia popular assentada sobre as condições apresentadas por BONDUKI (1999) somente ganha mais força e celeridade após a segunda metade do século XX. Entre 1940 e 1970, os loteamentos periféricos “sem qualquer cuidado” espalharam a cidade para todas as orientações cardinais (MARTINS, 2003, p.174). Entre 1973 e 1993 a população favelada na cidade cresceu de 1,2% para 19,8% “no ritmo explosivo de 16,4% ao ano” (DAVIS, 2006, p.27).

O resultado disto é que, no final do século XX, esse padrão de ocupação periférica se intensificou, especialmente, por conta da favelização e dos loteamentos irregulares, produzidos, quase sempre, sobre terrenos frágeis (GROSTEIN & SOUSA, s/d, p.2). Entre 1986 e 2001, no entorno-sul do Parque Estadual da Cantareira os lugares com remanescentes de floresta passaram a ser urbanizados mais rapidamente (GROSTEIN & SOUSA, s/d, p.7), especialmente nos distritos de Jaraguá e Brasilândia, à oeste, e os distritos de Jacanã e Tremembé, à leste (GROSTEIN & SOUSA, s/d, p.8). A geografia de muitos desses loteamentos se assemelha, mais ou menos, aos processos apresentados por BONDUKI (1999) e por MARTINS (2003). Na escala planetária, também encontram lugar-comum nos exemplos apresentados no brilhante estudo de Mike Davis, chamado Planeta Favela, publicado no Brasil em 2006. No final da década de 2000, com a iminência da construção de mais um trecho do Rodoanel Mário Covas, o trecho Norte, viabilizado por recursos provenientes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC para o transporte, a questão dos fundos de consumo, isto é, dos espaços periurbanos da metrópole paulista, ganhou importância para os agentes do capital atuantes no espaço urbano. É nesse contexto em que se inserem o conjunto de informações e dados a seguir apresentados. Em 2007, foram realizadas entrevistas com a Defesa Civil da sub-prefeitura Brasilândia-Freguesia do Ó e com o sub-prefeito de Jacanã-Tremembé. Também foram realizados trabalhos de campo, nesse mesmo ano, em áreas dessas referidas sub-prefeituras e também na região da “Cratera” e “Colônia”, na zona sul de São Paulo, região conhecida como Parelheiros. Esses campos e entrevistas foram realizados com o objetivo de se observar a relação entre a urbanização periurbana e áreas legalmente protegidas da Região Metropolitana de São Paulo. A análise das informações extraídas concluiu haver a necessidade de se abordar a questão da expansão urbana (motor da problemática-alvo) a partir da noção dos circuitos da economia urbana. Através das entrevistas foi entendido que determinadas ações do poder público municipal desempenham um importante papel na *reprodução ampliada* da expansão urbana. Quando uma área é desapropriada, as famílias dali removidas recebem, de um modo geral, três

tipos de compensações não-oficiais: R\$ 5.000,00 reais em passagens de ônibus para voltarem para suas terras de origem; R\$ 8.000,00 para darem entrada num novo imóvel, ambos conhecidos como “cheque-despejo” e; R\$ 300,00 reais de bolsa-aluguel para permanecerem em algum lugar à espera de um apartamento pelo sistema do CDHU.

Quadro 1 - Contabilidade da Desapropriação	
Opções oficiais	R\$ Finalidade
1ª - Em passagens de ônibus ou cheque-despejo	5.000,00 Para retornar à sua terra de origem
2ª - Em reais	8.000,00 Para dar entrada em novo imóvel
3ª - Bolsa-Aluguel	300,00 Alugar algo enquanto espera moradia pelo CDHU
Opções extra-oficiais	R\$ Finalidade
1ª - Um carro usado	1.500,00 Fusca, Brasília, Fiat 147 etc. (pau velho)
2ª - Um barraco novo	500,00 Em lugares muito similares ao que fora expulso.
3ª - Casas Bahia e Mercadinhos	3.000,00 O restante é destinado para compra de móveis usados, alimentação e outros.

Obs.: Valores financiados pela Prefeitura de São Paulo.

Fonte: Visitas técnicas e de campo realizadas nos dias 22 e 23 de agosto de 2007.

Como todas essas formas de compensação não-oficiais estão muito abaixo dos valores mínimos exigidos para a inserção no mercado formal da moradia metropolitana, a alternativa encontrada pelas famílias removidas é a reinserção no sistema da urbanização periurbana precária. Essa reinserção é financiada, justamente, através da injeção dos recursos de um desses três tipos de compensação não-oficial. Essa reinserção é realizada, seja através da compra de outro barraco, seja para a compra de materiais de construção para a construção de um novo barraco, seja para a compra de móveis usados necessários para a mobiliar a nova moradia.

Os entrevistados, tanto na zona sul quanto na zona norte do Município de São Paulo, quando perguntados sobre as possíveis práticas de distorção desse sistema, foram enfáticos em afirmar que: com R\$ 5.000,00 reais, facilmente se compra um carro velho que custa em média R\$ 1.500,00 reais; um novo barraco custa perto de R\$ 500,00 em lugares similares ao que até então residia o desapropriado; o restante do dinheiro é destinado à compra

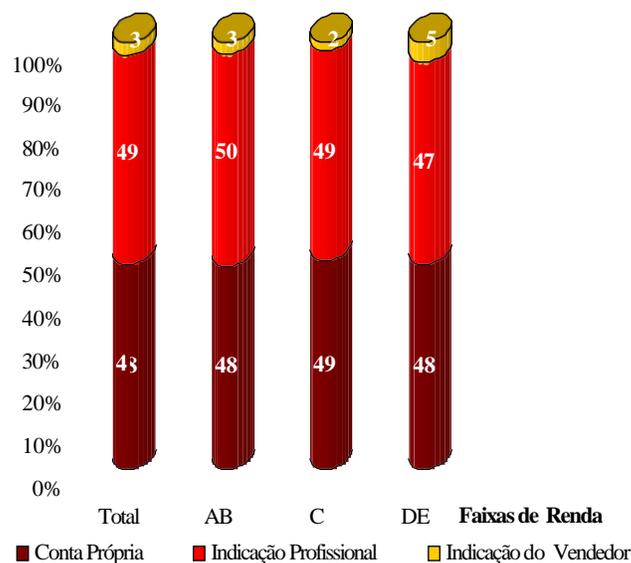
de móveis usados de moradores de áreas consolidadas próximas que procuram sempre um meio de se desfazer deles (ver quadro 1). Essa reprodução da urbanização precária e irregular é uma das muitas facetas daquilo que é conhecido como *circuito inferior* da economia urbana: uma economia marginal; de pequenas quantidades; caracterizada pela extrema liquidez das trocas e das mercadorias; onde *o consumo e o labor* são as únicas mercadorias do trabalhador (SANTOS, 2004, p.47).

Tais práticas de distorção são conhecidas pelos administradores e as práticas de controle dessas ações foram, igualmente, coletadas durante as entrevistas. Para impedir a reincidência das famílias removidas há um cadastro onde as pessoas das áreas de riscos são registradas. Para a reprodução da urbanização irregular, essas famílias removidas necessitavam comprar, novamente, materiais de construção civil, como por exemplo, cimento, tijolos, telhas, madeiramento, etc. Os administradores dessas regiões desenvolveram um inusitado tipo de monitoramento para congelar tais vendas. Foi criado um cadastro para os donos de lojas de construção-alvo dos desabrigados. A eficiência dessa ação reside no *cruzamento de dados* entre os dois cadastros: quando um invasor fichado acionar alguma loja de material de construção cadastrada poderá ser identificado e enquadrado como criminoso ambiental reincidente e ter uma pena de 1 a 5 anos de reclusão (VITALLI, 2007, p.21).

Além dessa estratégia de repressão, a escalada da criminalização à essa faceta da urbanização periurbana, teve novos episódios, com a criação da Delegacia de Crimes Ambientais, da Inspeção da Guarda Ambiental e da formação da Defesa das Águas, órgãos responsáveis pela vigilância, congelamento de áreas, mapeamento e remoção de favelas (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 14/07/2007). Para uma maior eficácia, a Prefeitura de São Paulo chegou a investir em tecnologia de informação geoespacial, com o uso de imagens de satélite para o monitoramento da progressão da urbanização periurbana (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 24/03/2008) contra essa nova forma de banditismo urbano.

Nova não tanto. É uma vocação de longa data da política paulistana de criminalizar a questão da moradia através do viés da natureza. A junção das questões da moradia e da saúde pública naquilo que hoje se chama de crime ambiental é uma constante nessa cidade. Se observarmos que, ali, as primeiras crises habitacionais, já no final do século XIX, foram enfrentadas pela prefeitura de São Paulo através da providencial questão sanitária, servida mais como instrumento de repressão contra o comunismo e anarquismo operários, nos antigos cortiços de imigrantes, veremos que, essa nova etapa de criminalização da habitação social, assentada sobre a dramática questão da habitação social, historicamente nunca resolvida pela burguesia paulistana, algo muito bem esclarecido por BONDUKI (1999) em seu já clássico *Origens da Habitação Social no Brasil*, está baseada, mais uma vez, na inclusão do trabalhador metropolitano no roll dos criminosos, desta vez, na versão do criminoso ambiental.

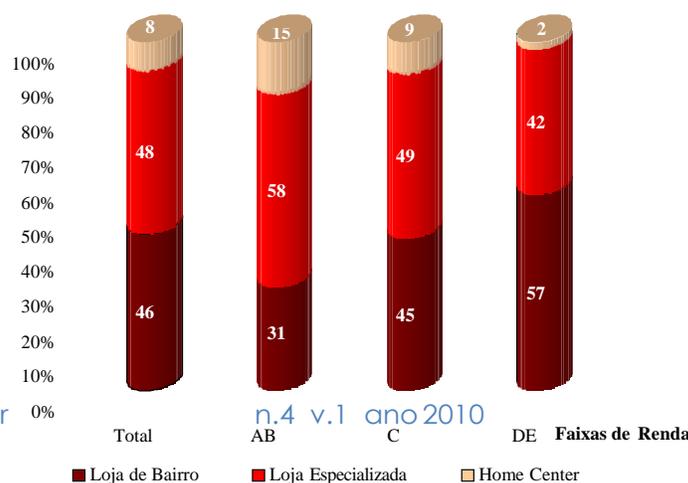
Numa situação pitoresca, a sub-prefeitura de Parelheiros-Capela do Socorro, para a região da “Cratera”, proibiu a venda de materiais de construção, em especial, tijolos. Já nas áreas desocupadas na sub-prefeitura de Brasilândia, a Defesa Civil instalou hortas comunitárias. Nesse último, o lugar é fechado com cerca e muro de contenção para evitar *roubos e deslizamentos*. Ambas as ações são localizadas, basicamente, “em terra urbana de baixo valor em geral em lugares de risco ou extremamente marginais, como planícies sujeitas a enchentes, encostas, pântanos ou antigas instalações industriais poluídas” (DAVIS, 2006, p.49), ou seja, em lugares não interessantes para o mercado imobiliário, mas que precisam da presença estatal.



Fonte: Apresentação “Estudo Especial – Material de Construção”.

Daí uma questão urge: quanto custa para se morar nessas franjas de urbanização? Um interessante estudo chamado “Estudo da Construção”, realizado pela Latin Panel Brasil e com material disponível no site da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção – ABRAMACO apresenta dados que corroboram a força da auto-construção. Segundo os dados apresentados, 48% dos consumidores entrevistados realizam as compras de materiais por conta própria. Apenas 1% menor e de diferença em relação à opção mais lembrada: indicação profissional. As entrevistas ocorreram nas grandes regiões metropolitanas do Brasil. Foram ao todo, 44 milhões de famílias entrevistadas, ou 81% da população domiciliar pelo IBGE. A pesquisa apresentou a informação que, sobre a habitação, a Classe C em 2006, gastou 11,9% e em 2007, 13,3%, do gasto familiar total. Outra perspectiva apresentada pela pesquisa demonstra que o modo como se realiza a compra de construção é similar em todas as classes (Gráfico 1).

Gráfico 2 - Local de compra de materiais de construção



Fonte: Apresentação “Estudo Especial – Material de Construção”.

O modo como se compra, segundo a própria pesquisa, vai se realizar com muita frequência nas chamadas *lojas de bairro* (Gráfico 2). A casa própria, esse elemento tão imprescindível à reprodução da vida do trabalhador torna-se, ao mesmo tempo, um subterfúgio às estratégias do capital e um vantajoso aparelho transformista (no strictu sensu gramsciano), pois, dissemina o “gosto” de setor popular engajado “ao princípio da propriedade privada, além de promover a ética de um ‘individualismo possessivo’ bem como a fragmentação dessa classe em ‘classes de habitação’ constituídas de inquilinos e proprietários” (HARVEY, 1982, p.13).

Nas classes mais baixas (C, D e E) isto será muito mais verdade (Gráfico 1). Nessas camadas, a auto-construção irá se realizar por meio de uma lógica espacial, passível até de ser localizável. Mas, ainda resta a questão sobre o que exatamente se compra e com que liquidez se compra. Para se levantar tal informação, foi consultada, tanto em campo quanto em fontes secundárias, o modo e o custo real dos materiais para a construção. O acesso à casa própria, quando é feito, se realiza apenas mediado pelo microcrédito, fato que explicita não a chegada emancipadora do trabalhador à casa própria e sim, “a penetração de capital-dinheiro numa posição de controle, dentro do fundo de consumo” (HARVEY, 1982, p.13). O superindivíduo é caso claro e, “Em troca, o trabalhador pode lentamente estabelecer alguma equidade com relação à propriedade.” (HARVEY, 1982, p.13).

Este endividamento espacial no mercado habitacional é estratégico, pois este “é de longe, em termos quantitativos, o mercado mais importante de qualquer elemento individual do ambiente construído”. O artifício transformista, ganha a atenção do capital industrial, ou seja, do empregador do trabalho, à medida que pode trazer para “seu lado”, frações da classe trabalhadora, capaz mesmo de fazê-las comprometerem-se à defesa “do princípio da propriedade privada e [...] a se apropriar de valores às custas de outra frações da classe trabalhadora” (HARVEY, 1982, p.14).

A reveladora entrevista realizada no dia 23 de agosto de 2007 na sub-prefeitura Brasilândia-Freguesia do Ó com o funcionário da Defesa Civil da sub-prefeitura o senhor Lacerda, apresentou importantes assertivas sobre a condição e dinamismo dessa auto-construção. O perigo das chuvas e da pressão para a retirada da população invasora condiciona, pois, um grande rodízio de construção/reconstrução das moradias precárias.

O uso do dinheiro público para sua *reprodução ampliada* na urbanização periurbana indica sua mais fina caracterização, pois, “o circuito inferior é um fenômeno econômico mais amplo, não delimitado geograficamente, e que representa a condição de dependência de todo um sistema econômico” (SANTOS, 2004, p.69-70). Ora, esta contabilidade da desapropriação está muito abaixo do padrão oficial de moradia simples, pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI. Nesta pesquisa, o custo de uma “cesta básica” para materiais de construção é orçado em torno do mediano preço de R\$ 766,00 o metro quadrado. Este valor, custo unitário, gerado através do sítio da Caixa quer representar um residencial popular, com um pavimento, embrião tipo “A”, unifamiliar e Econômica Federal, composta de sala, cozinha e banheiro – sem quarto. A descrição termina com a caracterização de Padrão Baixo (SINAPI, 10/10/08). Além disso, os índices e custos da construção mais altos do Brasil estão no Sudeste e em especial, em São Paulo. Segundo mesma fonte de informações, o Índice Base SINAPI varia muito seja para o Sudeste com R\$ 701,42, seja para o São Paulo R\$ 732,02 (SINAPI, 10/10/08).

Como a tabela 3 apresenta, a renda média oficial está abaixo desse custo formal. São nada desprezíveis 3.250 domicílios somados nestas três localidades, onde pelo menos, a injeção de capitais marginais se faz, com pequena margem de erro, nas práticas de distorção do sistema oficial de desapropriação. A HABISP não disponibiliza o total efetivo de pessoas que moram nestes domicílios.

]

Tabela 3 - Favelas visitadas em trabalho de campo no distrito de Brasília			
Nome principal	Jardim Damasceno	Morro do Piolho	Recanto Das Estrelas
Nome secundário	Hugo Italo Merigo	Jardim Vista Alegre	Jardim Brasília
Ano de ocupação	1991	1977	1988
Área total	65509,906	14028,641	39033,698
Total de domicílios	2000	300	950
Renda média	394,2	715,98	360,79
Propriedade	Municipal/		
	Particular	Municipal	Municipal
Regularização Fundiária	Irregular	Irregular	Irregular
Índice Vulnerabilidade	0,86	0,97	0,84
Urbanizável	Urbanizável	Urbanizável	Urbanizável

Fonte: Secretaria de Habitação Social - HABISP

Disponível em: <http://www.habisp.inf.br/>

Data de acesso: 14/05/2009

Esse exemplo é um poderoso indicador da presença dos circuitos da economia para a questão da terra urbana. Milton Santos descreve que do seguinte modo os dois circuitos econômicos: no circuito superior, afirma, estão presentes os “bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores”; já no circuito inferior, as “formas de fabricação não –‘capital intensivo’, [...] serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e [...] comércio não-moderno e de pequena dimensão” (SANTOS, 2004, p.40) e caracterizam tal circuito, não como algo independente do circuito superior e sim, como, ao mesmo tempo, seu sub-produto sua *válvula de escape* para as contradições estruturais não resolvidas pela burguesia, como por exemplo, a questão histórica da moradia metropolitana. As estratégias para a realização do consumo nos circuitos serão distintas. No circuito superior, onde a alta tecnologia, “capital intensivo” e “grandes volumes de mercadorias” são determinantes, os créditos bancários e burocrático são recorrentes. No circuito inferior, onde o trabalho é intensivo (pedreiros, carpinteiros, artesãos, trabalhadores do comércio e serviço informal etc), localmente adaptado e caracterizado por pequenas quantidades, o crédito (fiado, agiotas, caixa-dois etc) e o dinheiro líquido (ver quadro 1) são imprescindíveis (SANTOS, 2004, p.44-45). Têm-se aqui demonstrado tais assertivas com o exemplo da chamada Contabilidade da Desapropriação, uma

forma marginal de circuito inferior da economia para a questão da urbanização periurbana paulistana.

O valor de R\$ 500,00 por um barraco demonstra a existência de uma economia logo abaixo dos custos oficiais. Segundo o entrevistado, o empresário grileiro é o principal agente na urbanização irregular: ele organiza um grupo para invadir determinadas áreas. Após a entrada do grupo e consolidação da área – após se resistir à pressão da Defesa Civil e da polícia ambiental - ele próprio vende o lote. Objetiva-se assim produzir mais espaço urbano, mais investimento e um potencial recolhimento de impostos, uma vez que aí se trata da conversão, por exemplo, do solo rural de onde se recolhe o Imposto Territorial Rural – ITR pelo solo urbano de onde provém o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU. Essa economia da auto-construção se realiza através de valores módicos, valores estes alimentados pela iniciativa pública e pelo árduo trabalho dos pobres urbanos, como as entrevistas.

Tabela 4 - Questão Fundiária das favelas da Sub-prefeitura Jaçanã-Tremembé			
Regularização			
	Irregular	Em Processo Prefeitura	Prefeitura e Cartório
Municipal	4		4
Municipal Particular	1		1
Municipal/Estatal			
Municipal/Federal			
Estadual			
Particular/Municipal	2		2
Particular/Estatal			
Particular/Federal			
Particular	1		1
Decreto Interesse Social (2 áreas)		1	1
Sem Informação	2		2
Total de favelas	10	1	11

Fonte: Secretaria de Habitação Social - HABISP

Disponível em: <http://www.habisp.inf.br/>

Data de acesso: 14/05/2009

Em entrevista realizada em 22 de agosto de 2007 com o sub-prefeito e equipe, afirmam que essa região possui 64km². Sobre a urbanização de baixo padrão, hoje, na sub-prefeitura, têm-se a iniciativa de congelar novas ocupações. A situação é apresentada como drástica porque, segundo mesma

fonte, a urbanização no distrito Jaçanã-Tremembé, cresce 12% ao ano, ao passo que na RMSP a mesma variável cresce apenas 0,8%. Segundo a equipe do sub-prefeito, a ocupação irregular ocorre por conta de parcelamento irregulares de grileiros (empresários) que vendem irregularmente as terras ocupadas. Para eles, num sentido irônico, “Tremembé é reduto de arquitetos e Jaçanã é reduto de empreendedores”. Ambas as metáforas são na realidade, estratégias de loteamento, a base da irregularidade das áreas favelizadas e da chamada cidade legal. Em seu interior, é "A locação, na verdade [...] uma relação social fundamental e divisava na vida favelada no mundo todo" (DAVIS, 2006, p.52).

Segundo dados da Secretaria da Habitação Social – HABISP, da totalidade dos loteamentos irregulares no município de São Paulo (1152), 236 destes estão localizados na Zona Norte, totalizando 45.364 lotes. Na sub-prefeitura Jaçanã-Tremembé constam 69 loteamentos irregulares com 12.488 lotes registrados. Nenhum destes, segundo os dados observados, está localizado em área de proteção de mananciais, contudo, 57 loteamentos irregulares estão caracterizados com Vulnerabilidade Média e 15 loteamentos com Vulnerabilidade Muito Alta. Destes, 21 loteamentos foram encontrados em fundo de vale, sujeitos, portanto, à inundações. É mais do que dever da sub-prefeitura auxiliar esta população quando há enchente. Situação totalmente díspare é a encontrada na Zona Sul. Lá, a análise dos dados deixa claro que, da totalidade dos loteamentos do município de São Paulo (1152), 278 estão total ou parcialmente localizados em áreas de proteção de mananciais, todos na Zona Sul do município. O mesmo não ocorre na Zona Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Circuitos da Economia Urbana são uma realidade das grandes cidades latino-americanas e são responsáveis pelas suas principais dinâmicas espaciais. Em especial, o artigo tratou de uma ínfima faceta do circuito inferior: as práticas de distorção e repressão adotadas por conta da retroalimentação da reprodução ampliada da urbanização precária e irregular, induzida pela

ação errática do poder público municipal sobre a questão da moradia metropolitana. O trabalhador pobre metropolitano, em sua luta diária contra a exploração secundária assentada sobre a moradia, acaba se tornando a figura central desse conjunto aqui denominado Contabilidade da Desapropriação, que é, na verdade, é um sub-produto do conjunto mais amplo dos circuitos da economia urbana das grandes cidades latino-americanas. O presente artigo teve por objetivo, tentar deixar o mais claro possível, o diálogo entre as informações coletadas nas entrevistas e a bibliografia adotada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMACO - Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção. *Estudo Especial: Material de Construção*. Apresentação baseada em dados levantados pela pesquisa “Estudo de Construção – LatinPanel, Holistic View 2007 – Brasil”. Disponível em: <<http://www.anamaco.com.br/videos.php>>. Acesso em: 13 out. 2008.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria*. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1999, 343p.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Tradução Beatriz Medina, São Paulo: Boitempo Editorial. 2006, 272p.

HABISP – Secretaria de Habitação Social. *Disponíveis em dados vetoriais: Loteamentos Irregulares, Favelas, Processos de Regularização Fundiária, entre outros assuntos*. Disponível em: <<http://www.habisp.inf.br/>>. Acesso em: 14 maio 2009.

HARVEY, David. O trabalho, o capital, e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. Tradução Flávio Villaça. In: *Espaço e Debates*, São Paulo, n. 6, 1982, p.6-35.

MARTINS, Maria Lúcia Refinetti. São Paulo: Além do Plano Diretor. In: Dossiê São Paulo I. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 47, jan/abr. 2003, p.167-186.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. *Prefeitura leva Operação Defesa das Águas à região da Cantareira (14/07/2007)*. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=17180>. Acesso em: 21dez. 2009.

_____. *Prefeitura usará imagens de satélite para monitorar áreas verdes (24/03/2008)*. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=2235022350>. Acesso em: 21 dez. 2009.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Coleção Milton Santos 4. São Paulo: Edusp, 2004. 431p.

SILVA, Lucia Sousa; GROSTEIN, Maria Dora. *A ocupação ao sul do Parque Estadual da Serra da Cantareira: um estudo empírico*. s/d, 20p.

SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil. *Pesquisas interativas: Cesta Básica de Materiais, Casa-Embrião*, entre outras. Disponível em: <<https://webp.caixa.gov.br/casa/sinapi/interno.asp>>. Acesso em: 10 out. 2008.

VITALLI, Patrícia de Luca. *Análise dos aspectos jurídicos correlatos à Zona de Amortecimento de Unidades de Conservação: Estudo de Caso da Estação Ecológica de Assis (SP)*. UFSCar: São Paulo, 2007, 148p.

ⁱ Mestrando em Geografia Urbana do Programa de Pós-graduação da Universidade de São Paulo (FFLCH-DG-USP). Graduado em Geografia pelo Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

AS MUTAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO E A GEOGRAFIA: O CASO DO GEOMARKETING.

THE CHANGE IN THE WORLD OF WORK AND GEOGRAPHY: THE CASE OF GEOMARKETING.

Amir El Hakim de Paula¹

RESUMO

O artigo procura discutir como as mudanças no mundo do trabalho repercutem nas ciências humanas, em especial na Geografia. Para tal êxito desenvolvemos uma análise mais aprofundada sobre a emergência do trabalho imaterial e do Geomarketing. Ao realizarmos isso, procuramos demonstrar de que forma alguns atributos geográficos foram incorporados nesse novo mundo do trabalho, muito embora a ciência geográfica ainda mantivesse uma análise crítica a essas transformações. Entender esse processo possibilita-nos desvelar que, muito embora as ciências humanas estivessem quase que totalmente alijadas dessas inovações, a Geografia, principalmente em seu ramo técnico (Cartografia) agregou a si novos conhecimentos e mesmo que discutivelmente, conseguiu um espaço nessa moderna configuração do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho – Geografia – Geomarketing - Tecnologia

ABSTRACT

The article seeks to argue as the changes in the world of the work reverberate in sciences human, in special in Geography. For such success we develop a more deepened analysis on the emergency of incorporeal work and the Geomarketing. When carrying through this, we seek demonstrate as some geographic attributes had been incorporated in this new world of the work, although the geographic science have kept a critical analysis to these transformations. Understanding this

process makes possible us see that although sciences human had almost that total unloaded of these innovations, Geography, mainly in its branch technician (Cartography) added itself new knowledge and same that arguably, a space in this modern configuration of the work obtained.

KEYWORDS: Work – Geograph – Geomarketing - Technology

INTRODUÇÃO

Nos últimos trinta anos surgiram grandes mudanças no mundo do Trabalho, como também novas metodologias que discutem o por que dessas transformações.

O modelo de produção dominante até a década de 1970 (taylorista/fordista) começa a receber severas críticas devido, principalmente, a sua baixa capacidade de acumulação de capital, bem como ainda mantêm o trabalhador numa esfera ocupacional largamente baseada em movimentos mecanizados.

Dentro dessa dinâmica inicia-se um processo de transformação do modelo taylorista-fordista, que resulta no surgimento de uma nova ideologia administrativa, o chamado toyotismo (ohnismo), pós-fordismo ou mesmo acumulação flexível, que se caracteriza, entre outras coisas, por uma enorme informatização da economia com reflexos intensos no mundo do trabalho.

A aplicação desse novo modelo administrativo ocasionou grandes discussões nas ciências sociais sobre as novas condições dos trabalhadores. Analisando sob um prisma mais crítico, Alves (2000), afirma que o toyotismo é uma ofensiva do capital na produção, procurando debilitar a solidariedade de classe e ocasionando “ a precarização da classe dos trabalhadores assalariados, que atinge não apenas no sentido objetivo, a sua condição de emprego e salário, mas no sentido subjetivo, a sua consciência de classe.” (ALVES, 2000, p.29).

Já para Castells (1999), essas mudanças seriam benéficas em longo prazo para a classe trabalhadora, pois “o que tende a desaparecer (...) são as

tarefas rotineiras, repetitivas que podem ser precodificadas e programadas para que as máquinas as executem. É a linha de montagem taylorista que se torna uma relíquia histórica.” (CASTELLS, 1999, p.264).

Para nós, as duas avaliações engrandecem a discussão, e embora divergentes em vários momentos, se complementam. A primeira dotada de uma posição classista analisa as transformações sob um prisma no qual predomina o conceito de luta de classes, que entende o mundo sendo sempre um palco de conflitos entre os ‘donos do capital’, que na sua volúpia por mais lucros exploram cada vez mais a ‘classe trabalhadora’. Na segunda, as mudanças que o toyotismo traz não se configuram apenas como um processo de precarização do trabalho, mas possibilitam o surgimento de um trabalhador mais capacitado, polivalente, pois as “ tecnologias da informação exigem maior liberdade para [que] trabalhadores mais esclarecidos atinjam o pleno potencial da produtividade prometida.” (CASTELLS, 1999, p.263).

Assim Alves (2000), se mostra extremamente pessimista quanto às condições gerais da nova organização do trabalho e dos trabalhadores e tem como escopo principal, os trabalhadores menos capacitados. Enquanto Castells (1999) entende que de alguma forma essas mudanças prenunciam a chegada de um ‘admirável mundo novo’, visto que o fim (?) das tarefas rotinizadas propiciarão um trabalhador cada vez mais de decisão e não apenas executor de funções.

Nesse sentido as duas têm pontos fortes a favor, pois apontam com propriedade essas transformações. Pode-se criticar os dois estudos, pela análise parcelar, já que um analisa prioritariamente o operário do “chão da fábrica”, enquanto o outro se preocupa mais com os trabalhadores do setor de serviços.

Afora as discussões sobre a materialidade do trabalhador de fins do século XX, temos outras que demonstram as mudanças econômicas surgidas dessas transformações, denotando que saímos de uma economia baseada na industrialização, para neste século, entrarmos num paradigma que segundo Negri (2001), chama-se ‘pós-modernização econômica’, dominada pelos serviços e pela informação, ou simplesmente ‘economia informacional’.²

É dentro dessa mudança de paradigma, que se encaixa a teorização do trabalho imaterial, já que a transição para uma economia informacional envolve, necessariamente, uma mudança na qualidade e natureza do trabalho. Assim, para Negri (2001), com a emergência do trabalho imaterial, “ a informação e a comunicação desempenham um papel fundamental nos processos de produção. ” (NEGRI, 2001, p.310).

Tão fundamental, que é nessa esfera (diríamos comunicacional) que segundo esse autor se cria a mais-valia. Diz:

Na sociedade produtiva pós-fordista (mas também neste caso, pós-taylorista) a natureza do trabalho transformou-se completamente. A força de trabalho que criando mais-valia, hoje se coloca hegemonicamente, no centro do sistema produtivo, já é essencialmente imaterial: vale dizer, trabalho de modo intelectual com empreendimento autônomo e com fortes e independentes capacidades de cooperação³. E completa: “ Por conseguinte, o lugar onde se produz o excedente de produtividade já não é a fábrica, nem o sistema da grande indústria, mas o conjunto de ‘redes sociais’ por meio das quais essa massa de trabalhadores imateriais aprende, coloca-se em contato, comunica, inventa, produz mercadorias e faz tudo isso reproduzindo subjetividades. (NEGRI, 2001, p.310).

É como se a mais-valia não fosse mais gerada na fábrica, mas por todos aqueles que participam dessas ‘redes sociais’, como a escola, a ciência, os sistemas de comunicação e informação, etc.

Contrários, a essas formulações encontramos Antunes (2000), afirmando que:

[...] em vez da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição de produção de valores pela esfera comunicacional da substituição da produção pela informação, o que se pode presenciar no mundo contemporâneo é uma maior inter-relação, uma maior interpenetração entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e de serviços, entre as atividades laborativas e as atividades de concepção que se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital.⁴

Na verdade, com a entrada de novas tecnologias no mundo do trabalho que possibilitaram a sua informatização, a discussão sobre aonde é gerada a mais-valia, para alguns autores merecem uma revisão, já que a idéia central de que esse “ganho” o capitalista retira do operário no processo de produção material já não pode ser levado muito em consideração, pois grande parte das indústrias já sofreu ou sofre um processo de robotização, ocasionando a demissão de parte dos trabalhadores, sendo que em longo prazo, o ofício destes trabalhadores poderia acabar ou estes ficarem como gerenciador dessas máquinas.⁵

Como percebemos, essas discussões são instigantes e demonstram a possibilidade de grandes inovações metodológicas. Essa introdução serve-nos como roteiro de nosso estudo que terá como ponto máximo um parecer sobre a emergência do trabalho imaterial nas ciências sociais, mais especificamente na geografia, a chamada geografia de mercado ou geomarketing.

Para isso, analisaremos as mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho, enfocando como esse trabalhador foi se constituindo desde a Revolução Industrial, bem como o significado do surgimento de modelos de reestruturação produtiva, que tanto o transformaram subjetivamente como materialmente.

MUDANÇAS NAS FORMAS DE SER DO TRABALHO E DO TRABALHADOR.

Para o homem o trabalho sempre teve um papel primordial em sua vida. É a partir dele que o homem percebe-se como sujeito social. Obviamente, o trabalho não é exclusividade humana, mas diferentemente de qualquer outro animal, antes mesmo de concretizar algo, o homem o projeta em sua mente, percebendo então a sua capacidade de abstração e a sua possibilidade de dominar e transformar a natureza.

Como diz Antunes (1995),

através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho: ele atua sobre a natureza, desenvolve as potências nelas ocultas e subordina as

forças da natureza ao seu próprio poder. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformadas em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. O homem que trabalha utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas, a fim de fazê-las atuar como meio para poder exercer seu poder sobre outras coisas, de acordo com sua finalidade. (ANTUNES, 1995,p.123).

Dominando a natureza e a transformando (diríamos em muitos casos a destruindo!), ao homem foi possibilitado a sua expansão por todo o planeta, independente das condições climato-botânicas, geológicas, etc, que ele encontrava, já que pelo trabalho ele conseguia se adequar ao meio-ambiente e em certa medida adequar o meio-ambiente á si.

Em que pese ser fruto da natureza, como qualquer outro animal, aos poucos o homem (principalmente o ocidental), cada vez menos se julga um ser natural, fato que chega ao seu limite quando da emergência do modo de produção capitalista, quando entre o homem e a natureza se coloca a noção de valor.⁶

Como diz Moreira(2000): “O fato é que o surgimento da mediação do capital faz da relação ambiental uma relação técnica do trabalho, capitalizando-a. De imediato, o nascimento do valor separa homem e natureza.” (MOREIRA, 2000, pp.54-55).

Assim, antes de se ter o valor entre o homem e a natureza, havia uma identificação próxima, o homem se identificava com um ser natural. Com a Revolução Industrial e a incessante necessidade de produção de mercadorias, a natureza cada vez mais é vista como algo alheio ao homem, por isso passível de pilhagem, na tentativa de se obter mais lucros.

Antes do advento da Revolução Industrial, trabalho, natureza e sociedade interagem numa relação de identidade. As fases do trabalho são momentos de festas e tomadas como calendário de vida e de tempo-espaço da sociedade como um todo. Uma sincronia que aos poucos vai se perdendo, conforme o avanço das técnicas surgidas com a Revolução Industrial e a busca incessante por mais lucros. É daí então que certo utilitarismo predomina nessa

relação e relacionar-se com a natureza passa a ser a sua conversão em mercadorias pelo trabalho.

A Revolução Industrial além de trazer modificações na relação homem-natureza, trouxe também modificações nas relações entre os homens. Já que a natureza passa a ser vista como um grande e inesgotável arsenal de recursos (e lucros!), têm-se cada vez mais a necessidade de transformar as relações entre os homens, para que se possa extrair e utilizar-se desses recursos em um uso mínimo do tempo.⁷ Assim, “de imediato o nascimento do valor separa o homem e natureza. Em seguida, separa o trabalho dentro da sociedade, destacando-o para torná-lo o designativo dentro dela da função de uma das suas frações demográficas, daí surgindo a figura do trabalhador e da classe do trabalho.”(ANTUNES, 1995, p.55).

O trabalho que possibilitou ao homem efetivar-se enquanto um ser social, na fábrica transforma esse homem em coisa, e a mercadoria que este acaba produzindo torna-se mais valiosa que ele próprio.

Esse trabalho é enfadonho, desgastante, pois não é voluntário, mas compulsório, trabalho forçado, já que o operário não satisfaz-se trabalhando, mas ele é apenas um meio de satisfazer necessidades alheias. E como se constituía o cotidiano alienado desse trabalhador?

Os exemplos são inúmeros. Vamos nos concentrar no caso brasileiro, abordando alguns aspectos do operário do início do século XX, o que no geral, não difere muito das condições dos operários da Europa na Revolução Industrial.

Lopreato (2000) nos descreve esses aspectos:

As fachadas suntuosas das fábricas ocultavam a torpe realidade do seu interior: o ar e a luz eram escassos e abundavam resíduos, detritos e poeiras”. E mais: “ Os operários, sujeitos a doenças provocadas pela insalubridade do ambiente e pelo trabalho excessivo, ainda eram vítimas das engrenagens das máquinas que os deixavam mutilados e inválidos, quando não mortos. (LOPREATO, 2000, pp.78-79).

Afora todas essas dificuldades, temos de lembrar que seu ritmo de trabalho era intenso, sujeito a multas por qualquer motivo banal, trabalhava-se pelo menos 12 horas por dia e o salário não dava nem para a própria sobrevivência do operário, quiçá de sua família, que, diga-se de passagem, quase sempre trabalhava com ele, inclusive em horário noturno.⁸

Poderíamos dizer também que afora o “inferno” de dentro da fábrica, a sua vida tinha escassas atrações. Recebia muito pouco, vivia em cortiços, era um trabalhador sem nenhum direito, precarizado, pois a atividade fabril era controlada pelos humores dos industriais. Situações que em pleno século XXI aparecem novamente!

Vivenciando tão terrível realidade, suas expectativas de uma vida razoável eram mínimas. Daí, surgirem no Brasil, como na Europa e EUA, amplas manifestações exigindo melhores condições de trabalho, garantias de emprego, etc, que resultaram em grandes conflitos (1º de Maio, Greve de 1917) e que promoveram o surgimento de sindicatos. Por meio dos sindicatos, os trabalhadores, principalmente da Europa e dos Estados Unidos, conseguem melhores condições de vida.

Percebemos então que, desde o início da Revolução Industrial, tanto as relações entre o homem e a natureza são conflitantes, como entre os próprios homens, no caso relações entre o Trabalho e o Capital.

O intuito de diminuir as relações conflituosas entre Capital e Trabalho, a intensificação da competição entre empresas e o avanço das idéias socialistas entre os operários fizeram com que surgissem novas formas de gerenciamento industrial que ao mesmo tempo possibilitassem uma maior racionalização do tempo e a geração de mais lucros.

Segundo Harvey (2000),

a data inicial do fordismo foi 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros, que ele estabeleceu no ano anterior em Dearbon, Michigan. (HARVEY, 2000, p.121)

Estudando esse modelo, o binômio taylorismo/fordismo, Gomes e Silva (2001) afirmam que “tanto para F.W.Taylor como para H.Ford, o mal do mundo está no desperdício de tempo: esse ineficiente dispêndio impede que o homem receba o exato equivalente de seu trabalho.” (GOMES E SILVA, 2001, p.217) Ford pensa ainda que o seu modelo serviria para todos os outros ramos da economia, como escolas, hospitais, etc, tudo isso imbuído da mais pura certeza de que todos sairiam ganhando, pois a eficiente gestão da força de trabalho deverá contribuir para o máximo de prosperidade para o patrão e para o empregado, gerando, ao mesmo tempo, uma sociedade sem desemprego e sem pobreza.

Entretanto, para se concretizar essa “utopia industrial”, o trabalhador deveria ter suas funções racionalizadas, combatendo-se o desperdício na produção e aumentando o ritmo de trabalho. A materialização desse desejo é conseguida com o uso da esteira automática e do cronômetro, pelo qual os movimentos do trabalhador ficariam submetidos aos ditames da máquina.

A fábrica taylorista-fordista teve como melhor e mais completo exemplo a indústria automobilística, e caracterizava-se:

pela produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção mais homogeneizada e enormemente verticalizada. (...) Grande parte da produção necessária para a fabricação de veículos era realizada internamente, recorrendo-se apenas de maneira secundária ao fornecimento externo, ao setor de autopeças. (ANTUNES, 1999, pp.36-37).

Um controle total sobre todos os setores da empresa. Isso também necessitaria uma grande quantidade de pessoas em cargo de chefias e gerência. Então a fábrica de Ford em nada se diferenciava das indústrias do século XIX e início do século XX?

Veremos. Em que pese o trabalhador sob o regime fordista ser tratado com uma engrenagem, um “apertador de parafusos”, a principal diferença reside no fato de que com as novas técnicas, Ford possibilitava a produção em massa, que propicia o barateamento dos produtos, fazendo com que camadas médias da

sociedade, inclusive alguns de seus funcionários, fossem consumidores de mercadorias mais sofisticadas. Com o fordismo, nasce de alguma maneira a sociedade de consumo.

Essa ampliação do mercado foi alcançada, graças a uma “aliança” entre o modelo fordista e uma política econômica de intervenção estatal (Keynesianismo) e também pelo abandono histórico dos partidos social-democratas, que antes de serem promotores de conflitos, passaram a aparecer como árbitros, delimitando o campo de luta de classes, enquanto algumas melhorias do modelo Welfare State (Estado de Bem-Estar Social), num acordo que “implementava ganhos sociais e seguridade social para os trabalhadores dos países centrais, desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro a perder de vista.” (ANTUNES, 1999,p.38).

Dentro da perspectiva de que não ocorresse grandes conflitos, entende-se o porque desse modelo dar amplos resultados. Aos trabalhadores ofereciam uma extensa rede de segurança social que possibilitava uma maior participação no “maravilhoso mundo das mercadorias”, desde que em contrapartida, seu antigo sonho de se libertar do trabalho explorado definitivamente fosse enterrado; e os empresários arcariam com as despesas advindas dos benefícios dos trabalhadores.

Essa situação possibilitava maiores lucros já que poucos conflitos ocorreriam e uma maior parcela dos trabalhadores tornar-se-ia consumidora. Sendo assim, não é a toa que esse modelo fordista/keynesiano, vigorou nos países centrais, entre as décadas de 30 e 70. Mas porque esse modelo não conseguiu se manter a partir daí?

Na realidade, desde a década de 60 esse modelo mostrava que tinha chegado ao seu ocaso. Através do “pacto” fordista/keynesiano, grandes parcelas dos trabalhadores dos países centrais conseguiram obter estabilidade empregatícia e enormes benefícios extra-salariais, como seguridade social, direitos de pensão, etc, e isso encareciam o preço da produção.

Além disso, países da América Latina e do Sudeste Asiático, onde praticamente inexistia algum compromisso fordista, acirraram a competição industrial internacional. Essa competição dos países periféricos provocou demissão de trabalhadores nos países centrais e sobrecarregou a arrecadação do Estado Keynesiano.

Afora os elementos econômicos (poderíamos citar ainda a crise do petróleo de 1973), os trabalhadores iniciavam questionamentos sobre os pilares constitutivos da sociabilidade do Capital, particularmente, o controle social da produção, pois era contraditório o fato de que pelo taylorismo/fordismo o operário era destituído de qualquer participação na organização do trabalho, só realizando tarefas repetitivas, mas ao mesmo tempo era convocado para corrigir deformações e enganos cometidos pela “gerência científica” e pelos quadros administrativos.

Dentro desse panorama (crise econômica e crítica á rotinização de tarefas) é que modelos administrativos flexíveis (como o toyotismo) aparecem, para recuperar o ciclo reprodutivo econômico e ao mesmo tempo, repor seu projeto de dominação social, abalado pela conflitualidade do trabalho, que surgiram questionando o modo de ser do fordismo e seus mecanismos de controle social.

O toyotismo, modelo de acumulação flexível, inspira-se “parcialmente, no âmbito da gestão da força de trabalho de execução direta, nas idéias participativas surgidas nos Estados Unidos na década de 30”. (GOMES E SILVA, 2000, p.221) Essas idéias têm como “ideólogo” Elton Mayo, criador da “Sala de Terapia das Tensões Industriais”, que procurando controlar a subjetividade do trabalhador, “ busca harmonizar os interesses entre a gerência e os operários por meio do ‘truque’ dos valores múltiplos: os fatos devem ser enfrentados, colocados em um determinado quadro de referência, numa nova gramática do poder, numa nova linguagem.” (GOMES E SILVA, 2000, p.221).

Com a entrada dos Estados Unidos no Japão, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, empresários japoneses percebem que a idéia de cooperação pode muito bem se adequar a uma gerência do trabalho baseada em métodos paternalistas.

Já em fins da década de 50, o conceito de TQC (Total Quality Control) norte-americano, é adotado em empresas japonesas, com o nome de Círculos de Controle de Qualidade (CCQ). Em 1990, eles eram em torno de 314.000 e envolviam 2,5 milhões de trabalhadores. Mais do que diminuir os cargos de gerência com a participação efetiva dos trabalhadores nos CCQ's,

esse esquema de participação, além de estimular o trabalhador, é considerado um simples e eficaz sistema de difusão de informações, pois rompe com os segredos de ofícios e com alguns conhecimentos que ainda continuam nas mãos dos operários no fordismo clássico. (GOMES E SILVA, 2000, p.225).

Junto aos CCQ's, novas idéias surgem como forma de otimizar a produção. Através do método Kanban/Just in Time (produção no momento certo), a produção fica voltada e conduzida, diretamente, pela demanda, instituindo-se o "estoque mínimo".

Essas novas formas de gerirem a produção promoveram também uma modificação na espacialidade das indústrias. Essa mudança espacial é necessária, já que na fábrica toyotista deve haver agilidade na adaptação do maquinário e dos instrumentos para que novos produtos sejam elaborados. Deixa de ser viável a fábrica verticalizada, lenta e onerosa, pois controla todas as fases da produção, para surgir a toyotista que atua de forma horizontal, reduzindo-se o âmbito de produção da montadora (no caso das automobilísticas) e estendendo-se às subcontratadas, às terceiras.

A fábrica flexível "força" a existência do trabalhador flexível. A informatização da indústria e a recessão provocada pela crise do petróleo de 1973 levam a um aumento do desemprego, criando novas formas de trabalho, sem a "rigidez"⁹ do fordismo. Nas palavras de Antunes(1995), surge uma "

subproletarização do trabalho, presente nas formas de trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, vinculado á economia informal.” (ANTUNES, 1995, p.44).

Mas não apenas essa tendência “destrutiva” ocorre, já que outra, não menos importante, gerada com a informatização da indústria e o desemprego, possibilita ao operário estável, deixar de operar apenas uma única máquina (característica do fordismo) e passa a ser polivalente.

Para Castells (1999), essa polivalência vai levar ao fim das tarefas rotineiras e esse operário ficará autônomo, mais intelectualizado, deixando de ser apenas um simples apertador de parafusos.

Em nossa opinião, o que na verdade ocorre é que com essas mudanças, o operário, longe de ter uma importância no processo de produção, tem seu saber intelectual apropriado (e não pago!), pois na realidade a sua opinião sempre se restringirá em “como produzir” e não “o que produzir”. Ilusão achar que ele ganhou autonomia!

Afora as grandes mudanças ocorridas na indústria, para alguns autores, a informatização favoreceu a predominância do setor de serviços na economia, sendo que a própria indústria tende a valorizar mais a informação do que o produto em si. Como diz Lazzarato (2000) “ Ela (a indústria) se volta sempre mais para a comercialização e financeirização do que para a produção. Um produto antes de ser fabricado deve ser vendido.” (LAZZARATO, 2000, p.44).

Já Dantas (2000), baseado em reportagem do Jornal do Brasil, aponta que o produto (automóvel) em si gera menos lucro do que a “infra-estrutura” que ele cria para a sua venda.¹⁰ (DANTAS, 2000, p.119).

Por meio dessas análises, percebemos que gradualmente o eixo da economia mundial migra da indústria para o setor de serviços, no qual a informação e a comunicação desempenham um papel fundamental nos processos de produção. O mundo dominado pela informação e a comunicação é o mundo do trabalho imaterial.

A ligação entre os setores de serviços e o trabalho imaterial deve-se ao fato de que apresenta um modelo mais rico de comunicação produtiva. Não resultam em bem material e durável e o trabalho do setor de serviços produz um bem imaterial, como serviço, produto cultural, conhecimento ou comunicação.

A lista desses serviços é vastíssima: marketing, ciência, opinião pública, moda, esporte, entre outros. Esses serviços, segundo Negri (2001) podem ser separados em subgrupos.

O primeiro está envolvido numa produção industrial que foi informatizada e incorporou tecnologias de comunicação de um modo que transforma o próprio processo de produção. A atividade fabril é vista como serviço e o trabalho material da produção de bens duráveis, mistura-se com o trabalho imaterial e se inclina na direção dele. O segundo é o trabalho imaterial de tarefas analíticas e simbólicas, que se divide na manipulação inteligente e criativa de um lado e nos trabalhos simbólicos de rotina de outro. Finalmente, a terceira espécie de trabalho imaterial envolve a produção e a manipulação de afetos e requer contato humano (virtual ou real), bem como trabalho tipo físico. (NEGRI, 2001, p. 314).

A supremacia do setor de serviços e do trabalho imaterial na economia atual enquanto produtores de valor está longe de ser uma unanimidade. Um dos maiores críticos é Antunes (1995; 1999). Para o autor,

(...) a reflexão em torno do trabalho vivo e de sua centralidade hoje deve recuperar a discussão sobre o trabalho imaterial como uma tendência presente no mundo produtivo da empresa capitalista moderna e em interação com as formas de trabalho material. (ANTUNES, 1999, p.130).

Assim a discussão sobre o trabalho imaterial só tem importância na medida em que relaciona-se com o trabalho produtivo ou que produz mercadorias "materializadas" e não subjetivas, informacionais, etc. Não se pode querer entender o imaterial sem essa relação, pois para ele ainda é na materialidade que o Capital se reproduz.

Mudanças espaciais são percebidas com o intenso processo de informatização. A eficiência da fábrica fordista passava pela concentração num mesmo local de matérias-primas, transportes, comunicações e mão-de-obra.

Hoje a fábrica pós-fordista, baseada nessa informatização não necessita de todos esses elementos aglutinados e já não existe uma relação entre eficiência e concentração. Pelo contrário, quanto mais enxuta, mais lucrativa tende a ser. Negri (2001) comenta a extensão dessas mudanças:

Avanços nas telecomunicações e nas tecnologias de informação tornaram possível desterritorializar a produção.(...) Processo laborais podem ser conduzidos de forma quase inteiramente compatíveis com redes de comunicação, para as quais localizações e distância tem pouca importância". E completa: " Operários envolvidos num único processo podem, com efeito, se comunicar e cooperar em pontos remotos, não dependendo da proximidade. De fato, a rede de cooperação no trabalho não requer território nem centro físico. (NEGRI, 2001, p.316).

Apesar do surgimento dessa rede social informacional, o mundo do trabalho ainda tem na sua maior parte, pessoas trabalhando em péssimas condições, sem mínimas garantias sociais, pessoas estas esquecidas, que apenas sobrevivem, como as mulheres da Indonésia que fabricam o tênis Nike durante 12 horas ao dia e ganham 38 dólares, ou mesmo os perto de 1 bilhão de homens e mulheres desempregados, subempregados e precarizados, que são descartados como se fossem seringas. Para essas pessoas, o Capital ainda não lhes deu "autonomia".

Trilhamos esse caminho extenso a fim de mostrar que a categoria trabalho vem se modificando desde a revolução industrial, o que implicou no surgimento de novas "harmonias administrativas", mas também modificações na sua própria materialidade e de quem a compõe, o que seria hoje, a classe dos trabalhadores.

Percebemos que as mudanças do mundo do Trabalho, acontecem desde a emergência da Revolução Industrial. Desse momento inicial até os dias atuais, inúmeras transformações de ordem econômicas ocorreram no Capitalismo,

que alteraram o modo de ser subjetivo do trabalhador, suas idéias e suas esperanças, mas principalmente no nosso caso percebemos como a introdução de mudanças de cunho organizacional no mundo industrial, modela também sensíveis mudanças espaciais, como no caso da passagem da fábrica fordista verticalizada para a fábrica toyotista horizontal.

Nosso intuito a partir deste momento é discutir a emergência do trabalho imaterial nas ciências sociais e para isso nos valeremos da geografia, mais especificamente, a geografia de mercado ou geomarketing.

A EMERGÊNCIA DO TRABALHO IMATERIAL NAS CIÊNCIAS HUMANO-SOCIAIS: O CASO DO GEOMARKETING.

As sucessivas greves de funcionários, alunos e professores da USP, principalmente da FFLCH que vem ocorrendo desde 2002 colocam na mídia o debate sobre a importância das ciências humano-sociais em uma universidade. Demonstrem também que é tão relevante uma pesquisa em biotecnologia que possibilite algo prático à sociedade, como a cura do câncer, como um estudo comparativo em línguas ou ciências sociais, mesmo que a princípio não se veja algum uso imediato nas últimas citadas.

Na verdade, há pelo menos vinte anos, certo utilitarismo vem predominando na sociedade, promovendo a ascensão das ciências ditas aplicadas ou que possuem uma aplicabilidade de resultados mais perceptíveis (caso das ciências exatas e biológicas) e em contrapartida o ostracismo das ciências humano-sociais (como história, letras e geografia), já que estas não compreendem o conhecimento como instrumento de solução imediata, pois qualquer transformação necessitaria, a priori, de um amplo debate de idéias, o que denota tempo.

O mundo moderno, chamado por alguns autores como pós-fordista, é o mundo das soluções rápidas e baratas, do pensamento único (e por isso que nega

o debate), baseado no lucro fácil e no uso mínimo de tempo para a conclusão de algo.

Dentro desta lógica, as ciências humano-social pouco "servem" visto que possuem "baixa" eficiência e não raramente criticam essa nova ordem.

Assim, a possível "falta de aplicabilidade", deixa essas ciências em uma posição inferior com relação às demais na universidade, particularmente a pública, já que a própria universidade, cobrada pela mídia e através desta pela opinião pública, "optou" ao invés de ser um centro formador de estudiosos e pesquisadores, ser um centro formador de técnicos, prontos para ocupar um posto no mercado de trabalho¹¹.

E dessa forma, colocando técnicos no mercado, fica clara a sua interação com a sociedade que a sustenta com impostos, e demonstra também que aos poucos diminui-se o "mantenimento de estudiosos" parasitas", que ocupam seu tempo em discussões "vagas".

Dentro deste panorama, as ciências humano-sociais vêm travando uma luta contra seu sucateamento. Mas ilude-se quem acha que dentro desse quadro tão adverso, só lhe restou a luta.

A crise que as acometeu nesses últimos anos fez com que, já em meados da década de 90, se discutisse também uma tentativa de inserção nessa nova conjuntura econômica, procurando-se novas alternativas, pelo menos no campo profissional.(ainda quase restrito ao também desprestigiado magistério).

Daí surgirem entre outras discussões, a criação de empresas-júniors, ou seja, núcleos de estudantes universitários orientados por um professor-doutor, prestadores de serviços à comunidade, mas principalmente às empresas, possibilitando uma sintonia com o mercado de trabalho antes do fim da graduação.

Várias dessas empresas surgiram (como no curso de ciências sociais) e outras tentaram, mas nem saíram do papel (caso da Geografia). Mas importante

desse processo é que o mercado já não era mais um "mal" a ser evitado e mesmo onde não vingou a empresa-júnior uma maior aproximação ocorreu.

E como se deu essa inserção? Bem, os sociólogos preocuparam-se em ocupar postos nas empresas de análise de mercado, pesquisa político-partidária, entre outras. Assim, também estudantes de letras, filosofia, história, tentaram achar seu "nicho" no mercado atual, enquanto que aos geógrafos, couberam trabalhos com cartografia digital, geoprocessamento e geomarketing.

Em suma, todos inseridos no mercado de trabalho e principalmente num novo mercado de trabalho, dado que a década de noventa inicia-se dentro de uma nova conjuntura política (fim da guerra fria) e a emergência de políticas neoliberais, que acopladas a uma intensa informatização, impulsionaram uma nova dinâmica do Capital.

Dito de outra forma, as ciências humano-sociais se inserem dentro de uma nova economia, baseada no trabalho imaterial, que trouxe transformações significativas, seja na ampliação do mercado de trabalho para seus profissionais, mas também na incorporação de novas disciplinas ao seu currículo, como a introdução aos estudos de microinformática ou mais recentemente, análises sobre geoprocessamento, cursos estes ministrados nos vários Departamentos de Geografia.

Assim, percebe-se que concomitante à entrada do profissional no mercado, novas disciplinas técnicas são incorporadas no currículo universitário.

Dentro dessa dinâmica de incorporação mercadológica, é que iniciaremos uma análise específica de um ramo da Geografia, em que pese não ter uma disciplina própria na academia, se utiliza dos vários instrumentais modernos (como o geoprocessamento) que aos poucos vão se incorporando aos estudos geográficos. E de alguma forma, além do geógrafo estudioso, intelectual, surge um que se ocupará essencialmente de um trabalho técnico.

Em suma, trataremos da discussão sobre o geomarketing, sua relação com o trabalho imaterial e as implicações que esse modelo traz à Geografia.

Uma possível história desse processo nos leva à década de 50, quando ainda havia certo desinteresse da geografia e do geógrafo pela ciência de marketing.

Em 1954, William Applebaum, citado por Berry (1971) publica através da revista da Associação de Geógrafos Americanos "Marketing Geography", no qual afirma que:

el estudio del marketing habia sido descuidado por los geografos, a pesar de la considerable parte de la poblacion activa ocupada de estas funciones, de la parte importante del paisaje urbano consagrado a los emplazamientos para la venta al por mayor y al por menor, y de los complejos canales de distribucion que van desde las zonas produtoras a las consumidoras. (BERRY, 1971,p.166).

Mais adiante na década de 70, Berry(1971) critica a falta de interesse do geógrafo, quando diz" [...] *La evaluación de los emplazamientos comerciales y la búsqueda de su localización óptima se entendían más como un arte que como una ciencia*" (BERRY, 1971,p.167).

Ou seja, para esses autores, o geógrafo poderia (e deveria) também promover uma maior otimização do espaço, possibilitando uma maior rapidez na circulação de uma mercadoria.

Mas o próprio Berry (1971), reconhece que essa mudança na análise espacial não seria nada fácil. Como menciona (através de uma crítica a um certo corporativismo geográfico):

Es comprensible que, tras la llamada de Applebaun em 1954, los geógrafos del marketing fracasaran en su intento de desarrollar su parcela científica en el marco de la ciencia del marketing, porque la geografia en su conjunto fue durante muchos años una ciencia encerrada en sí misma y permaneció insensible muchas veces a los progresos realizados en campos afines.". BERRY, 1971,p.168).

Assim, para o autor, a Geografia não se interessava pelas novas "perspectivas" que surgiam e preferia centrar suas discussões em seu mundo "fechado".

Deste momento inicial (décadas de 50 e 60) até hoje, consideráveis transformações ocorreram na economia mundial, que trouxeram modificações, tanto nessa "nova ciência geográfica – o geomarketing", como também na postura do geógrafo em relação á ela.

O caminho de evolução que o geomarketing trilhou, passa de uma simples colocação de alfinetes em um mapa posto na parede, para o uso dos sistemas de informações geográficas que possibilitam cálculos de áreas instantâneos, definição de perímetros, sobreposição de mapas diferentes de uma mesma região, etc, fazendo com que alguns geógrafos deixassem de encarar o marketing como algo supérfluo, e hoje, tornam-se profissionais da área, quando não raramente , empresários desse setor.

Poderíamos entender esse processo da aliança entre o marketing e a geografia, respectivamente como, " a ciência que convence" com a "ciência que mostra o melhor caminho". Resumindo, a aliança facilita em muito, a circulação de um bem que hoje em dia é bastante valorizado: a informação.

Então enviar correspondências para as pessoas certas, escolher os pontos de afixação de cartazes, a localização de uma loja/empreendimento, trabalhos que exigem um grande poder de convencimento, mas também um conhecimento geográfico da área envolvida no processo fica mais fácil.

E dentro da perspectiva de que mais importante do que ser crítico o geógrafo deve ser um técnico do espaço, ao invés de se discutir mudanças que favoreçam uma maior parte da população, esse profissional deve preocupar-se com uma análise espacial para o mercado, identificando, por exemplo, regiões onde algum grande atacadista poderia melhor se instalar.

Sendo assim, esse trabalho que entendemos imaterial, pois é essencialmente informacional, transforma o geógrafo de crítico do espaço em otimizador do espaço. Antes a serviço da sociedade e agora do Capital. Bem, mas uma questão surge: De onde saem as informações que facilitam a análise desse geógrafo e que propiciariam a viabilidade ou não da instalação de um empreendimento?

A resposta quem nos traz é a entrevista feita por Érico Guizzo com Tadeu Masano, diretor da empresa Geografia de Mercado:

Com 16 anos de vida, a "Geografia de Mercado" acumula uma base de dados considerável. Ao todo já são mais de 100 bilhões de bytes provenientes de mais de uma centena de fontes de informação – como o IBGE, SEADE, Banco Central, Ministério do Trabalho, Secretaria da Fazenda, Prefeituras, entidades de classe e outras. Alguns dados não custam nada, são públicos.¹²

Informações que posteriormente serão organizadas e armazenadas em bancos de dados e oferecidas como se fossem de uso privado, *copyright!*

Diríamos que ocorre a privatização da informação pública. Uma informação que é de natureza social, alocada num CD se transforma em algo extremamente valioso e possibilita a arrecadação de alguns milhares de reais.

Na verdade, como nos mostra Dantas (2000), em relação ao programa CAD, que tem em si cálculos e problemas resolvidos, possibilitando a solução de questões novas, originais, esse CD com informações públicas será caro, pois:

[...] o valor da informação encontra-se justamente no trabalho que poupa, no tempo que algum subsistema social não precisou consumir porque pôde beneficiar-se do resultado da busca feita por algum outro subsistema. (DANTAS, 2000, p.113)

Mais ainda, seu uso restrito à geração de lucros de uma dada empresa produz mecanismos de investigação que perpassam o respeito ao direito inviolável de não ser investigado sem autorização judicial (o que já seria questionável), num verdadeiro big brother real. Diz a matéria sobre a avidez do empresário:

Está negociando a compra de fotos de satélite de alta precisão. “São fotos de um satélite russo e de um americano”, diz Masano. As imagens vão mostrar ruas e casas com nitidez, como nos filmes de espionagem.

Ou seja, uma informação com acesso livre, com vista à planejamento público, torna-se um produto de grande valia e lucro, visto essas informações

estarem organizadas para determinado fim, neste caso, aos interesses dos empresários do geomarketing.

E com essas informações, empresas trabalham com uma análise para o mercado, demonstrando afora as possibilidades já citadas, o potencial de venda de um produto, tendo-se o perfil sócio-econômico do local de instalação de uma empresa; indicam a melhor rota de entrega de um produto, garantindo maior rapidez, redução de custos e maior satisfação de clientes e até quais as possibilidades de instalação de grandes empreendimentos agropecuários.

Dessa forma, o visível concretizado na loja de departamento, na agência bancária ou mesmo numa loja de Mc Donald's, foi determinado depois de uma extensa pesquisa de localização espacial, bem como, análise sócio-econômica da população local ou flutuante, para que se corresse o mínimo de riscos desse empreendimento não ser lucrativo. Assim, anterior a fase de inauguração de uma grande loja, ocorreram vários meses de pesquisas.

Entendemos, então, que a concretização do visível (uma loja) foi possibilitada pelos processos informacionais. A informação gerando valor e possibilitando o surgimento de empresas que sobrevivem graças a enormes bancos de dados. (muitos deles públicos).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho – Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.

_____. *Adeus ao Trabalho? - Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Editora Cortez, 1995.

_____. Aonde vai o Mundo do Trabalho?. In: COGGIOLA, O (org.). *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Editora Xamã, 1997.

_____. Material e Imaterial. *Folha de São Paulo*, São Paulo: p.8-9, 29 Jun.2000.

BERRY, Brian J.L. *Geografia de los Centros de Mercado y Distribucion al por Menor*. Barcelona: Editora Viceno, 1971.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede – A Era da Informação : Economia, Sociedade e Cultura*. V.1. São Paulo: Editora Paz e Terra,1999.

CORIAT, Benjamin. *Pensar al Reves- Trabajo y Organizacion en la Empresa Japonesa*. Ciudad de México: Siglo Ventiuno Editores,1992.

DANTAS, Marcos . O Valor da Informação : Trabalho e Apropriação no Capitalismo Contemporâneo. *Revista Lugar Comum*, n. 9-10: p. 91-121, Abril 2000.

GOMES E SILVA. "Uma Breve Reflexão sobre as Harmonias Administrativas de Frederick W. Taylor a Taichi Ohno. In: ACCIOLY, Doris et all(org). *Maurício Tragtemberg – Uma Vida para as Ciências Humanas*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

HARDT, Michael et all. *Império*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 9º Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

LAZZARATO, Maurizio et all. *Trabalho Imaterial – Formas de Vida e Produção de Subjetividade*. Rio de Janeiro, DP&A, 2001

LOPREATO, Christina R. *O Espírito da Revolta- A Greve Geral Anarquista de 1917*. São Paulo, Annablume, 2000.

MOREIRA, Ruy. As Novas Noções do Mundo do Trabalho. In: *Programas e Resumos do XII ENG – Os Outros 500 na Formação do Território Brasileiro*. Florianópolis;AGB, 2000.

¹ Pós-Graduando em Geografia Humana (Doutorado) na FFLCH-USP. e-mail: elhakim@usp.br

² NEGRI, Antonio e HARDT, Michael – *Império* (Esses conceitos se encontram , principalmente, no CAP III).

³ NEGRI, Antonio –" Direita e Esquerda na Era Pós-Fordista". Folha de São Paulo. 29 de Junho de 1998.

⁴ ANTUNES, Ricardo – “ Material e Imaterial.” Folha de São Paulo.13 de Agosto de 2000.

⁵ Sobre um uma análise da mais-valia nas mudanças tecnológicas, ver Harvey(2000), p.174.

⁶ Aqui entende-se valor como atributo que transforma bens naturais em bens econômicos.

⁷ Importante seria perceber também que aos poucos, os recursos naturais, como carvão, petróleo, etc passam a ser de uso privado.

⁸ Lopreato aponta o depoimento de um menino de 14 anos que trabalhava das 19hs às 6hs da manhã. Se dormia era acordado com baldes de água gelada, mas se o capataz estava nervoso, não era raro bofetadas e chutes. Ver pp. 79-81.

⁹ Aqui, no sentido de que, no fordismo havia uma grande estrutura de benefícios sociais. Achamos conveniente usar desta forma, visto que no debate atual, sobre mudanças na CLT, benefícios sociais são vistos como "engessadores" da produção.

¹⁰ DANTAS, Marcos – O Valor da Informação: Trabalho e Apropriação no Capitalismo Contemporâneo, p.119. A reportagem do Jornal do Brasil indica que “o avanço tecnológico e a globalização dos mercados começam a trazer alterações profundas e radicais em diversos segmentos da economia. A indústria automobilística está mudando e outras transformações vão chegar para as concessionárias(...) Há 15 anos, nos Estados Unidos, 70% dos lucros das concessionárias eram fruto da venda de veículos. Hoje representam apenas 1%. O pós-venda – contrato de manutenção, assistência e venda de peças e equipamentos -, que era responsável por apenas 2% do lucro, responde agora por quase 70%.” JB, 23/10/95.

¹¹ Isso pode ser observado pela diminuição de verbas em pesquisas nas ciências humanas, o surgimento do mestrado profissionalizante(MBA) na universidade pública, bem como, a instituição dos cursos seqüenciais de curta duração nas faculdades particulares.

¹² Entrevista retirada da revista eletrônica Exame Negócios, www.geografiademercado.com.br/mapscapev3/tacticianonlineartigos/bit_bem_passado.htm.

Acessado em 12/10/2010

RECEBIDO EM: 14/10/2010

APROVADO EM: 26/10/2010

**PERSONAL EDUCADOR – UMA NOVA ESTRATÉGIA DO CAPITAL DE
“EDUCAÇÃO” PARA O TRABALHO**

**PERSONAL EDUCATOR – A NEW CAPITAL “EDUCATION” STRATEGY FOR
THE WORK**

Lydia Maria Pinto Brito¹

Enéas Arrais Neto²

RESUMO

Com a reestruturação do capital e a emergência de novos modelos de gestão do trabalho, a educação corporativa passou a ser uma das pautas mais importantes das organizações. O presente ensaio teórico tem como objetivo apresentar alguns elementos para reflexão sobre os programas de educação corporativa individualizada, ou seja, os programas de: “coaching” e “mentoring”, que aliados aos times de aprendizagem e as universidades corporativas vem suprir a necessidade do capital de promover um aprendizado permanente direcionado pelas necessidades específicas de cada empresa. Tem como referencial de análise Mészáros (2005). Verifica-se que a literatura produzida pela Administração sobre o assunto em questão contém um discurso alinhado com o argumento da necessidade de desenvolvimento de lideranças educadoras na atualidade. Indica a apropriação pela empresa, através da mão-de-obra mais nova e conseqüentemente mais barata, do saber do trabalhador mais antigo e experiente, detentor do saber tácito da organização, que fica vulnerável ao processo de exclusão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Educação Corporativa. Educação Individualizada.

ABSTRACT

With the capital restructure and the emergency of new work management models, the corporate education started to be one of the most important organizations rulings. The present theoretical essay has as its objective introduce some elements to the reflection about the programs of individualized corporate education, in other words, the coaching and mentoring programs, which allied to the learning team and the corporate

universities supply the necessity of the capital to promote a permanent learning directed by the specific necessities of each company. It has as referential the Mészáros analysis (2005). It can be verify that the literature produced by Administration about the issued matter contain a speech aligned with the argument of the development necessity of the educator leaderships in present. Indicates an appropriation by the company, by newer and consequently cheaper manpower, of the know-how of the older and more expert workman, who is holder of a tacit knowledge of the organization, and stay vulnerable to the exclusion process.

KEYWORDS: Education, Corporate Education, Individualized Education

INTRODUÇÃO

Para as empresas em construção do século XXI a intensificação do processo de aprendizagem para o trabalho, com ênfase no desenvolvimento da capacidade do indivíduo de aprender a se adaptar às exigências do mercado, passa a ser uma questão estratégica, que precisa prosperar no ambiente global em constante transformação. As mudanças representam demandas totalmente novas para os trabalhadores e exigem que eles dominem novos papéis e qualificações.

Para Meister

o antigo contrato social implícito – você trabalha bastante e terá emprego durante o tempo que quiser – não existe mais. A segurança do emprego não é mais uma decorrência do trabalho em uma única empresa, mas da manutenção de uma carteira de qualificações relacionadas ao emprego. Essa transformação sinaliza um "novo contrato psicológico" entre empregador e empregado. Sob os termos desse novo contrato, os empregadores oferecem aprendizagem em lugar de segurança no emprego. As qualificações e conhecimentos adquiridos promovem a capacidade contínua de emprego do funcionário – a capacidade de encontrar um trabalho significativo dentro ou fora da empresa. (MEISTER, 1999, p.9)

Segundo a autora, os empregadores estariam dando aos empregados a oportunidade de desenvolver uma melhor capacidade de emprego em troca de maior produtividade e maior comprometimento com a missão da empresa. O resultado seria o surgimento de uma força de trabalho resiliente, ou seja, totalmente adaptável, que adquire continuamente as qualificações de que a empresa precisa para permanecer competitiva no mercado global.

Um subproduto desse novo contrato é a transferência da responsabilidade pelo aprendizado do departamento de treinamento para cada funcionário ou gerente de uma unidade de negócios, quer seja exercendo uma “liderança educadora” de uma forma mais ampla, quer através de programas estruturados como o de *coaching*, *mentoring*, times de aprendizagem e universidades corporativas.

A autora argumenta que a educação não mais termina quando o aluno se forma nas instituições tradicionais de ensino; e acrescenta que no momento atual, espera-se que os trabalhadores construam sua base de conhecimento ao longo da vida. Desta forma, as empresas norte-americanas insatisfeitas com a formação promovida pelas escolas/faculdades tradicionais e determinadas a tornarem-se líderes empresariais na economia global adotaram uma série de estratégias para promover aprendizagem contínua para os empregados. Estas estratégias deveriam ter ampla abrangência e contemplar as várias dimensões do processo de aprendizagem: individual (programas de *coaching* e *mentoring*), grupal (times de aprendizagem) e organizacional (universidades corporativas, *E-learning*).

Neste trabalho, procuraremos mapear e apresentar alguns paradoxos/elementos de reflexão sobre uma das estratégias mais representativas, ou seja, os programas de educação corporativa individualizada: *coaching* e *mentoring*, que aliados aos times de aprendizagem e as universidades corporativas vem suprir a necessidade do capital de promover um aprendizado permanente direcionado pelas necessidades específicas de cada empresa. Tem como referencial de análise Mészáros (2005).

1 Referencial de análise

Para reflexão da educação no trabalho é importante registrar que ela ocorre no modo de produção capitalista, ou seja, num sistema de classes composto do capitalista que possui o capital, a propriedade e os meios de produção; e do trabalhador que vende a sua força de trabalho em troca de um salário. Estas duas classes antagônicas e complementares interagem num clima de tensão numa permanente luta em que cada sujeito busca ampliar seus espaços de poder e

hegemonia. Compreendendo com Marx (1993) que a lógica do capital de concentração de riqueza nas mãos dos proprietários funciona, também, graças ao poder de convencimento de uma ideologia burguesa que reproduz o modelo, entende-se que a educação passa a ser um elemento chave nestas relações.

Jinkings (2005) ressalta que a educação não é uma mercadoria e que não deve qualificar para o mercado e sim para a vida, pois a “educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, que age” (p.12) e cria uma nova sociabilidade, mais justa e humana, alternativa ao capitalismo.

Mészáros (2005) observa que mesmo as mais nobres utopias educacionais, quando formuladas do ponto de vista do capital, permanecem “estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução social metabólica” (MÉSZÁROS, 2005, p.26).

Desta forma, o olhar sobre a “educação” corporativa deve considerar a luta de classe implícita e a busca de ampliação de espaços de poder por cada um de seus componentes.

2 Liderança “Educadora” – o líder formador de líderes

No discurso da Administração “a liderança tornou-se crucial para a criação de valor e obtenção de vantagem competitiva na moderna organização de trabalho” (LYONS in GOLDSMITH, 2003, p.53). Desta forma, considerando a liderança como um “recurso escasso no mundo atualmente” (GOLDSMITH, 2003, p.69), tornou-se fundamental descobrir e desenvolver talentos capazes de transformar continuamente as empresas para a sobrevivência no mercado de hoje e no mundo do amanhã.

Para Tichy e Cohen (1999)

Ensinar e aprender são aspectos de liderança que estão inextricavelmente entrelaçados. Liderança é a capacidade de realizar coisas por meio de outras pessoas, transformando a estrutura mental delas e energizando-as para a ação. Uma liderança de sucesso realiza isso através de idéias e valores, e não através de coerção ou manipulação maquiavélica. Isso vale para todos os

níveis, desde um engenheiro tendo que usar a liderança para influenciar colegas e superiores, ou um líder de projeto de nível médio que precisa exercer liderança para cima, para baixo e horizontalmente, até executivos no topo de corporações multibilionárias. Organizações que querem vencer precisam de líderes, e a única maneira de consegui-los é conscientemente ensiná-los e prepará-los. (TICHY e COHEN, 1999, p.46)

Para Charan (2008) as principais diferenças entre o desenvolvimento convencional de lideranças e o Modelo de Aprendizagem são:

a) Desenvolvimento convencional – foco nos *inputs*: horas de sala de aula, dinheiro alocado, universidades corporativas, recursos necessários - especialmente dinheiro, recursos para o desenvolvimento amplamente distribuídos, conjunto universal de competências e características para todos os líderes, evolução ascendente, linear e incremental, ênfase em treinamento em sala de aula e exposição e esperar abertura de vagas e seguir planos de carreira padronizados; e

b) Modelo de aprendizagem – focos nos *outputs*: estamos conseguindo os líderes de que precisamos? Recursos necessários - principalmente a atenção dos líderes e energia emocional, recursos alocados desproporcionalmente a um grupo menor de líderes de alta alavancagem, o RH apóia o desenvolvimento de liderança; os chefes exercem papel central no desenvolvimento dos líderes, identificação dos talentos, habilidades e características pessoais de cada líder individual, saltos ascendentes em vários graus ou níveis de complexidade; alguns movimentos horizontais, ênfase na “prática deliberada” e criação ou adaptação de atribuições customizadas para as necessidades de desenvolvimento de cada líder.

A partir do Modelo de Aprendizagem o grande questionamento que surge nas empresas seria: como reconhecer o potencial para a liderança dos negócios? Charan (2008) coloca que os principais atributos a serem identificados e trabalhados seriam:

- a capacidade de focar o essencial, traduzida na atuação como estrategista, na criatividade, na facilidade de lidar com finanças;
- o talento social definido como a capacidade de mobilizar os outros a concretizar uma visão, uma meta ou uma tarefa;

- o talento para negócios entendendo que o balanço patrimonial da empresa revela sua saúde;
- a capacidade de ver um contexto mais amplo;
- a motivação para a busca contínua de informação; e
- a busca apaixonada pelo aprendizado e crescimento contínuo.

O líder educador, potencial *coach*, no discurso e prática do capital teria como principal papel formar novos líderes para a condução e efetivação do sucesso do negócio.

Desta forma, educador aqui, não tem o sentido sócio-histórico e transformador do termo.

3 Programas de educação personalizada: *coaching x trainees e mentoring x mentees*

Em 1999 iniciam-se no Brasil as publicações e primeiros programas relacionados a uma forma de educação para o trabalho e disseminação do conhecimento “pessoa a pessoa” de maneira formalizada e institucional. Um tipo de desenvolvimento individual realizado no relacionamento entre o *coach* ou o mentor, profissional de larga experiência, conhecimento, liderança e status organizacional dentro da empresa e o aprendiz ou *trainee* ou *mentees*, enquanto um profissional de elevado potencial, atitude positiva e forte motivação para o crescimento profissional em início de carreira e geralmente recém ingresso na organização.

Dependendo do autor e das experiências realizadas os conceitos possuem pequenas diferenças. O *coaching* se refere ao acompanhamento do *trainee* pelo *coach* no curto e médio prazo comprometido com treinamento para o exercício de um cargo e a obtenção de determinado resultado. Já o *mentoring* seria uma tarefa de longo prazo relacionada ao desenvolvimento da carreira do aprendiz ou protegido. Em alguns momentos os conceitos se confundem, entretanto o importante é registrar a crescente preocupação das empresas em estruturar o processo educativo para os quadros gerenciais e indivíduos de alto potencial também considerando cada indivíduo pessoalmente.

Verifica-se a existência de pelo menos quatro papéis de educação personalizada dentro da organização: Guru – que atua na dimensão da transcendência e espiritualidade cujo o campo é a sabedoria ; Líder educador ou Coach – que foca o *empowerment*, ou seja, o desempenho, as realizações e os resultados ; Mentor - que trabalha idéias, conceitos e projetos, atuando portanto, no campo do conhecimento; e o Conselheiro – que presta consultas sobre dados e informação. De um modo geral os papéis que estão sendo mais bem estruturados e desenvolvidos dentro das organizações são: em primeiro lugar o papel da liderança educadora (*coach*), seguido do de mentor. O papel de conselheiro, embora não esteja estruturado formalmente, já é exercido naturalmente dentro das empresas quando as pessoas procuram profissionais especialistas para consulta sobre dados e informações específicas.

Chiavenato (2002) foca seus estudos no *coaching* e *mentoring*, como os grandes papéis de educação personalizada dentro da empresa. Como se pode observar a seguir:

- **Coaching** - condução ativa de pessoas pelo superior imediato, estilo de liderança e supervisão, foco no curto prazo e no cotidiano, relação entre líder e liderado e impulso no trabalho atual; e

- **Mentoring** - orientação profissional por alguma pessoa da organização, estilo de desenvolvimento de carreira, foco no longo prazo e no futuro, relação entre protetor e protegido e impulso no encareiramento futuro.

Chiavenato identifica o *coaching* com o papel de impulsionar, orientar, motivar, comunicar e incentivar o empregado a obter determinado resultado prático relacionado a um cargo ou espaço ocupacional ocupado pelo aprendiz, principalmente no início de carreira; e o *mentoring* com o papel de ensinar, preparar, acompanhar e dar suporte a uma pessoa no seu processo de desenvolvimento de uma carreira, compreendendo em ambos os papéis, os aspectos técnicos e comportamentais. (CHIAVENATO, 2002, p.41)

4 Papeis dos sujeitos do processo

Subjacente a este tipo de programa está a intenção de reter dentro da empresa o conhecimento do profissional capacitado mediante um processo de transmissão programada e contínua por um determinado período de tempo, em média cerca de dois anos, no caso do *coaching*, ou tempo indeterminado no caso do *mentoring*, do conhecimento acumulado. É uma forma de garantir, caso o funcionário mais antigo seja desligado por demissão ou tempo de serviço, a permanência na organização, mesmo que em parte, e resignificada, de seu conhecimento explícito e tácito na pessoa do aprendiz.

Supõe um relacionamento profundamente planejado e monitorado pela empresa e que é fundado na confiança mútua, obtida mediante a aplicação de técnicas psicológicas de envolvimento entre o educador e o aprendiz de forma que:

- o educador - esteja disposto a disponibilizar seu conhecimento explícito mediante a transmissão de seus arquivos pessoais, eletrônicos ou não, (projetos, patentes, relatórios, artigos, reflexões, etc.) construídos ao longo de sua carreira profissional, e a criar oportunidades de transmissão do conhecimento tácito mediante a vivência de situações no cotidiano onde são realizadas atividades em conjunto; e

- o aprendiz - esteja aberto para ouvir, perguntar, aprender, criticar, resignificar e construir o novo agregando valor ao capital intelectual da empresa.

Segundo Chiavenato o processo educativo supõe um tipo de relacionamento no qual o educador

se compromete a ajudar o aprendiz para que este possa atingir determinado resultado ou seguir determinado caminho (...) não significa apenas um compromisso com resultados, mas com a pessoa em si, com seu desenvolvimento profissional e sua realização pessoal (...) é um relacionamento que produz novas competências (CHIAVENATO, 2002, p.41)

Dessa maneira, ao colocar os projetos pessoais do aprendiz na pauta de discussão, o relacionamento ultrapassa a relação dentro da empresa e aponta para

uma ajuda na concretização de projetos pessoais como: a realização de um mestrado, por exemplo, e quem sabe a recolocação do aprendiz no mercado de trabalho caso a sua presença na empresa já não seja necessária. Este tipo de relacionamento supõe também que caso o educador saia da empresa ele ainda possa manter os laços e o compromisso com o desenvolvimento do aprendiz.

A situação de ensino e aprendizagem personalizada

é mais que um simples processo de treinamento, de aconselhamento, de encareiramento ou de liderança (...) (ele) ultrapassa todos estes aspectos e inclui um processo socrático constante de descobrir competências, desenvolver habilidades, preparar intelectualmente, orientar, incentivar, comunicar e motivar (CHIAVENATO, p. 42).

Assim, a empresa articula um duplo jogo, quando ao mesmo tempo em que retém o conhecimento do educador dentro da empresa, ela transfere para os dois empregados a responsabilidade na condução do projeto de desenvolvimento do aprendiz mesmo que um ou outro ou ambos não estejam mais dentro da organização.

E mais ainda construindo um processo que se segura pela afetividade construída no desenvolvimento do programa e que extrapola, embora tenha sido determinado pela empresa, a própria situação de trabalho. É lógico que neste processo pode haver resistências conscientes ou inconscientes do educador ou do aprendiz em ensinar ou aprender, entretanto a empresa cuida em propiciar um processo “voluntário” de escolhas parte a parte entre as pessoas de forma que possam ser formadas duplas em que os sujeitos estabeleçam entre si uma natural empatia, ao mesmo tempo que cria situações de reforço ao desenvolvimento da afetividade recíproca.

Segundo Araújo (1999) as etapas deste tipo de processo educativo são (1) construção de uma parceria sólida entre o educador e o aprendiz, (2) construção de uma visão de futuro para o aprendiz, (3) análise da trajetória de realizações de ambos para identificação das dificuldades, limitações e valorização do potencial de realização; e (4) elaboração de um plano de ação para transformação das intenções em realidade (ARAÚJO, 1999, p.34).

Em outras palavras, por parte da empresa é necessário planejar o relacionamento e criar as condições de aprofundamento do envolvimento entre o educador e o aprendiz, de modo que o segundo entre em contato com seus desejos mais íntimos (projetos pessoais e profissionais) para, em seguida, compartilhá-los com o educador.

Dialeticamente, ao mesmo tempo em que o educador transmite conhecimentos ele também aprende, principalmente por ter que entrar em contato com os elementos do próprio processo de aprendizagem, tais como conteúdo e habilidades de promover o processo educativo. O não sucesso do aprendiz é também o insucesso do educador, assim a empresa cria uma nova forma de controle interdependente do desempenho profissional. Este processo supõe também um sistema informatizado onde são registradas “passo a passo” as intenções de desenvolvimento pessoal de forma que a empresa possa alinhar, de acordo com seus interesses, o projeto de desenvolvimento do aprendiz, mediatizado pelo educador. Na verdade o que seriam informações para o educador, informações estas obtidas numa situação de confiança mútua, tornam-se informações de propriedade da empresa registrada em seu aparato tecnológico.

Como se pode observar é um processo muito bem planejado e articulado, desenvolvido no médio prazo de forma a ir sofrendo ajustes, inclusive mudança de um dos parceiros da dupla, para apresentar resultados favoráveis para a empresa.

É um processo que visa obter comprometimento das pessoas com as mudanças organizacionais em busca da aquisição de elevação da produtividade e eliminação de resistência. Permite o aprendizado adaptativo pela convivência em ambientes incertos, ampliação das redes de relacionamento e pelas oportunidades de aprendizagem personalizada. O aprendiz acaba desenvolvendo uma perspectiva diferente de encarreiramento, mudando as expectativas com relação ao emprego principalmente no que se refere à estabilidade e adotando novas relações de trabalho fundamentadas numa dupla de parceiros, afetivamente envolvidos, em substituição a supervisão tradicional, que supunha patrão e empregados.

Para ser um bom educador personalizado e disseminador dos valores corporativos, o profissional deve acreditar que as pessoas querem fazer certo, mostrar um bom trabalho aos seus gerentes e buscar ascensão profissional. O papel do educador é ajudar o aprendiz a desenvolver habilidades e adquirir os

conhecimentos necessários ao aumento do potencial e da melhoria da performance. Para isto o educador deve estar em processo contínuo de desenvolvimento de forma a estar apto a obter informação e ajudar o aprendiz a tomar decisões. Precisa, ainda, atentar para as respostas obtidas, a linguagem corporal e aos sinais verbais. É fundamental que o educador identifique o que o aprendiz precisa aprender e exercite a comunicação e o *feedback* construtivo para orientar sobre a melhor forma de realização do trabalho. É também um exercício de ampliação contínua dos limites pessoais e profissionais, pois os resultados nunca são suficientes e cada profissional deve superar as próprias marcas e os melhores padrões físicos, mentais e psicológicos, num processo contínuo de competição com os outros e consigo próprio.

O papel de educador personalizado exige uma preparação refinada, pois implica em identificar comportamentos que devem ser mudados, planejar o que deve ser trabalhado para modificar o comportamento, dizer de forma assertiva e objetiva o que precisa ser mudado, desenvolver uma sensibilidade para os estados emocionais emergentes, e construir uma habilidade especial de neutralizar frustrações e manter um clima favorável à motivação.

5 Paradoxos do processo

Este tipo de papel implica por parte dos sujeitos do processo - educador e aprendiz – a habilidade de lidar com paradoxos:

a) ao mesmo tempo em que o educador procura o desenvolvimento de um discurso moral de forma a conquistar o respeito e credibilidade do aprendiz, ele tem que seguir algumas regras ditadas pelo mercado de trabalho, muitas vezes contrárias ao que é falado;

b) não importa se o aprendiz é uma excelente pessoa do ponto de vista geral, ele só fica na empresa, ou seja, não é demitido, se apresentar resultados relevantes no curto prazo;

c) cabe ao educador, ao mesmo tempo estimular o aumento da produtividade e entender que não é adequado fazer promessas relacionadas a recompensas

materiais concretas por esforço adicional, quando a empresa considera “normal” a superação contínua dos limites;

d) ao mesmo tempo em que o educador precisa envolver-se afetivamente com o aprendiz para obter sua lealdade, confiança e comprometimento com a empresa, ele não pode deixar que esta afetividade interfira no que é fundamental para a empresa que é o desempenho,

e) quanto mais o educador é eficaz em sua tarefa de transmitir seu conhecimento explícito e tácito e quanto mais o aprendiz se apropria do conhecimento, mais vulnerável se torna a situação do educador dentro da organização.

Deve ficar claro na relação entre os dois sujeitos da relação que o baixo desempenho significa afastamento rápido da organização para que sirva de exemplo e assim se mantenha um alto nível de pressão produtiva e dissuasão quanto as possibilidades de resistência”. Assim, o relacionamento profissional, mesmo que afetivo, é continuamente documentado contra o educador como contra o aprendiz, para que sirva de argumento técnico, administrativo e legal em caso de demissão de um ou ambos os indivíduos.

É importante observar que o *mentoring* é para os melhores empregados, renomeados de colaboradores, ou seja, para aquelas pessoas de maior potencial e que se revelam promissoras, mas necessitam de ajuda para tornarem-se do mais alto nível, produzirem mais e não deixarem a empresa no curto prazo. Os protegidos são entendidos como os aliados futuros da empresa, na medida em que avancem nas próprias carreiras, adquiram e aumentem os seus poderes de influência.

Como se pode observar a lógica do lucro pode submeter todas as relações, valores, atitudes e sentimentos, ela invade e corrompe as relações sociais e abre a possibilidade de compra da amizade, da lealdade e até dos afetos.

Considerações provisórias

O presente ensaio teórico teve como objetivo apresentar alguns paradoxos / elementos para reflexão sobre os programas de educação corporativa

individualizada, ou seja, os programas de: “coaching” e “mentoring”. Verifica-se que a literatura produzida contém um discurso alinhado com o argumento da necessidade de desenvolvimento de lideranças educadoras na atualidade para atendimento das necessidades empresariais.

O aprofundamento dos conceitos orientadores das práticas sinaliza para a apropriação pela empresa, através da mão-de-obra mais nova e conseqüentemente mais barata, do saber do trabalhador mais antigo e experiente – nomeado na teoria do *mentoring* como líder educador, detentor do saber explícito e tácito da organização, e que fica vulnerável ao processo de exclusão do emprego a partir do sucesso de seu papel como “educador corporativo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Ane. **Coach** – um parceiro para o seu sucesso. São Paulo: Gente, 1999.

CHARAN, Ram. **O líder criador de líderes** – a gestão de talentos para garantir o futuro e a sucessão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Construção de talentos – coaching & mentoring**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

GOLDSMICH, Marshall et al. **Coaching** – o exercício da liderança. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003..

MEISTER, Jeanne C. **Educação corporativa**. São Paulo: Makron Books, 1999.

MARX, KARL. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINOR, Marianne. **Coaching para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

TICHY, Noel M. **O motor da liderança**. São Paulo: Educator, 1999.

PORCHÉ, Germaine e NIEDERER, Jed. **Coaching** – o apoio que faz as pessoas brilharem. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

(*) Lydia Maria Pinto Brito

Mestre em Sociologia e doutora em Educação pela UFC.

Professora do mestrado em Administração da UNP.RN.

Autora, dentre outros, dos livros: *Gestão de Competências, gestão do conhecimento e organizações de aprendizagem*. Fortaleza: UFC, 2005. *Práticas de pesquisa em Gestão de pessoas – percepções de fragmentos e contradições do microcosmo do cotidiano do trabalho*. Fortaleza: UFC, 2007. *Práticas de pesquisa em Gestão de pessoas 2 – A tênue separação entre o público e o privado no Brasil*. Fortaleza: UFC, 2008.

lydiampbrito@yahoo.com.br

(**) Enéas Arrais Neto

Arquiteto pela Universidade Federal do Ceará - UFC

Mestre em Sociologia pela UFC

Doutor em Educação (doutorado Sanduíche - University of London)

Pós-Doutor em Filosofia da Arte e Subjetividade pela - École des Hautes Etudes en Sciences Sociales /Paris

Professor Adjunto IV da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC

Coordenador do Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR/UFC.

eneas_arrais@hotmail.com

¹ Doutora em Educação pela UFC. Professora do mestrado em Administração da UNP-RN. Email: lydiampbrito@yahoo.com.br

² Doutor em Educação (doutorado Sanduíche - University of London). Pós-Doutor em Filosofia da Arte e Subjetividade pela - École des Hautes Etudes en Sciences Sociales /Paris. Professor Adjunto IV da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará – UFC. Coordenador do Laboratório de Estudos do Trabalho e Qualificação Profissional – LABOR/UFC. Email: eneas_arrais@hotmail.com

O QUE É SER UM INTELLECTUAL PÓS-MODERNO?

UMA ESTRATÉGIA DO PÓS-MODERNO DIANTE DO
PROJETO EMANCIPATÓRIO MARXIANO DO HOMEM

WHAT IS TO BE A POST-MODERN INTELLECTUAL?

A STRATEGY FOR THE POST-MODERN FACE OF
MARXIAN EMANCIPATORY PROJECT MAN

Jean Paulo Pereira de MENEZES

Mestre em História pela FCH/UFGD-MS,
Docente do curso de Serviço Social e Pedagogia da Unilago-SP.

RESUMO: Este artigo pretende apresentar algumas contribuições ao debate teórico acerca da modernidade e a invenção da pós-modernidade, apenas no sentido de apontamentos críticos para uma concepção de história e tempo presente imediato na sociedade de classes antagonicas. Metodologicamente, o artigo faz parte da construção metodológica do trabalho de pesquisa para doutoramento em História em andamento.

Palavras-chave: Modernidade – Iluminismo – marxismo e pós-modernidade.

ABSTRACT: This article presents some contributions to the theoretical debate about the invention of modernity and postmodernity, only in the sense of critical points to a conception of history and present time in the immediate society of antagonistic classes. Methodologically, the article is part of the construction methodology of the research work for Ph.D. in History in progress.

Key-words: modernity - Enlightenment - Marxism and postmodernism.

1. Introdução

Antes de mais nada, iniciemos apresentando o que é ser um intelectual, para podermos melhor entender o termo substantivado (intelectual pós-moderno).

A palavra intelectual passou a ser empregada a partir de 1898 em Paris para se referir a Emille Zola e seus correligionários que buscavam inferirem através da crítica no espaço público da política francesa. De início a palavra intelectual foi carregada de uma depreciação, pois os intelectuais de Zola eram entendidos pelo governo francês como alguma espécie de bisbilhoteiros da

política do tempo presente¹. Assim mesmo, o termo intelectual pegou e passou a ser um designativo nada pejorativo, uma vez que o intelectual buscava a preservação dos valores burgueses universais como liberdade, justiça etc.

Certamente, dos tempos de Zola até nossos dias, diversos tipos de intelectuais existiram e o conceito também se transformou, principalmente após Marx. E, entre as novas² configurações intelectuais podemos observar: o intelectual pós-moderno.

Se inicialmente, ser um intelectual era a emblematização de posicionar-se publicamente, valendo-se da isonomia e da isegoria, com o desenvolver da tradição marxista, o posicionamento do intelectual vai alçar vôos mais longos, principalmente após Antonio Gramsci.

O conceito de intelectual em Gramsci é muito mais amplo. O intelectual no sentido gramsciano não é necessariamente apenas o palestrante, o literato, os homens das letras diante de seus posicionamentos. Para Gramsci, intelectual é todo sujeito que exerce uma intelecção. Assim, todos os sujeitos são intelectuais. Certamente nem todo sujeito histórico exerce uma função de intelectual na sociedade do trabalho, da mesma forma que nem todo mundo exerce a função de alfaiate ou pedreiro na mesma sociedade do trabalho, porém, nem por isso deixam de saberem costurar ou assentarem tijolos eventualmente. Todavia:

Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, tão-somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividade específica intelectual. Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda

¹ A história do tempo presente que postulamos é fundada na dialética marxiana como método de entendimento da História. Um instrumento teórico-metodológico que nos possibilitou entender o objeto em uma chave ontológica e não apenas como um objeto empiricamente ao léu do processo histórico das aparências sensíveis.

² Se pensarmos que muitos dos elementos presentes nos intelectuais pós-modernos já remontam à Kant, seria prudente considerarmos que esse novo não é tão novo como sugere o termo. Muito do que se defende hoje, os pós-modernos, já é velho conhecido da História.

intervenção intelectual, não se pode se parar o homo *faber* do homo sapiens (GRAMSCI, 1982:07).

Essas considerações se fazem necessárias diante da existência da considerável literatura na historiografia brasileira que se assenta no conceito tradicional de intelectual. Não identificamos uma tradição historiográfica que se baseie em uma produção a partir do conceito proposto por Gramsci sobre os intelectuais. Pelo avesso, localizamos, salvo as poucas exceções (KONDER, 1991) uma tradição calcada no conceito de intelectuais que Gramsci entende como tradicionais. Isso se verifica nos trabalhos de Heloisa Pontes (PONTES, 1997 e 1998), Sérgio Miceli (MICELI, 2001), José Geraldo Vinci de Moraes (MORAES, 2001), isso só para ficarmos entre alguns dos emblemáticos com alto trânsito entre os historiadores brasileiros. Entendemos que ao trabalharem nesta chave do conceito de intelectuais, esses autores também estabelecem limites no que tange ao entendimento de uma categoria tão complexa como essa na sociedade de classes, contribuindo para o apartamento da classe de trabalhadores daquilo que é construído e acumulado historicamente pelo ser, numa palavra, sua capacidade intelectual.

A posição epistêmica³ do intelectual segue por variados referenciais, do positivismo ao pós-modernismo contemporâneo, passando também pelo estereótipo materialista dialético humanista. Assim, os intelectuais devem ser entendidos como uma massa cinzenta heterogênea catalisada pelas universidades e outras instituições⁴, onde representaram a sua vontade de poder individual/grupal ao qual pertence, e mesmo a vontade de poder individual/coletiva. Ambas representantes de uma sociologia da ciência já que não se limitam à produção epistemológica apenas para o bel prazer, pois a fazem conscientes ou parcialmente conscientes de que representam um recorte social.

³ O sentido epistêmico empregado aqui neste nosso trabalho se refere à organização do conhecimento de forma sistemática. Ao nos referirmos ao campo epistemológico não o fazemos com pretensões enciclopédicas, limitando-se assim ao referencial da produção e organização do conhecimento produzido.

⁴ Partidos políticos, associações, sindicatos, etc.

Evidentemente encontraremos na universidade e demais instituições, uma vasta rede de arquétipos de intelectuais. Alguns, despreocupados com a organização social, seja por representarem o recorte que se faz hegemônico da organização político-administrativa do Estado, ou, mesmo por estarem confortáveis diante de seu niilismo acerca da política que lhes parece desinteressante sobre o interessante mundo das representações intelectuais as quais lhes garantem títulos e honrarias, além de um salário estatal para reproduzirem de forma técnica os elementos favoráveis à manutenção do grupo político que administra a coisa pública. Outros, preocupados com a organização social e a instrumentalização de um novo grupo hegemônico que venha a substituir a hegemonia vigente do Estado. Referimo-nos ao intelectual orgânico de Antonio Gramsci, dotado de um engajamento diferente do primeiro e que se pretende capaz de representar o recorte social que não se efetiva no poder por não possuir suas ideologias consolidadas na sociedade marginal como um todo.

Como podemos, *a priori*, apresentar, a Universidade acaba por se enquadrar ou ser enquadrada como uma paisagem de defesa do intelectual orgânico seja ele o da ideologia do estado vigente ou daquela que visa à busca da hegemonia no atual Estado. Em ambos os casos, os intelectuais postulam a representação das massas/classes populares, colocando-se em função de estudá-las e apresentá-las e mesmo de apresentar a elas o estudo que as representa na busca, seja pela manutenção da ordem vigente (que é a síntese geral dos intelectuais pós-modernos) ou pela luta consciente de classes marginais rumo à hegemonia de um novo estado de coisas.

2. O Intelectual substantivado

Diuturnamente, é muito provável que nos deparemos com os agentes da pós-modernidade. Seja através da literatura, filmes, peças teatrais, jornais, revistas, internet, universidades e os relacionamentos sociais do cotidiano.

O que chamamos de pós-modernidade, mais poderia ser chamado de uma grande nuvem cinzenta, com variados tons de cinza. Seria muito difícil e mesmo infantil, compreendermos a pós-modernidade como algo homogêneo e

de fácil identificação coletiva. Trata-se de um conjunto de postulações, nem sempre presente em sua totalidade no discurso de todos os intelectuais pós-modernos. O que não inviabiliza a identificação de elementos centrais que constituem o paradigma pós-moderno.

Diante desta inicial problemática, vejamos mais proximamente alguns desses elementos constitutivos do que chamamos aqui de o paradigma pós-moderno: **a)- a negação da totalidade;** **b)- a negação das grandes narrativas;** **c)- a centralidade do objeto;** **d)- o pluralismo metodológico,** e; **e)- a defesa da alteridade.** Isso só para ficarmos com os mais emblemáticos elementos constitutivos do pensamento dito pós-moderno.

a)- A negação da totalidade

O entendimento de que determinados eventos devem ser entendidos diante de uma totalidade complexa é abandonado pelo intelectual pós-moderno a favor da micro história, a preocupação com o fenômeno em si. Um texto, por exemplo, deveria ser analisado a partir dele mesmo, por si só, uma vez que as conexões de todo o seu processo produtivo lhe é inacessível pelo sujeito que empreende tal tipo de trabalho. A essência do fenômeno livro não é alçada como objeto de investigação por tratar-se de algo que foge as capacidades do sujeito, cabendo ao objeto a centralidade da questão.

A negação da totalidade implica na produção de um tipo de conhecimento encerrado no objeto, sensivelmente captado no cotidiano, detendo-se ao evento e não se preocupando com o processo, a totalidade que origina determinados fenômenos. Estuda-se a festa da Revolução Francesa e não o processo revolucionário. Estuda-se as manifestações da fome, mas não os elementos constitutivos da fomes nos corpos humanos. Estuda-se as representações imediatas e não os conceitos fundamentais das coisas.

b)- A negação das grandes narrativas

Entendemos as grandes narrativas como propostas de entendimento de determinados fenômenos que levam em consideração a longa duração, os

fundamentos ontológicos de constituição dos seres e suas relações diversas. O intelectual pós-moderno entende que grandes narrativas são donas de pretenciosidade e que são incapazes de apreenderem todo o processo de longa duração do fenômeno. As grandes narrativas se enquadrariam em filosofias da história, pouco verificáveis diante da imprecisão de acesso aos fatos pretéritos e a impossibilidade de objetar o futuro. Certamente, a maioria dos pós-modernos se referem aqui, principalmente, aos intelectuais da tradição marxista. A negação das grandes narrativas se faz a favor da pequena narrativa, ou seja, da história micro, da história do cotidiano, do presentismo, do imediato, do relativamente palpável e do efêmero.

c)- A centralidade do objeto

Para o intelectual pós-moderno o objeto é que detém a centralidade interpretativa, pois o sujeito se encontra fragmentado diante da totalidade social, cabendo assim a compreensão de que a centralidade está no objeto, de que ele não é centralizador, pois ele é a centralidade, ou ainda, de que a centralidade está nele (objeto).

A relação entre sujeito e objeto não é compreendida como uma relação centrada no sujeito histórico. Não cabe mais ao sujeito a interpretação da realidade social, pois a concepção de realidade está centrada no objeto, sendo inacessível ao sujeito que não mais é o portador da centralidade das relações sociais, perdendo significância assim para o objeto: o novo centro dos significados.

O objeto fala por si próprio, não sendo possível ao sujeito a pré-ideação, menos ainda a objetivação da coisa em si. Desta maneira, ao identificar a centralidade das relações no objeto, o intelectual pós-moderno tributa ao sujeito um papel, na melhor das hipóteses, dependente deste na construção da história. Não nos enganemos com essa tal centralidade, pois uma mesa não determina as relações entre os homens, nem mesmo uma goiabeira cheia de goiabas produzidas na Argentina. O que determina as relações sociais, fenomênicas ou não, são os próprios indivíduos socialmente entendidos, ou seja, é no sujeito que se encontra a centralidade das relações sociais. São os

sujeitos que realizam o trabalho socialmente necessário para o produto cadeira existir. São os sujeitos que dão vida ao setor da agricultura que se ocupa da plantação de pés - de goiabas como produtos que irão para o mercado, portanto mercadorias existentes como produto da ação interventiva do sujeito diante da natureza.

O intelectual pós-moderno reduz a complexidade das relações sociais de produção em nome de uma simplificação do papel do indivíduo social na história quando reconhece no objeto a centralidade de todo o processo histórico das relações sociais. O paradigma pós-moderno, aqui, faz mais um grande serviço às relações sociais mistificadas na sociedade capitalista. Tira arbitrariamente o papel interventivo do sujeito histórico e a sua capacidade compressão da realidade concreta da qual é o personagem fundante. Presta também o (de)serviço ao tirar do sujeito a capacidade de transformação da realidade social plantada na exploração de classes economicamente distintas, contribuindo sobremaneira para a manutenção do estado de coisas vigente, tais como exploração do trabalho em todo o planeta, pois, entender as relações entre capital e trabalho seria, para o pós-moderno algo extremamente pretensioso e fora das possibilidades do sujeito, exceto através de uma filosofia da história que associam a uma espécie de religião da modernidade, prometedora do paraíso terrestre entre os homens (falaremos mais desta questão adiante).

d)- O pluralismo metodológico

Acredita-se que o pluralismo metodológico é a expressão das diversas visões de mundo, deixando assim os seus diversos olhares sobre os fenômenos sociais. A pluralidade aqui faz coro com o ideal de diversidade que defende a máxima: “*de que quanto mais, melhor,*” para entender os fenômenos, ou seja, mais rico será o olhar daquele que observa. Uma forma bastante democrática de se fazer o celebrar das diferenças teórico-metodológicas que constituem a história da humanidade. Não se preocupam em identificar a totalidades das realmente múltiplas perspectivas teóricas e metodológicas produzidas pelo ser social, esquecendo-se aqui, o intelectual

pós-moderno, que todo o riquíssimo campo das teorias e métodos são as expressões dos momentos históricos vivido pelos sujeitos. Mais uma vez, aqui, a postura do paradigma em questão ignora a totalidade e os conflitos dessa totalidade socialmente construída. Tal postura contempla a harmonia onde impera o conflito, a idéia plural diante do concreto tangido pelo poder das relações sociais.

Entendemos que o pluralismo, ao se direcionar às perspectivas teóricas e metodológicas, podem gerar um campo complexo e perigoso, onde as perspectivas em jogo nem sempre são plausíveis de compressão daquilo que se estuda, analisa e edifica cognitivamente. Situações emblemáticas como àquelas em que se constrói em ciências históricas, propondo diálogos teóricos metodológicos pouco, ou nada, exequíveis, por exemplo: Pierre Clastres e Meillassoux; Michael Foucault e Henri Lefebvre, ou ainda, Karl Marx e Leopold Von Ranke. Salvo as singularidades de cada momento da trajetória intelectual desses autores, colocá-los ou mesmo elencá-los como sinonimais teoricamente e metodologicamente, seria um absurdo. Só para ficarmos com o primeiro caso, vejamos uma análise de Pierre Clastres sobre Meillassoux e Godelier em 1978, pouco antes do falecimento do primeiro autor:

Tome-se, por exemplo, Meillassoux. Ele seria, dizem, uma das cabeças pensantes (pensantes!) da antropologia marxista. Nesse caso preciso, esforços penosos me são poupados graças à análise detalhada que A. Adler dedicou a uma obra recente desse autor. [...] há algo de Monsenhor Lefebvre nesse homem: o mesmo fanatismo estreito, a mesma alergia incurável à dúvida. [...] Mas Meillassoux não é o único, e seria injusto para os outros fazer pensar que ele detém o monopólio do marxismo antropológico. Por um cuidado de equidade, convém dar a seus colegas o lugar que merecem. Tome-se, por exemplo, Godelier. [...] Seu marxismo chama a atenção, pois parece menos áspero, mais ecumênico que o de Meillassoux. [...] Seria então um oportunista? Nada disso. É um atleta do pensamento, que empreendeu fazer a síntese entre estruturalismo e marxismo. É preciso vê-lo saltitar de Marx a Lévi-Strauss. (Saltitar? Como se fosse um passarinho? São guinadas de elefante!) (CLASTRES, 1978).

O caso citado aqui é emblemático das polêmicas acadêmicas engajadas e ilustra bem nossa preocupação como pluralismo metodológico

como um dos elementos da pós-modernidade e a maior parte de seus intelectuais.

Com efeito, nada impossibilitaria o desenvolvimento de um estudo entre “deus” e o “diabo” e todos os seus seguidores, entretanto, não levar em consideração as múltiplas possíveis das perspectivas teórico-metodológicas que se postula, poderia, na melhor das hipóteses, promover uma construção sobre determinados problemas altamente fragilizada. Reafirmamos, não se trata de elencarmos perspectivas “amigas”, mas da necessidade de clareza sobre essa questão para que não se redunde na vulgarização e na teoria do relativismo cognitivo presente no paradigma pós-moderno⁵.

e)- A defesa da alteridade

Ciro Flamarion Cardoso (CARDOSO, 2005) apresenta este elemento no campo pós-moderno como sendo um artifício metodológico para justificar o seu próprio campo: a pós-modernidade e o modo de produção vigente.

O conceito de alteridade, bastante presente entre os trabalhos de ciências humanas de caráter etno-históricos, nos remete ao relacionamento diante do “outro”, se identificando ao não idêntico, ou seja, apresenta-se uma perspectiva de identidade a partir do “não ser” o “outro”. Diante deste apresentar de palavras trocadas, a idéia de alteridade, mesmo que reconheça a existência do diferente, o entende como parte constitutiva do ser diante desses “outros” o que pode sugerir uma espécie de harmonização diante das “representações” do outro, o que por sua vez pode nos levar ao velamento dos conflitos sociais de classe antagônicas, pois a pluralidade de “outros” seria o campo privilegiado da construção da identidade do ser.

Desta forma, o intelectual pós-moderno apresenta-nos um ideal bastante perverso diante do concreto, pois esconde com este termo a luta de classes como um dos elementos constitutivos da História do Ser Social, contribuindo para a manutenção de uma classe privilegiada (harmonizadora dos conflitos sociais) ao lado de outra classe, desprivilegiada, na sociedade do mercado

⁵ Tratei mais aprofundadamente sobre esse tema em minha dissertação. Ver, MENEZES, 2009.

(receptora da ideologia da harmonia diante do “outro” no paradigma pós-moderno).

Metodologicamente, como estratégia, o intelectual pós-moderno defende a alteridade como forma de manter-se no campo cognitivo como um inocente “outro” que compõe a pluralidade teórica e metodológica, quando na realidade se utiliza deste argumento para sobrepor-se as demais perspectivas teóricas e metodológicas, principalmente no que se refere ao materialismo histórico e dialético.

3. A estratégia pós-moderna no tempo presente

O discurso e a prática da pós-modernidade é capaz de nos recheiar com uma série de episódios adocicados as concupiscências da economia globalizada. Neste contexto observamos os vieses das propagandas acadêmicas onde se cultua a perspectiva da narrativa como ato criador da produção alicerçada no idealismo antropológico que abarca olhares meta-subjetivos para a História e seus eventos objetivamente pregadores de um homem concreto e sujeito *da* e *na* História.

O pensamento pós-moderno postula uma série de valores subjetivos e infundados sobre o Iluminismo quando se pauta em desenvolver a crítica ao racionalismo burguês. Um posicionamento contraditório, uma vez que o pensamento pós-moderno é fruto do desenvolvimento da ideologia da modernidade. Ou seja, um desdobramento das ideologias no sistema econômico do capital, onde projetar-se visando à emancipação do homem torna-se algo combativo a sua necessidade de alienação social. Pois seria o mesmo que alimentar o processo de consciência da sociedade globalizada e consumidora de mercadorias, rumo a desalienação.

Desta forma, a pós-modernidade lança a culpa pelos desastres do atual sistema global ao racionalismo do século XVIII, ao técnico-cientificismo do século XX, para ocultar o seu real objeto de combate que está no século XIX: o marxismo e seu projeto emancipatório do homem (ANDERSON, 1989).

O conjunto de intelectuais que se identificam com o termo pós-moderno (entre eles, filósofos e historiadores) atacam o projeto emancipador proposto pelo racionalismo desde o século XVIII. Desenvolvem críticas a razão, colocando-a no banco dos réus e a condenando como incapaz de promover a liberdade e o bem humano (FUKUYAMA, 1992: 350-351). Atribuindo-lhe assim, a responsabilidade por todos os desastres da humanidade: guerras; poluições; desigualdades políticas, econômicas e sociais; entre as desgraças de todos os tipos e formas. Combatem ainda as visões holísticas e estruturais da história.

Assim, defendem o estudo dos recortes, das representações subjetivas, pois quase sempre são críticos da visão coletiva de um “fenômeno”. Abandonam o homem como sujeito por considerarem que este está submetido ao controle estrutural da sociedade e da economia. Gerando assim um pessimismo, sem esperanças de transformações da sociedade globalizada.

Diante destas frustrações, os intelectuais pós-modernos se apresentam incapazes de reordenar a situação catastrófica que estes mesmos identificam na história do presente. Qual seria o elemento ou conjunto destes que, de fato, impedem os pós-modernos de atuarem como intelectuais engajados além de movimentos recortados do todo, como os “movimentos de minorias”?

Buscando a objetividade, é possível operar um outro problema a lado de uma hipótese: Qual é a contribuição dos postulados teóricos da pós-modernidade para o presente? Seria pertinente verificarmos qual é a possibilidade desta ideologia ser uma forma/instrumento de cristalização do próprio projeto do racionalismo burguês, diante de todos os seus erros e catástrofes auferidas ao homem no decorrer destes últimos séculos. E ainda, em que medida o discurso da pós-modernidade não é caminho direto para a consolidação da sociedade de consumo capitalista e também uma ação prática que se utiliza do subjetivo para minar as possibilidades de concretização do projeto emancipador do homem através marxismo apresentado desde o século XIX?

O ataque ao Iluminismo possui fraca ressonância, uma vez que poucas vozes se apresentam para defendê-lo. Por quê? Seria por estarem eles

mesmos utilizando a roupagem do pós-modernismo para se safarem das responsabilidades diante da História e do sujeito?

É possível observar um desesperado combate aos projetos desalienadores (GRAMSCI, 1984) em defesa de que o homem emancipado e sua proposta ficaram no pretérito, distante das novas realidades e dificuldades que o mundo nos apresenta hoje. Portanto, já não importa mais quem seja você ou o outro. O que vale é sentir-se vivo e funcional diante do todo. Viver a espera de uma visão de mundo romântico, onde o amanhã dependa das ações do hoje seria minimamente perda de tempo diante da concepção de homem na pseudo pós-modernidade.

Diante deste quadro, o pós-moderno, seus intelectuais e seus discursos camaleões mutantes acabam por instigar a inércia política, o contentamento funcional diante da economia e o embrutecimento da sociedade. Efeitos perfeitamente excepcionais para a reprodução do capital em qualquer paisagem humana a desumanizar-se a qualquer instante.

A indústria cultural (ADORNO & HORKHEIMER, 1985: 113-156) passa a fundir-se com esta proposta fragmentada de existência pós-moderna, promovendo a massificação da ideologia de consumo no capitalismo, gerando o tipo de homem ideal para o sistema: o *Homo symbolicus* (CARDOSO, 2005: 282). Cristalizando todas as problemáticas que o próprio discurso pós-moderno identifica na organização da sociedade atual como sendo obras da modernidade que decretara o seu próprio fim.

Desde então, a culpa não é “nossa”, é do iluminismo!

4. Considerações finais

Pretendeu-se com o artigo, apresentar algumas contribuições sobre o debate acerca do paradigma pós-moderno de forma crítica, apontando alguns de seus elementos. Pretendeu-se, ao mesmo passo, apresentar aos alunos de graduação, uma introdução ao debate sobre essas pretensas teorias sociais, sem as devidas citações de seus intelectuais, nos ocupando de apresentar a intelectualidade diante de uma perspectiva coletiva e bastante diversa.

Evidentemente, a abordagem deve ser estendida, mas reafirmamos, tratou-se de um texto introdutório ao debate teórico mais profundo.

5. Referências

ADORNO, THEODOR W. & HORKHEIMER, MAX. *Dialética do esclarecimento*. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Tradução de Marcelo Levy. São Paulo: Brasiliense, 2ª edição, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Um historiador fala de teoria e metodologia*. Ensaios; Bauru-SP, EDUSC, 2005.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Trad. de Aluyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. 5ª edição. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

KONDER, Leandro. *Intelectuais Brasileiros & Marxismo*. Oficina de Livros: Belo Horizonte, 1991.

MENEZES, Jean Paulo Pereira de. *Os Intelectuais, a política e suas perspectivas [...]*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados – MS, 2009.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2001.

PONTES, Heloisa. *Círculo de intelectuais e experiência social*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 12, n. 34, 1997. p. 57-69.

PONTES, Heloísa. *Destinos mistos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

A CRISE DO TRABALHO DOCENTE NO SOCIEDADE DO TRABALHO

THE CRISIS OF TEACHING WORK WITHIN THE CRISIS OF THE SOCIETY OF WORK

Eduardo Donizeti Girotto¹

Najla Mehanna Mormul²

RESUMO

O presente trabalho, efeito de pesquisas realizadas em escolas públicas na região metropolitana de São Paulo, busca analisar a crise do trabalho relacionando-a com uma crise mais ampla e que envolve a sociedade moderna, totalizada pelo modo de produção capitalista. Esta sociedade assenta suas bases e fundamentos em uma noção de trabalho que, ao contrário de dar identidade e significado para as práticas sócio-espaciais de homens e mulheres espalhados por diversos territórios do mundo, tem como único objetivo reproduzir um modo de produção pautado na mercadoria. Este trabalho abstrato, produtor de alienação, visa totalizar todas as formas de produção. Com o crescente processo de proletarização do professor, verificado pela retração das condições de realização de seu trabalho ao mínimo necessário, o trabalho abstrato passa também a totalizar as atividades docentes. Com isso, de construtor de reflexões e questionamentos sobre a sociedade, o professor passa a se inserir nesta lógica como apenas mais um trabalhador alienado pela reprodução de um trabalho abstrato que só tem sentido no interior do modo de produção de mercadorias.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho docente – Capital – Ação – Política – Trabalho Abstrato

ABSTRACT

The present work, effect of research conducted in public schools in the metropolitan region of Sao Paulo, analyzed the crisis of work relating it to a broader crisis that involves the modern society, totalized by the capitalist mode of production. This society builds its bases and foundations on a notion of work that, unlike of give identity and meaning to the socio-spatial practices of men and women scattered in different territories of the world, has the sole purpose of playing a mode of production founded on the commodity. This abstract work, producer of alienation, aims to totalize all forms of production. With the growing process of impoverishment of the teacher, verified by the retraction of the conditions for their work to a minimum, the abstract work is also to totalize the teacher's works. With this, builder of reflections on society, the teacher moves to fill this logic as just another alienated worker for the reproduction of an abstract work that has meaning only within the mode of production of goods.

KEYWORDS: Teacher's work – Capital – Action – Politics – Abstract work

INTRODUÇÃO: DO TRABALHO AO TRABALHO ABSTRATO

Uma das questões essenciais que tem marcado o debate de diferentes correntes no interior do pensamento marxista diz respeito a chamada ontologia do trabalho. Nesta discussão, a problemática envolve o significado do trabalho enquanto categoria de interpretação da sociedade capitalista. Os defensores da chamada ontologia do trabalho alegam ser esta uma categoria transitória fundadora da condição humana. Para tais autores, seria o trabalho um dos processos responsáveis pela humanização dos seres humanos e para sua constituição enquanto seres sociais. É por meio do trabalho que o homem se apropria do meio, sendo que esta relação a cada ação desencadeada pelos homens no sentido de “dominar” as forças naturais há uma mútua modificação. Ao transformar o meio a partir do trabalho, os homens se modificam objetiva e subjetivamente.

Para legitimarem sua argumentação, os autores desta ontologia do trabalho partem de trechos das obras de Marx. Em alguns trechos de “O

Capital”, como o que citamos logo a seguir, esta noção está posta.

Antes de tudo, o trabalho é um processo do que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços, e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil a vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 1984, p. 202).

Há, porém, uma certa vertente no interior do pensamento marxista que discorda desta leitura acerca da ontologia do trabalho. Para autores como Paul Lafargue e, mais recentemente, Robert Kurz, a categoria trabalho só tem sentido no interior do modo de produção capitalista. Segundo o Robert Kurz, esta sociedade surgida do desenvolvimento do modo de produção capitalista e do conseqüente advento da modernidade, para além das muitas designações cunhadas para defini-la (*sociedade do consumo sociedade da informação*, entre outros) deve, antes, ser denominada de “Sociedade do Trabalho”. Esta denominação se justifica no sentido em que o trabalho aparece, nesta sociedade, como mediador positivo das relações sociais, perpassando as práticas e os discursos científicos e ideológicos em diferentes momentos e situações.

Em sua forma especificamente histórica, o trabalho nada mais é do que a exploração econômica abstrata, em empresas, da força de trabalho humana e das matérias-primas. Nesse sentido ele pertence exclusivamente à era moderna, e como tal foi acolhido acriticamente por ambos os sistemas conflitantes do pós-guerra. Esse trabalho, nessa curiosa forma abstrata, pode ser definido também como atividade que, de maneira igualmente curiosa, traz sua finalidade em si mesma. (KURZ, 1999, p. 18)

Como podemos perceber neste trecho, o trabalho, segundo o autor, não é, de forma alguma, supra-histórico. Enquanto categoria explicativa da sociedade atual, ele surge como fundamento do modo de produção capitalista e da sociedade moderna dele advinda e só tem sentido enquanto categoria no interior desta sociedade. Não há, portanto, uma categoria trabalho atemporal, transistórica, ontologizada, como fundamento do homem e de sua formação

enquanto ser social. Ao contrário, trata-se de um trabalho situado e localizado no interior destes processos, trabalho abstrato que tem como único objetivo reproduzir as contradições sociais ligadas ao modo de produção capitalista em sua totalização da sociedade.

Segundo Kurz, em outras formas de organizações sociais anteriores ao capitalismo – ou sistema mundial reprodutor de mercadorias como define o autor – a categoria trabalho não está presente. Contrapostas ao trabalho, categoria moderna como vimos, outras formas de atividades responsáveis pela mediação entre homem e meio, produziram outras maneiras objetivas e subjetivas de reproduzir a vida social, no que diz respeito às necessidades de sobrevivência biológica e social dos homens reunidos em comunidades. Com o advento do trabalho abstrato, a reprodução da sociedade está para além das necessidades reais da reprodução do homem enquanto ser biológico. Se o trabalho *aparece*, nesta sociedade, como o gasto de energia necessário para que os homens se reproduzam enquanto seres sociais e biológicos, ele é antes *mediação* necessária para que a lógica do sistema mundial produtor de mercadorias se realize. Apesar de sua aparência positiva, o trabalho abstrato, oculta a negatividade da alienação do homem em relação ao meio e as suas reais condições de reprodução social, em favor da reprodução de toda a sociedade que, neste caso, nada mais é do que a reprodução ampliada do sistema mundial produtor de mercadorias. Dessa maneira, a reprodução da sociedade do trabalho como elemento tautológico, com um fim em si mesmo, é o objetivo único que põe sobre a categoria trabalho a centralidade no interior do modo de produção capitalista, mesmo que a reprodução geral da sociedade apareça como reprodução isolada.

Ao analisar a crise do socialismo real, Robert Kurz aponta para o fato de que o mesmo deve ser entendido como um momento da reprodução ampliada do modo de produção capitalista e não como alternativa provável de enfrentamento, de revolução social contrária ao desenvolvimento do capitalismo. Para fundamentar seu argumento e sua crítica, o autor constrói uma análise que busca desvendar os pressupostos e fundamentos comuns existentes entre os dois sistemas econômicos e sociais, entre o socialismo real e o modo de produção capitalista. Entre os elementos comuns, o autor destaca a similaridade como os dois sistemas concebem a categoria trabalho, vista

como positiva e ontológica. A exploração do trabalho enquanto fundamento destes dois sistemas e a crise verificada nos mesmos decorrentes das contradições relacionadas à sociedade do trabalho são, portanto, elementos que permitem uma análise para além da perspectiva dual do enfrentamento entre socialismo e capitalismo, possibilitando assim uma leitura que parta do pressuposto do socialismo real enquanto momento da reprodução ampliada do modo de produção capitalista.

Porém, já no início final do século XIX Paul Lafargue apontava para aquilo que ele considerava como uma miopia do movimento proletariado, que seja, uma certa apologia do trabalho como redentor da humanidade. Segundo o autor,

Uma estranha loucura está a apossar-se das classes operárias das nações onde reina a civilização capitalista. Esta loucura arrasta atrase de si misérias individuais e sociais que, há dois séculos, atormentam a triste humanidade. Esta loucura consiste no amor ao trabalho, na paixão moribunda pelo trabalho, levada ao depauperamento das forças vitais do indivíduo e da sua prole. Em vez de reagirem contra esta aberração mental, os padres, os economistas e os moralistas sacrossantificam o trabalho.” (LAFARGUE, 1977, p.11)

A ontologia do trabalho como elemento fundamental da humanidade pretende-se enquanto explicação racional capaz de dar sentido a chamada alienação do capital que se torna, por sua vez, alienação do trabalho. Segundo Lafargue, ao lutar a favor do trabalho e não contra a estrutura social na qual ele é um dos princípios fundamentais, os trabalhadores reproduzem as próprias condições de sua alienação, no sentido em que perdem de vista o fato de que esta sociedade reproduz-se criticamente a partir do trabalho abstrato. A afirmação do trabalho enquanto fundamento ontológico da humanidade, enquanto categorial atemporal oculta o fato de que só nesta organização social as relações sociais são totalizadas pelo trabalho. Neste sentido, o trabalho abstrato, desde o seu início, é anti-humano, porque limita as potencialidades dos homens àquelas definidas anteriormente pelo capital.

Em outra perspectiva, Hannah Arendt, em seu livro “A condição Humana” busca compreender os fundamentos da própria humanidade, mesmo que limitada as experiências dos atenienses no período clássico da Grécia Antiga. Em sua análise, o trabalho surge como um dos elementos – e não

como o principal – na definição das relações dos homens entre si e com o meio. Para a autora, o trabalho humano seria o responsável pela sensação aparente de durabilidade frente a instabilidade da condição humana. Seria, portanto, a marca dos homens que, em certa medida, lhes garantiria a permanência mesmo após a vida biológica ter se findado. Vale ressaltar que para a autora o trabalho não constitui em elemento central da vida humana, mas divide lugar com o labor e a ação enquanto elementos marcantes da condição humana. Enquanto o labor pode ser entendido como a energia vital necessária para que o homem reproduza sua condição de ser vivo, o trabalho e a ação seriam os elementos fundamentais para a realização do homem enquanto ser social. A partir do trabalho, o homem se relaciona com o meio e o transforma materialmente, criando uma certa aparência de durabilidade de sua condição instável. Já na ação, é a partir da palavra, do discurso e de suas práticas políticas que esta sensação de durabilidade é construída. Apenas na e pela ação que o homem se constitui enquanto ser político.

É com palavras e atos que nos inserimos no mundo humano; e esta inserção é como um segundo nascimento, no qual confirmamos e assumimos o fato original e singular do nosso aparecimento físico original. Não nos é imposto pela necessidade, como o labor, nem se rege pela utilidade, como o trabalho. Pode ser estimulada, mas nunca condicionada pela presença dos outros em cuja companhia desejamos estar; seu ímpeto decorre do começo que vem ao mundo quando nascemos, e ao qual respondemos começando algo novo por nossa própria iniciativa. Agir, no sentido mais geral do termo, significa tomar iniciativa, iniciar (como indica a palavra grega *archein*, começar, ser o primeiro e, em alguns casos, governar), imprimir movimento a alguma coisa (que é o significado original do termo latino *agere*). (ARENDR, 2008, pags. 189-190)

É, portanto, a partir da ação que o homem nasce para o mundo, constitui-se enquanto ser político, em relação constante com os outros homens e com o meio. Esta afirmação humana, como aponta Arendt, não se constituiu enquanto necessidade, mas é resultado da própria escolha, da sua capacidade de decidir e de iniciar algo novo.

Com o advento da modernidade, porém, há uma inversão destas relações entre labor, trabalho e ação que Arendt identifica como elemento central no processo de alienação humana. Segundo a autora, o trabalho que tinha como única utilidade criar a sensação de permanência da condição

instável da humanidade se impõe como condição necessária para que o próprio trabalho abstrato, base do desenvolvimento do modo de produção capitalista, crie as condições para que uma nova forma de relação entre os homens e o meio surja. Retornado a KURZ, é este trabalho que se torna a base da reprodução social da mercadoria. Para o autor,

A forma de reprodução social da mercadoria torna-se uma segunda natureza, cuja necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente insensível e exigente como o da primeira natureza, apesar de sua origem social. (KURZ,1999, p. 21)

Neste sentido, numa tentativa de diálogo entre Arendt e Kurz vemos que, com o advento do trabalho abstrato a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista, o labor, primeira natureza porque necessária a reprodução básica do homem enquanto ser biológico, só pode se realizar a partir da inserção do indivíduo nos termos da sociedade do trabalho, totalizada pelo trabalho abstrato. Apesar de surgir para o indivíduo como necessidade natural, este trabalho e as relações dele resultantes são antes condição social de reprodução do modo de produção capitalista, sendo, portanto, necessário não a reprodução dos homens, mas a reprodução desta sociedade como um fim em si mesmo.

Totalizada, desta forma, pelo trabalho abstrato, a vida humana não pode ser realizada enquanto ação nos princípios definidos por Arendt. A ação, neste sentido, se realiza enquanto simulação, enquanto sensação de se agir consciente sem o saber que assim o faz em favor da própria reprodução do modo de produção capitalista. É, portanto, o caminho da desumanização no sentido em que o nascimento social dos homens já não mais se realiza.

A análise desta problemática aponta-nos, portanto, uma necessidade cada vez maior de se produzir uma crítica social e científica que tenha como objeto as categorias que dizem respeito ao modo de produção capitalista. De outra forma, se assim não procedermos, corremos o risco de produzir uma crítica que se constitui antes como apologia do modo de produção capitalista. Esta análise se torna ainda mais necessária quando a crise da chamada sociedade do trabalho se aprofunda, apontando assim seus limites e deixando escapar possibilidade de superação – não da crise, mas da sociedade e de

seus fundamentos.

A CRISE DO TRABALHO DOCENTE

Voltemos agora para a realidade encontrada nas escolas estudadas durante o desenvolvimento da pesquisa. Como forma de interpretação dos relatos obtidos em nossos trabalhos de campo naquela unidade escolar, nos propomos aqui pensar a crise do trabalho docente ali verificado enquanto momento da crise da sociedade do trabalho. A crise da sociedade do trabalho surge no momento inicial da sua formação. Põe e se repõem conforme aprofunda sua reprodução e assim suas contradições internas. Apesar de *aparecer* como solução da crise, a expansão do modo de produção capitalista aprofunda-a no sentido em que aprofunda também suas contradições fundamentais. No caso da análise da crise do trabalho docente enquanto momento da crise da sociedade do trabalho, algumas dificuldades são encontradas, principalmente no que diz respeito a se estabelecer uma relação entre um momento particular e o desenvolvimento geral da categoria trabalho no interior da sociedade do trabalho.

A análise crítica do trabalho docente enquanto trabalho abstrato passa ao largo de diversas análises que propõem compreender a problemática dos professores em suas práticas cotidianas. O que temos visto é que muitas destas análises, ao centrar demais o olhar sobre a profissão docente enquanto trabalho diferente dos demais, isola o professor do restante da sociedade, como se a relação aluno-professor-escola pudesse ser pensada para além da análise de toda a sociedade. Nosso pressuposto teórico parte da seguinte afirmação: a crise do trabalho docente, que ora verificamos, é um momento da crise da sociedade do trabalho que apresenta suas particularidades e problemáticas próprias que precisam ser desvendadas para que a crise geral possa também ser melhor compreendida.

Para tanto, porém, faz-se necessário considerarmos que ao tratarmos da sociedade do trabalho o fazemos a partir de certa situação geográfica, que seja, um olhar situado na periferia dos processos ligados a lógica de reprodução do sistema mundial produtor de mercadorias. Falamos, portanto, de uma sociedade do trabalho que não se formou enquanto trabalho

para todos, principalmente porque nossa acumulação primitiva não ocorreu nos moldes descritos por Marx. Ao mesmo tempo em que uma grande parcela da população no Brasil tem sido expropriada dos seus meios de produção, esta mesma parcela não se forma enquanto mão-de-obra assalariada, enquanto elemento vivo do trabalho abstrato. Vivemos, portanto, a perspectiva de uma sociedade do trabalho que se realiza enquanto sociedade do não-trabalho, o que contribui, em certa medida, para reafirmar a positividade do trabalho enquanto aparência. Nesta perspectiva, o problema não está no trabalho abstrato, mas em sua falta. E as lutas sociais que, em aparência e discurso, se põem como críticas contribuem para a reprodução ampliada do modo de produção capitalista, ao defenderem o trabalho enquanto fundamento ontológico da humanidade.

Neste sentido, nossa análise parte da compreensão do trabalho docente dos professores em escolas na periferia da cidade de São Paulo. Esta observação faz-se necessária no sentido em que, na periferia, esta crise da sociedade do trabalho, que aqui parcialmente se formou, pode ser verificada mais claramente. Na periferia, encontramos a sociedade do trabalho ainda enquanto projeto, ao mesmo tempo em que já se põe como tragédia. E cabe a escola, pelo menos em discurso, realizar certas ações que permitam manter as aparências, ocultando a tragédia a partir da falsa produção do projeto. À escola, em grande medida, cabe realizar a continuidade da acumulação primitiva, formando ideologicamente a mão-de-obra a partir da apologia do trabalho enquanto único elemento redentor de toda a humanidade. Cabe, portanto, a escola, a partir da apologia do trabalho ocultar as contradições da sociedade do trabalho que se realize na atualidade enquanto negação do trabalho.

A partir disso, qual o papel que tem desempenhado o trabalho docente neste contexto? O discurso do trabalho docente tenta dar significado aquilo que, no interior do modo de produção capitalista não tem sentido para além do capital, que seja, o trabalho abstrato. Ao produzir, pelo menos em aparência, mão-de-obra para este trabalho, o faz sem que sejam desvendadas as contradições presentes no seu próprio interior e que são, enfim, contradições de toda a sociedade. Ao se esvaziar da crítica à sociedade do trabalho, o trabalho docente se reafirma enquanto trabalho abstrato, porque

medido em horas-aulas, porque igual e quantificado em relação a qualquer outro trabalho. Isto talvez explique a utilização cada vez maior de termos econômicos e administrativos para avaliar o “desempenho” – e aqui está um deles - dos alunos e professores: produtividade, rendimento, etc.. A adoção da linguagem econômica e administrativa no interior do processo educativo é uma das marcas de uma sociedade dominada pelo trabalho abstrato. Para além da crítica, o que temos visto é a adequação à linguagem e aos lugares comuns que marcam esta sociedade e que ocultam suas contradições.

Da mesma forma, a adoção de currículos únicos, da centralização daquilo que deve ser ensinado, da negação do lugar como realidade a ser analisada, discutida, conhecida também são elementos que revelam a relação do trabalho docente com a manutenção das aparências em uma sociedade em crise. A aparente preocupação social de determinadas ações no sentido de centralização curricular que *parecem* significar anseios de toda a sociedade, ocultam os interesses únicos da sociedade do trabalho. A apologia do trabalho precisa se formar enquanto verdade transistórica e trans-espacial. Precisa ser verdade em São Paulo e em Recife. Precisa unir os trabalhadores em favor do trabalho e não contrários a ele. Para tanto, cabe também a escola realizar este discurso. Uma rápida olhada pelos livros didáticos espalhados pelo país e logo constataremos a força do discurso da sociedade do trabalho que rapidamente se espalha, criando assim a aparência de amálgama social em uma sociedade em ruptura.

Por sua vez, quando inerte e paralisante, o trabalho docente é também trabalho abstrato como outro qualquer, vazio de significados, repleto de contradições não desvendadas porque para isto não se propõe. Em certa medida, isso explica o cansaço, as faltas excessivas, o desânimo que temos encontrado nos corredores das escolas estudadas, cansaço diário de uma rotina que tem no pagamento do final do mês, muitas vezes, seu único significado. Nestes corredores também está presente certa nostalgia, uma romantização, a idealização de um passado que muitas vezes não existiu. Fala-se de melhores condições de trabalho, de perspectivas, de salários mais elevados, de um “*momento onde o trabalho docente tinha significado*”. Não há, porém, a crítica à sociedade do trabalho, nem ao trabalho abstrato como seu fundamento. O que há, ao contrário, é uma reafirmação do mesmo quando

ainda lhe era possível esconder parte de sua abstração porque a aparência de elevação social assim o permitia. Este ocultamento era possível também porque a acumulação de capital e sua reprodução “*inseriam*” os alunos recém-saídos daquelas salas de aula. À realização da acumulação primitiva, da formação da mão-de-obra assalariada acompanhava um processo de ascensão social pelo trabalho, isto porque, assim como o trabalho, a escola era também para poucos. Apenas alguns se formavam como trabalho assalariado, enquanto uma massa gigantesca encontrava-se fora da escola, marginalmente a sociedade do trabalho. Havia perspectiva de futuro, mesmo que em aparência, mesmo que só para alguns. Por causa disso, desta perspectiva de futuro, ainda era possível controlar a periferia. O autocontrole estava presente como ação necessária, pelo menos em aparência, para a garantia de futuro.

Com o aprofundamento da crise da sociedade do trabalho, já não há mais esta perspectiva. A sociedade do trabalho, em sua crise mundial, se realiza enquanto negação do trabalho nas periferias. Gerações se reproduzem as margens desta sociedade e também no seu interior. A democratização do acesso a educação significou acesso ao discurso da sociedade do trabalho e a não inserção de fato na mesma enquanto trabalhador assalariado. Há agora excesso de trabalhadores formados em uma sociedade na qual o trabalho é cada vez menos necessário. Estas gerações, expropriadas da sociedade do trabalho porque nem mais constituídas enquanto reserva de mão-de-obra assalariada já não encontram sentindo no discurso do trabalho reproduzido no interior da escola. Encontram-se, ao mesmo tempo, entre uma certa contestação e o fatalismo, encontrado em frases como “*mas sempre foi assim!*”. Como alunos, aprenderam a *jogar a jogo*, entenderam as regras da dissimulação presente na escola. Já pensam numa reprodução com o mínimo de trabalho, sem, porém, negar o capital e sua lógica. A expansão do tráfico de drogas e do domínio que exerce sobre a reprodução da vida social nas periferias é uma das marcas deste contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DO TRABALHO ABSTRATO À AÇÃO DOCENTE

E são todas estas contradições que explodem nos corredores da

escola, que hoje se deixam aparecer e permeiam as relações sociais entre os diferentes sujeitos da educação. A violência, tantas vezes discutida e analisada, é um momento do aprofundamento da crise da sociedade do trabalho que tem negado a uma grande quantidade de pessoas a possibilidade de realização da própria vida, enquanto elemento biológico. Porém, a esta crise que ganha força na escola e ali se deixa transparecer não se tem acompanhado um processo de análise e interpretação crítica da mesma. Em vão, professores tentam se proteger. Em vão, muros são erguidos, vigias contratados, disciplina requerida. A crise social, que ora verificamos, não é crise da escola e nem daqueles que a compõem. É crise da sociedade do trabalho, crise que expõe os limites da reprodução desta sociedade e que encontra na periferia suas mais profundas marcas. Para além da revolução, a resposta dada nas periferias vem por meio da violência generalizada, do avanço do tráfico, da banalização da vida, da fetichização da técnica. O grito não é contra o capital como querem nos fazer crer algumas letras de RAP¹, mas a favor da mercadoria, dos fetiches que sustentam a sua reprodução. É crise a favor da sociedade do trabalho, mesmo que esta já não seja mais possível. Crise que desvenda, por sua vez, a distância entre a crítica social e as práticas que por ora se realizam em pseudo-tentativas de enfrentamento.

O silêncio dos professores frente a tudo isso é marca de que a sociedade do trabalho nada deixa escapar. É a marca da ação transformada em simulação. Em nossa perspectiva, porém, a escola não pode ser pensada enquanto lugar do trabalho. É, antes, lugar da ação, do nascimento político dos homens, como nos aponta Arendt. É pela, escola, que os alunos podem iniciar algo novo, inserir-se criticamente num mundo posto, que de forma alguma são obrigados a aceitar. E é esta a escolha que, em certa medida, deveria caber aos professores. Escolha que é antes ação. Ação que é nascimento político e social, reinvenção, mesmo que insuficiente, mas necessária, da ordem das relações entre os homens e a sociedade.

Para tanto, a questão não está em controlar ou não a crise, mas em interpretá-la a partir de uma análise mais ampla da relação com toda a sociedade do trabalho, em buscar, no diálogo criativo com os diferentes

¹ Do inglês, ‘rhythm and poesy’; na tradução, “ritmo e poesia”.

sujeitos da educação, caminhos para superação da sociedade do trabalho. Como docente, cabe decidir a forma de encará-la, buscando nos limites de minha própria prática, as possibilidades da crítica a ser construída. Para além de um discurso reprodutor das contradições relacionadas ao capital, faz-se necessário que se possibilite a um número cada vez maior de pessoas uma compreensão categorial da crise para que a aparência de solução não seja tomada por solução. A partir de práticas cotidianas, cabem aos docentes a construção de momentos e movimentos, no interior do processo educativo, que permitam o desenvolvimento desta crítica categorial, desta análise que destitua a positividade do trabalho e abra outras possibilidades de enfrentamento da crise que não tomem as contradições solução da crise. Só assim, talvez, a ação docente possa se destituir de seu caráter de trabalho, de abstração fundamental a reprodução desta sociedade.

Para além de um mero movimento de profissionalização docente, necessário, mas insuficiente, o que propomos é ação docente, pedagógica, crítica e criativa que, situada, relacione toda sociedade na compreensão de sua crise e das ações necessárias para sua superação. Ação pedagógica que rompa com a subordinação da crítica que vem da Universidade como discurso e que oculta o fato de que a crítica social ainda é campo para alguns. Só há sentido na crítica quando feita de forma a ampliar a ação e o diálogo, quando feita em conjunto, coletivamente e quando tem na perspectiva da crítica categorial seus fundamentos. Pensar a ação docente para além do trabalho docente é, portanto, pensar as possibilidades na construção desta crítica a partir da base, das periferias, da derrubadas dos muros da escola e da exposição da crise profunda da sociedade do trabalho na qual somos todos agentes-objetos.

O que fica, portanto, desta experiência de campo em diferentes escolas na periferia paulista é a compreensão de que ali a escola é também reveladora dos limites do desenvolvimento do modo de produção capitalista no sentido em que coloca em relação, em movimento, contradições fundamentais que ele mesmo produz. Unificados pela lógica do trabalho abstrato, trabalho em negação, professores e alunos, de formas diferenciadas buscam dialogar acerca de tais perspectivas, sendo que muitas vezes, a partir de leituras e práticas particulares demais, o diálogo não se constitui dando lugar ao conflito,

ao enfrentamento. Faz-se necessário, portanto, que se desenvolva uma leitura mais ampla das problemáticas encontradas nas múltiplas escolas da periferia paulista para que as mesmas não sejam enfrentadas apenas como questões pontuais ou relacionadas a fase de desenvolvimento psicológico dos alunos. Para além destas perspectivas, é preciso compreender a relação inerente entre escola, lugar e poder, em uma análise que busque, nas inter-relações entre escalas geográficas de realização do modo de produção capitalista os pontos de contatos existentes e as possibilidades de construção de uma sociedade mais justa, igualitária e fraterna.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *O que é política?* 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *A condição humana*. 9. ed. São Paulo: Forense Universitária, 1999.

_____. *Entre o passado e o Futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização*. 5. ed., São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. Lisboa: Teorema, 1977.

MARX, K. *O Capital. O processo de produção do capital*. v.1, 9. ed. São Paulo: Difícil, 1984.

¹: Eduardo Donizeti Giroto: Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, Professor Assistente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Francisco Beltrão, Colegiado de Geografia. Email: egiroto@usp.br

²: Najla Mehanna Mormul: Mestre em Educação pela Universidade de Maringá, Professora Assistente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Francisco Beltrão, Colegiado de Geografia. Email: hinidmormul@gmail.com

RECEBIDO EM 25/10/2010
APROVADO EM 03/11/2010

SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO: O REBAIXAMENTO DA EDUCAÇÃO À SUBMISSÃO DOS IMPERATIVOS DO CAPITAL

SUSTAINABILITY AND EDUCATION: THE LOWERING OF EDUCATION TO THE IMPERATIVES OF CAPITAL SUBMISSION

Luciano Accioly Lemos Moreiraⁱ

RESUMO

Analizamos neste artigo através do ponto de vista teórico marxiano o discurso da sustentabilidade defendido pela Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial e UNESCO a partir da década de 80 do séc. XX. O referido projeto propõe a transmissão de valores “éticos” aos indivíduos como a “saída” para a humanidade em crise. No entanto, o que se percebe por meio da análise do discurso da sustentabilidade é o rebaixamento da educação num duplo aspecto: em primeiro lugar, no esvaziamento da transmissão dos conteúdos científicos, estéticos e culturais decantados pela humanidade aos indivíduos em prol da transmissão de uma “ética” sustentável; num segundo aspecto, na transferência de conhecimentos “básicos”/mínimos para os indivíduos pobres/classe dominada sobreviver, manter sua existência e a ordem do capital. Esse tipo de educação, e conseqüentemente, esse tipo de homem da sustentabilidade, responde ideológica e politicamente às necessidades da manutenção da ordem e do respeito às premissas estruturais que sustentam a sociabilidade do capital e sua lógica produtiva desigual.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade/educação/desigualdade/manutenção da ordem.

ABSTRACT

analyzed in this Article through the theoretical point of view marxiano the discourse of sustainability championed by the United Nations (UN), World Bank and UNESCO from the 1980s the 21st century. XX. The project, proposes the transmission of values "ethical" to individuals as the "exit" for humanity in crisis. However, which is incomprehensible by means of discourse analysis of

sustainability is the debasing of education in a dual aspect: firstly, the emptying of the transmission of content scientific, aesthetic and cultural decantados by humanity to individuals in the interest of the transmission of a "ethics" sustainable; a second aspect, the transfer of knowledge"/"basic minimum for individuals poor/class dominated survive, maintain their existence and the order of the capital. This type of education, and consequently, this type of man of sustainability, responds ideological and politically to the needs of maintaining order and respect to the premise that structural support the sociability of capital and its logic productive patchy.

KEY-WORDS: sustainability/education/inequality/maintenance of order.

INTRODUÇÃO

Ao lançarem as bases para a construção de um mundo sustentável, a ONU e a UNESCO definem o corpo de ideias e ações que deverão nortear as políticas econômicas, sociais e ambientais, que preliminarmente servirá tanto às nações *ricas* como as *pobres*.

O conceito de sustentabilidade para a UNESCO (2005, p. 30) pode ser traduzido nos seguintes termos:

(Sd20) Sustentabilidade refere-se às maneiras de se pensar o mundo e as formas de prática pessoal e social que levam a:

- Indivíduos com valores éticos, autônomos e realizados;
- Comunidades construídas em torno de compromissos coletivos, tolerância e igualdade;
- Sistemas sociais e instituições participativas, transparentes e justas, e práticas ambientais que valorizem e sustentam a biodiversidade e os processos ecológicos de apoio à vida.

Na visão desse órgão internacional, deve-se *pensar e agir* diferentemente, para que o processo de sustentabilidade do homem e do planeta se inicie. Se observarmos a sequência discursiva acima, perceberemos que a mudança se dá de maneira ascendente, ou seja, deve-se primeiramente

transformar o *indivíduo*; em seguida, a *comunidade*; posteriormente, os *sistemas e instituições sociais*; e por último, o *meio ambiente*. O *indivíduo* dessa maneira converte-se no principal agente de mudança. Sem a sua inserção, os outros lugares sociais e o próprio meio ambiente não poderão ser alterados para a dinâmica da sustentabilidade. Por esse motivo, a educação torna-se, nesse momento, o principal lugar de propagação ideológica desse projeto de desenvolvimento. Para demonstrar tal questão, recorreremos ao documento da UNESCO (2005, p.43):

(Sd21) A educação constitui o pilar central das estratégias para promover e enraizar os valores e comportamentos que o desenvolvimento sustentável exige. Como alguns pensadores assinalaram: “necessita-se de uma educação transformadora: uma educação que contribua a tornar realidade às mudanças fundamentais exigidas pelos desafios da sustentabilidade. Para acelerar o progresso em direção à sustentabilidade é necessário tornar as relações entre os seres humanos e o mundo natural mais calorosas e afetuosas, e buscar formas de desenvolvimento ambientais e sociais mais responsáveis”. A educação nos habilita como indivíduos e como comunidades a compreendermos a nós mesmos e aos outros e as nossas ligações com um meio ambiente social e natural de modo mais amplo.

A educação nessa proposição configura-se no “*pilar*” para tal projeto. Dessa maneira, o termo exposto atribui como sentido para a atividade educativa o lugar de alicerce, a qual tem função central no *enraizamento* dos *valores e comportamentos* imprescindíveis para tal tarefa. De acordo com o discurso da sustentabilidade, a educação precisa *promover/estimular/fomentar* e *enraizar/fixar valores e comportamentos* entre os homens e dos homens com a natureza, fundada em sentimentos calorosos e afetuosos. A essência da educação nesse ínterim deixa de ser a transmissão de conhecimentos decantados pela humanidade aos indivíduos, para ser a transmissão de sentimentos *calorosos e afetivos*.

Continuando, conforme a UNESCO (2005, p.43), a educação detém um papel-chave ao “*inspirar a crença que cada um de nós tem o poder e a responsabilidade de introduzir mudanças positivas em escala global*”. Confirma-se a recorrência atribuída ao indivíduo quanto a sua capacidade e *responsabilidade* em operar as mudanças necessárias no mundo atual. Cada indivíduo, ao introduzir os valores da sustentabilidade, poderá transformar

desvaloriza a humanidade, ou seja, desconsidera os valores humanos essenciais ao *“novo” modelo desenvolvimentista*. Contrapondo-se a essa concepção antiga, *“agora”* temos uma nova, denominada de *sustentável*, que considera o elemento humano *“como a variante fundamental no desenvolvimento sustentável*, tanto no que se refere ao desenvolvimento *não-sustentável* quanto em termos de esperança para um *desenvolvimento sustentável”*.

Assim, por meio do movimento produzido pelo interdiscurso, o sujeito/enunciante apropria-se de elementos contidos na memória discursiva – dos modelos desenvolvimentistas presentes na história do capitalismo – produz e mobiliza efeitos de sentidos de modo contraditório, negando e se opondo ao modelo de desenvolvimento fundado em valores da *ganância, da inveja e do desejo pelo poder*. Deve-se *“agora”*, de acordo com o discurso em análise, valorizar *“as relações caracterizadas pela justiça, paz e negociação de interesses mútuos geram mais igualdade, respeito e compreensão*. São essas qualidades que irão fundamentar o *desenvolvimento sustentável”* como possibilidade na construção de uma sociedade *mais igualitária, respeitosa e compreensiva*.

Segundo o discurso em análise, o modelo de desenvolvimento capitalista anterior ao desenvolvimento sustentável valorizava a produção de riqueza e de um consumo *não-sustentável*. Como efeito, as relações sociais se desenvolviam por meio de valores *humanos interesseiros e egoístas*. Contudo, sob a égide de um modelo fundado na sustentabilidade, *“novos”* valores entre os indivíduos poderão estar voltadas para a sustentabilidade do planeta.

Podemos perceber então que a problemática, de acordo com o ideal da sustentabilidade, centra-se na construção de um *“outro”* modelo de desenvolvimento fundado numa *“outra”* ética: a sustentabilidade. Assim, como efeito, a totalidade social capitalista que tem como base fundante o trabalho abstrato, produtor de riqueza por meio da exploração do homem pelo homem, mantém-se intocada. O que se pode mudar, e se deve transformar por intermédio desse modelo de desenvolvimento, são os indivíduos, internamente, seu modo de ser, de fazer e de pensar. Pois mesmo assim, de acordo com o discurso da ONU, Banco Mundial e UNESCO, poderão construir uma sociedade *“mais igualitária”*, mais respeitosa e mais compreensiva, porém,

desistimos nesse projeto de uma humanidade igualitária, respeitosa e compreensiva. A modalização por meio do advérbio “*mais*” demonstra discursivamente a impossibilidade nesta sociedade antagônica regida pelo capital da *igualdade efetiva* entre os homens.

A educação, conforme os documentos em análise, para acelerar o

(Sd23) progresso em direção à sustentabilidade é necessário tornar as relações entre os seres humanos e o mundo natural mais calorosas e afetuosas, e buscar formas de desenvolvimento ambientais e sociais mais responsáveis (DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2005, p.42).

As relações entre os homens e dos homens com a natureza, conforme o discurso acima, se encontra *fria e sem afeto*, por isso se propõe é torná-las *calorosas e afetuosas*. Sendo assim, vivemos num modelo relacional *frio e distanciado*, e a ética da sustentabilidade poderá *amenizar, ampliar e intensificar* essa aproximação do homem consigo mesmo e com a natureza. Ao internalizar, por meio desse projeto social e cultural da sustentabilidade, valores que edifiquem relações mais humanas, produziremos riqueza, respeitando a natureza e o homem.

Importante percebermos que a educação defendida pelos órgãos internacionais se dá não apenas na e pela escola, mas em diversos lugares sociais.

(Sd24) A busca pelo desenvolvimento sustentável é multifacetada – não pode depender unicamente da educação. Muitos outros parâmetros sociais afetam o desenvolvimento sustentável, como, por exemplo, a governança, relações de gênero, formas de organização econômica e de participação dos cidadãos. Na realidade, seria preferível falar em aprendizagem para o desenvolvimento sustentável, já que aprender não está restrito à educação como tal. Aprender inclui o que acontece nos sistemas educacionais, mas se estende na vida cotidiana – de modo que importantes aspectos da aprendizagem acontecem em casa, em contextos sociais, em instituições comunitárias e no local de trabalho (DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2005, p.42).

A formação para a ética da sustentabilidade, conforme os textos em análise, dá-se inicialmente na esfera *individual*, se estende para a *família*, afetando outros contextos sociais mais amplos e *institucionais*, e por fim, o *local de trabalho*. Interessante observar o trajeto de introjeção do ideal de sustentabilidade, pois ele exprime uma compreensão de como e do que é possível mudar na sociedade.

Assim, de acordo com o discurso da sustentabilidade, ao mudar os indivíduos, muda-se o mundo, ou melhor, só é possível mudar a esfera pessoal, interna e individual de cada ser humano. Há no discurso da sustentabilidade uma inversão entre determinante e determinado, entre fundante e fundado, pois a totalidade social que tem como base fundante a produção se constitui no campo real de possibilidade da movimentação dos indivíduos e da efetivação e construção do seu ser. Exemplificando, transmitir valores do respeito à natureza, aos seres vivos e à sociedade por meio da educação aos indivíduos não rompe a dinâmica destrutiva operada na base produtiva do capital, que visa e estimula ações de exploração do homem e da natureza de modo ilimitado.

A política da sustentabilidade defendida pelas agências internacionais em análise propõe uma “renovação cultural” dos indivíduos. Na realidade,

(Sd25) o potencial da educação é enorme. Não apenas permite informar a pessoa, mas também pode mudá-la. Não só é um instrumento de ilustração pessoal, mas também um instrumento de renovação cultural (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO, 1999, p.73).

O plano do desenvolvimento sustentável tem como premissa o ideal de que a cultura destrutiva de épocas anteriores deve cessar, e isso só é possível renovando os aspectos culturais dos indivíduos. O papel fundamental dessa empreitada centra-se na educação. Contudo, percebemos que a educação para a sustentabilidade não é a mesma para os países *ricos* e *pobres*, pois tanto o sentido de qualidade quanto a finalidade social da educação diferem para essas duas realidades sociais.

(Sd26) Atualmente as pessoas estão, mais do que nunca, conscientes das realidades mundiais. Estamos começando a compreender os efeitos de nossas ações individuais e coletivas para nós mesmos e para a biosfera, em seu conjunto. O conceito de sustentabilidade é, em si, reflexo dessa nova consciência. Talvez estejamos avançando para a nova ética mundial que transcende todos os demais sistemas de lealdade e crenças, uma ética que tem suas raízes na consciência do caráter inter-relacionado e sagrado da vida. Terá essa ética comum o poder de motivar-nos para mudar o perigoso rumo atual? Sem dúvida, não há resposta simples para essa pergunta; o que podemos dizer é que sem um fundamento moral e ético, dificilmente a sustentabilidade se tornará realidade (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO, 1999, p.72)

O discurso da sustentabilidade proposto pela ONU/Banco Mundial e UNESCO se estrutura na crença de que é possível uma “nova ética”, com valores que tornem a vida humana e sua relação com a natureza sustentáveis.

As relações entre os indivíduos em todos os setores sociais, políticos e culturais devem, por esse cabedal de ideias, ser modificadas e ressignificadas em prol da *paz, da justiça, da negociação, da igualdade, do respeito e da compreensão*. Outros valores e comportamentos, de acordo com a ONU, fundados nos direitos humanos e no respeito à natureza, influirão diretamente numa transformação de um modelo *não-sustentável* atual para um outro que garanta a existência presente e futura, sustentavelmente, da “humanidade”.

Por esse intermédio, podemos inferir que o problema, de acordo com o projeto político em análise, encontra-se na ausência de uma consciência sustentável. E que por meio da educação poderemos reverter esse quadro destrutivo.

Todavia, sabemos que os valores da sustentabilidade propostos pelos projetos em questão têm seu fundamento e sentido na sociabilidade capitalista. Os valores, ou seja, o que útil e inútil, bom e ruim, sustentável e insustentável, são definidos pela forma de produção e reprodução da existência dos homens. Lukács (1981, p. 50) define a gênese ontológica de tal processo social:

Portanto, no que se refere à gênese ontológica do valor, devemos partir do fato de que, no trabalho como produção de valores de uso (bens), a alternativa do que é útil ou inútil para a satisfação das necessidades entra como um elemento ativo do ser social. Por isso, quando abordamos o problema da objetividade do valor, percebemos imediatamente que nele está contida uma aprovação da posição teleológica correta, ou, melhor dizendo: a correção da posição teleológica – tendo como pressuposto sua atuação correta – significa que o respectivo valor foi realizado concretamente.

Assim, ontologicamente, e sob a égide de uma atividade produtiva do homem sobre a natureza fundada nos valores de uso, o valor tem sua origem na possibilidade concreta de o resultado dessa prática ser útil ou não às necessidades históricas desse indivíduo e/ou grupo humano. Mais adiante, o mesmo autor complementa:

Neste sentido, o valor que aparece no trabalho enquanto processo que reproduz valor de uso, é sem nenhuma dúvida objetivo. Não só porque o produto pode ser medido a partir da posição teleológica, mas também porque esta mesma posição teleológica pode ter a sua existência objetiva e válida demonstrada e comprovada, na sua

relação de « se... então », com a satisfação da necessidade (LUKÁCS, 1981, 50).

Lukács, no entanto, nos adverte que a existência dos indivíduos não se resume à produção de suas vidas pelo e no trabalho. Os valores surgem dessa base material, e, por meio de muitas outras mediações sociais, políticas, ideológicas e culturais de cada momento histórico, tornarão e darão o sentido histórico do que é útil ou não saber, praticar, ter e ser.

Contudo, no capitalismo, na base produtiva, o eixo norteador do sentido da vida, a satisfação das necessidades humanas é subordinada aos imperativos dos valores de troca, ou melhor, do lucro de uns sobre o trabalho de muitos.

Desse modo, será possível desenvolver uma educação no capitalismo voltada à sustentabilidade entre os seres humanos e o mundo natural?

Tonet (2005, p.129) atinge certeira tal problemática ao afirmar que:

Consideremos: qual é o valor supremo que rege esta forma de sociabilidade? Parece-nos que não há dúvida de que a produção de mercadorias e, portanto, a reprodução do próprio capital. Qual é o valor supremo proclamado pela ética dominante? A vida humana, na sua forma mais digna possível. É evidente que entre esses dois valores há uma incompatibilidade radical. A produção de mercadorias implica, necessariamente, a transformação do próprio homem em mercadoria e, portanto, a manutenção da exploração do homem pelo homem. A consequência disto é a completa destituição do sentido mais genuíno da vida humana.

Com isso, percebemos que há uma fratura, e um distanciamento, entre o ser dos homens, e o dever ser. Constatamos, de maneira concreta, o ser dos homens se dirigir para a sua desumanização, numa produção que os transforma em mercadoria. Por outro lado, o dever ser dos valores desejados e propostos pela ONU, Banco Mundial e UNESCO se direciona, pelo menos como discurso, para a solidariedade, justiça e preservação da vida e da natureza. Essa fratura tem uma intenção e uma funcionalidade na continuidade do sistema capitalista. É por intermédio de um falseamento socialmente necessário que o discurso da sustentabilidade faz sentido. No capital, os valores éticos propostos pelos documentos em análise apenas existem como um desejo a ser constantemente, e parcialmente, conquistado. Tonet (2005, p.129) esclarece essa questão do seguinte modo:

A um ser que se move no sentido cada vez mais individualista, opõe-se o dever de ser solidário. A uma realidade objetiva que está nucleada, cada vez mais, pelo interesse privado, se opõe o dever de preocupar-se com o interesse público, com o bem comum. A uma lógica que, por exigência da reprodução do capital, caminha sempre mais no sentido da degradação da natureza, opõe-se o dever de ter maior respeito pela natureza. E assim por diante. Estamos diante de uma clara visão idealista da problemática dos valores. O que leva a pensar, por exemplo, que se nos conscientizarmos de que temos de ser solidários, justos, e pacíficos, o mundo se tornará *ipso facto* solidário, justo e harmônico.

O discurso da sustentabilidade ancorado em valores da justiça, igualdade, respeito ao homem e à natureza cumpre uma função ideológica imprescindível na manutenção desse sistema social em crise. Tal discurso detém um caráter regulador das práticas e dos conflitos sociais, direcionando-os a horizontes que não ultrapassem a lógica do sistema do capital. O discurso da sustentabilidade, com sua qualidade de convencimento político, social e ideológico, pavimenta, mesmo que contraditoriamente, e nunca de maneira homogênea, os passos dos homens a caminhos estranhos a sua humanização. Nesse processo, afirma-se o mundo das coisas e das mercadorias, negando-se a força social e humana, a qual transforma e constrói seu mundo, por meio de sua atividade.

A totalidade social, que é um complexo de complexos, e processualmente construída, se apresenta como um campo de possibilidades nas quais as individualidades humanas podem, por sua atividade, satisfazer suas necessidades sociais e históricas. Não temos a menor dúvida de que há na atualidade, a necessidade imperiosa de valores éticos verdadeiramente universais e humanos, no entanto, devemos relacionar ontologicamente as esferas da necessidade e da possibilidade. Pois é impossível aliar a existência desses valores numa sociedade fundada na desigualdade e na exploração. É no campo da possibilidade econômica, social e historicamente determinada, que as necessidades podem efetivar-se, tornando-se reais. Com isso, no movimento da totalidade capitalista fundada em relações conflitantes/adversas/explorativas, é interdita, como possibilidade efetiva, a existência de valores substantivamente humanos e universalmente igualitários. Apenas numa outra forma e num outro modo de se produzir, nos quais as relações entre os homens e os países sejam desenvolvidas de maneira livre,

associada e consciente, é que teremos em construção a formação de um outro ser culturalmente sustentável.

O segundo sentido/aspecto que podemos suscitar através da análise sobre o papel da educação para o projeto de sustentabilidade dá-se no possível rebaixamento da função essencial da educação no processo de humanização dos indivíduos. Conforme o projeto em análise:

(Sd27) A visão de um mundo mais equitativo é inerente ao conceito de desenvolvimento sustentável. Essa meta apenas pode ser alcançada proporcionando-se aos menos favorecidos e às suas famílias meios de progredirem. E, entre esses meios, o mais essencial é a educação, especialmente, a educação básica (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO, 1999, p.47).

Através do enunciado acima, a formação educacional se diferencia segundo a classe social da qual os indivíduos façam parte. Desse modo, é definido pelo projeto de sustentabilidade que os “*menos favorecidos*” devem ter uma formação voltada para a *educação básica*. Inicialmente, entendemos que ser “*menos favorecido*” é situar-se num sistema social em que, por algum motivo, o indivíduo encontra-se desprotegido. A primeira indagação que suscita tal problemática é compreender do que o indivíduo necessita proteger-se, ou ser ajudado/auxiliado, para poder existir nessa sociedade. Há, de modo oculto nesse discurso, a naturalização da desigualdade social, econômica e cultural, pois se existem os “*menos favorecidos*”, do mesmo modo, há na realidade os “*mais favorecidos*”. Dessa maneira, alguns, pela própria natureza, nasceram com a capacidade maior de proteger-se e de enriquecer-se que outros. Sendo assim, os *mais favorecidos* podem e devem tanto cuidar de suas vidas, como também proteger a vida dos *menos favorecidos*. Continuando, sobre este mesmo ponto, naturaliza-se nesse projeto de sustentabilidade um duplo aspecto: primeiramente, o lugar social das classes dominantes e dominadas, como também torna o sistema capitalista uma força estranha/fetichizada, em que sua existência e movimento são fruto de forças incapazes de ser radicalmente modificadas. Mészáros (2007, p.295) acrescenta:

A sociedade capitalista resguarda com vigor não apenas seu sistema de educação contínua, mas simultaneamente também de doutrinação permanente, mesmo quando a doutrinação que impregna tudo não parece ser o que é, por ser tratada pela ideologia vigente “consensualmente internalizada” como o sistema de crença positivo

compartilhado de maneira legítima pela “sociedade livre” estabelecida e totalmente não-objetável. Ademais, o que torna as coisas ainda piores é que a educação contínua do sistema do capital tem como cerne a asserção de que a própria ordem social estabelecida não precisa de nenhuma mudança significativa. Precisa apenas de uma regulação mais exata em suas margens, que se deve alcançar pela metodologia idealizada do “pouco a pouco”. Por conseguinte, o significado mais profundo da educação contínua da ordem estabelecida é a imposição arbitrária da crença na absoluta inalterabilidade de suas determinações estruturais fundamentais.

Outro aspecto a ser analisado na sequência discursiva 27 é que não é qualquer educação que deverá ser transmitida para os “*menos favorecidos*”, mas uma educação “*básica*”. A terminologia “*básica*” tem uma rede de memória bastante significativa para a nossa análise: quando queremos atribuir a realização de uma satisfação mínima para algum fator, dzemo-la “*básica*”. Exemplificando: cesta básica, roupa básica, educação básica, educação fundamental... Desse modo, se a cesta básica é definida como os produtos mínimos necessários à sobrevivência de uma família *pobre/menos favorecida*, a roupa *básica* cumpre a função mínima de vestir-se para ocasiões discretas; a educação *básica/fundamental* exerce a função em relação ao conhecimento mínimo necessário para o *pobre* existir sustentavelmente.

Complementando:

(Sd28) É preciso considerar a necessidade de educar “tanto o coração quanto a razão” e que os assuntos em questão estão relacionados mais com a ética e a justiça social do que com as considerações baseadas no conhecimento científico. Para tanto, é importante nos direcionarmos para uma progressiva internalização de novos princípios dentro de nossa cultura educacional (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO, 1999, p.95).

Há um jogo de sentidos neste parágrafo que define a “qualidade” e o objetivo da educação sustentável para os *países/indivíduos pobres*. Segundo o trecho acima, é necessário *educar o coração e a razão*, pois a ética e a justiça social devem ser à base dessa ação. Contudo, já que a sustentabilidade é o resultado de valores éticos mais *igualitários, justos e respeitosos*, entende-se que a educação do *coração*, ou melhor, dos *sentimentos/valores/comportamentos* é superior e essencial na aplicação da sustentabilidade. Diferentemente, a *razão*, fruto do *conhecimento científico/estético/filosófico*, detém um valor de menor grandeza neste projeto. Assim, *educar o coração* com as qualidades de *respeito e amor* pela natureza poderá reverter o processo *não-sustentável*, que apenas a ciência, a pura

razão da cientificidade moderna, não conseguiu. Torna-se claro neste momento o diálogo do discurso da sustentabilidade com a ciência da modernidade, no qual a última pregava o progresso científico/industrial como produtor de riqueza que colocou a humanidade na possibilidade da extinção. Do contrário, educar/desenvolver o coração/sentimento poderá garantir a continuidade sustentável da vida humana e do planeta. Seguindo na análise:

(Sd29) A Conferência Mundial sobre a educação para todos usou a expressão “educação fundamental” para se referir a todas as formas de educação e de capacitação organizadas que satisfaçam as necessidades básicas das pessoas, incluídas as de alfabetização e aritmética básica, assim como as de conhecimento gerais, atitudes, valores e comportamentos que necessitam para sobreviver, desenvolver sua capacidade, viver e trabalhar dignamente, melhorar seu nível de vida a partir do ponto de vista qualitativo, adotar decisões fundamentadas e seguir aprendendo (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO, 1999, p.47).

Educação “*fundamental*” é o limite permitido e defendido por tal projeto em relação aos pobres. Educação “*fundamental*” restringe o ensino ao processo de alfabetização, de domínio da aritmética básica e absorção de conhecimento/valores/comportamentos imprescindíveis para a sobrevivência dos *indivíduos pobres*. O ensino para a sustentabilidade deve desenvolver capacidades nos *pobres* para continuarem *pobres*, sem que interfiram e ameacem a ordem vigente. O conhecimento *mínimo, básico e fundamental*, instrumentalizado e medido pelo *coração*, e não pela *razão*, rebaixa a função da educação à internalização de um agir, de um pensar, de um ser e de um conviver voltado à manutenção do *status quo*. Devo, segundo o discurso da sustentabilidade, conhecer apenas e tão somente o necessário para sustentarme neste mundo. De maneira pragmática, a utilidade do conhecimento é limitada à resolução das questões mais imediatas na manutenção da existência; *sobreviver* é o limite do conhecimento.

A educação para a sustentabilidade é a

(Sd30) chave para estabelecer e reforçar o regime democrático, para um desenvolvimento, ao mesmo tempo, sustentável, humano, e para uma paz fundada no respeito mútuo e na justiça social. De fato, em um mundo em que a criatividade e o saber cumprem um papel cada vez mais importante, o direito à educação não é nada mais do que o direito de participar da vida do mundo moderno (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO, 1999, p.48).

Na sequência supracitada, é estabelecido que a educação para os *pobres* deve garantir e promover *a democracia, a sustentabilidade e a paz*. Com isso, o projeto de sustentabilidade produz um efeito ideológico de *circularidade/manutenção da pobreza* a níveis seguros em relação à *classe dominante*. Por fim, é a *criatividade*, ou melhor, a capacidade individual de criar e perceber as oportunidades presentes no seu cotidiano que fará com que cada um participe, ou não, do mundo moderno. O ideal de sustentabilidade neste momento aproxima-se do ideal da empregabilidade, pois a empregabilidade como também a sustentabilidade, deslocará os problemas sociais para o campo da individualidade burguesa, em que cada um, por si só, deve sustentar-se, ou melhor, autossustentar-se.

O projeto de sustentabilidade implantado pelos órgãos internacionais em análise propõe a necessidade de uma modificação na forma das relações entre os homens e o meio ambiente. Para esse propósito, a educação escolar deve priorizar a inculcação de valores nos indivíduos que propiciem essa transformação. Vejamos o recorte extraído do documento:

(Sd31) O elemento humano é agora amplamente reconhecido como a variante fundamental no desenvolvimento sustentável, tanto no que se refere ao desenvolvimento não-sustentável, quanto em termos de esperança para um desenvolvimento sustentável. As relações humanas fundamentadas no próprio interesse (ganância, inveja e ambição pelo poder, por exemplo) mantêm uma distribuição de riqueza injusta, que gera conflito e leva a menosprezar a disponibilidade futura dos recursos naturais. Ao contrário, as relações caracterizadas pela justiça, paz e negociação de interesses mútuos geram mais igualdade, respeito e compreensão (DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2005, p.42).

Na defesa de uma “nova” relação sociocultural para a sustentabilidade, a educação se configura num instrumento essencial para a formação desse “novo” ser. O fim do processo educativo na atualidade centra-se na transmissão de *valores da justiça, da paz e da negociação*, com o objetivo, segundo a ONU, de inverter um progresso que, anterior ao projeto de sustentabilidade, priorizava interesses individualistas, e como efeito disso, teríamos a *má distribuição da riqueza*. Com isso, podemos refletir inicialmente que a produção de riqueza sob a regência do capitalismo não se configura no problema da insustentabilidade atual, mas na produção de riqueza sob a regência de *valores egoístas*. A insustentabilidade é fruto da *ganância, do*

poder, da inveja e ambição entre os homens, e desses com a natureza; o que provoca a *não-sustentabilidade* são os *valores deturpados e desmedidos* dos indivíduos que tentam acumular sem preocupar-se com o futuro das gerações e do planeta. Seguindo essa lógica argumentativa, a educação se transforma no eixo central da mudança, pois com a práxis educativa é possível reverter esse processo. A educação, portanto, deverá desenvolver nos indivíduos:

(Sd32) Respeito pela dignidade e pelos direitos humanos de todos os povos em todo o mundo e compromisso com a justiça social e econômica para todos;

Respeito pelos direitos humanos das gerações futuras e o compromisso em relação à responsabilidade intergeracional;

Respeito e cuidado pela grande comunidade da vida em toda a sua diversidade, que inclui proteção e restauração dos ecossistemas da Terra;

Respeito pela diversidade cultural e o compromisso de criar local e globalmente uma cultura de tolerância, de não violência e de paz (DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2005 p.43).

Há, no enunciado acima citado, um sentido recorrente que é o de *respeito*. Deve-se, segundo o discurso da ONU, por intermédio da educação, formar indivíduos que respeitem *a dignidade, os direitos humanos, os povos, a justiça social e econômica, as futuras gerações, a comunidade da vida, a diversidade e o ecossistema*. Se realizarmos um gesto de leitura sobre este movimento de sentidos, poderemos primeiramente afirmar que a ausência de *respeito*, a falta da *obediência* em relação às normas sociais e humanas leva a um desacato dos indivíduos em relação aos *direitos* dos demais seres humanos e ao meio ambiente. A internalização do *respeito* por meio de valores sustentáveis produzirá uma *cultura de paz, não violência e tolerância*. Continuando a análise, observaremos que o *respeito* terá como efeito a construção da *paz, da tolerância e da não violência*. Os sentidos das palavras citadas nos provocam um questionamento. O que poderá ameaçar a tranquilidade, a ordem das coisas e provocar violência? Quem ou o que deve tornar-se inofensivo? A quem interessa a formação de indivíduos passivos? Essa e outras questões nos incomodam em face dos sentidos remexidos por esses enunciados. O que fica claro é que os limites da lei, da ordem, da propriedade privada, dos direitos e deveres da cidadania e a democracia não podem ser desrespeitados pelos *pobres*, e tampouco ultrapassados dado que

sem esse cumprimento, a “vida” e o “planeta”, segundo os órgãos internacionais, estarão em “perigo”. De acordo com Orlandi (2008, p.127):

Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o não-lá, com o não-mais-lá, com o jamais lá da percepção imediata. Na língua “se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia como incontornável tendência em representar as origens e os fins últimos, o que está além, o para lá e o invisível” (M. Pêcheux, 1980, p.54).

Indo além do sentido imediato, rastreando o espaço de significação do silêncio, percebemos os sentidos que se quer/precisa silenciar no discurso da sustentabilidade. Vivemos numa época em que a insustentabilidade não se resume à destruição do meioambiente, mas também, e principalmente, da vida humana. O desemprego¹, a pobreza, o processo de favelização mundializada, as drogas, a fome², o crime e demais problemas sociais se amplificam por todos os lugares do mundo.

Necessário explicar que o crime maior e fundamental, presente e constitutivo do sistema do capital, é silenciado pela própria necessidade reprodutiva do sistema. Explicando, a propriedade privada é fruto do roubo da expropriação do sobre trabalho do trabalhador explorado. O processo de constituição do trabalhador “livre e assalariado” do capitalismo ocorreu na sua forma de acumulação primitiva de modo violento, como o fruto da usurpação das terras dos servos e dos camponeses pelos grandes proprietários.

Pinassi (2009) explica que a partir da década de 70 do século passado, com a crise estrutural do capital, a criminalidade generaliza-se, adotando a racionalidade do capital, mais adequada à ampliação das oportunidades que

¹ Genebra, 28 jan (EFE).- A crise econômica mundial poderia deixar mais de 50 milhões de pessoas desempregadas em 2009, o que levaria a um total de 230 milhões, alertou hoje a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Este é o pior cenário que prevê a OIT em seu relatório "Tendências Mundiais do Emprego", apresentado hoje em Genebra, no qual indica que o índice de desemprego no mundo poderia ficar em 7,1%, o que provocaria um aumento de 50 milhões de desempregados. (<http://noticias.uol.com.br> – acesso em: 23 de novembro de 2009).

² Segundo estimativas das Nações Unidas e de organizações de ajuda humanitária, o mundo está diante da ameaça de o século 21 tornar-se o século da fome. Principalmente os efeitos da crise econômica mundial teriam contribuído para o agravamento do problema, adverte o relatório de 2009 sobre a fome no mundo, divulgado nesta quarta-feira (14/10) em Roma pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Segundo o relatório, a quantidade de famintos em todo o planeta aumentou para 1,02 bilhão de pessoas. Este é o maior número desde 1970, informou a FAO. Em termos estatísticos, uma em cada seis pessoas no planeta não dispõe de alimentação suficiente. Em relação ao ano passado, aumentou em 100 milhões o número de pessoas que não têm o suficiente para comer. A maioria dos subnutridos e famintos vivem em países em desenvolvimento, explicou o relatório (<http://www.dw-world.de/dw/article> - acesso em 23 de novembro de 2009).

lhes foram abertas pela dinâmica imperialista. Outro ponto importante a ser esclarecido por nós, a partir da mesma autora e obra, é que há uma pequena parcela da criminalidade que dirige e domina suas operações criminosas de forma mundializada, contudo, estes são invisíveis aos olhos da Justiça; no entanto, uma maioria vive na bandidagem, reproduzindo sua existência: são *pobres, analfabetos, subnutridos*, aplacam a fome com cola ou *crack*, apanham, empunham armas desde cedo, e o único meio de afirmação da sua existência e da sua reduzida auto-estima é a violência e a bandidagem. A violência é a mediação mais familiar que os liga à vida, e no seu mundo não há lugar para a fantasia, para o *glamour*, nem para o romance; toda perspectiva é imediata, sem rodeios, inclusive a necessidade de recorrer ao crime.

As tensões sociais provocadas pelo processo destrutivo e desigual da produção e reprodução desumana do capital encontram-se, neste momento de crise estrutural e do desemprego crônico, num grau elevadíssimo, e as antigas saídas utilizadas pelo capital no intuito de deslocar os conflitos sociais tornam-se, neste momento, impossíveis de ser operadas³. O sistema econômico do capital, dada a sua própria lógica lucrativa, funciona produzindo riqueza por meio da exploração. Dessa maneira, *riqueza e pobreza* caminham de modo necessário e natural nas relações produtivas deste sistema. Acúmulo e enriquecimento são produzidos ao preço da desumanidade e da *pobreza* de muitos, essa é a lógica. No momento em que o sistema opera em crise, e mesmo numa melhora econômica cada vez mais curta temporalmente, o sistema capitalista não consegue, devido a sua própria lógica, resolver os conflitos sociais produzidos no seu caminho reprodutivo. Ao contrário disso, as desigualdades sociais e econômicas se acumulam e se concentram em todo o mundo, necessitando para sua reprodução social de um controle ideológico cada vez mais refinado. O projeto da sustentabilidade é, no limite, a essencialidade de sua razão de ser e de existir, uma nova força ideológica e política redefinidora e adequadora dos trabalhadores empregados, desempregados e marginalizados à lógica reprodutiva de um sistema em decadência.

³No segundo capítulo, no qual abordamos a crise estrutural do capital, exemplificamos as antigas saídas utilizadas pelo sistema nas crises cíclicas e demonstramos a impossibilidade de o mesmo sistema utilizar-se dos mesmos recursos a fim de deslocar os reflexos a sua dinâmica expansiva e acumulativa do processo econômico capitalista.

A contínua repetição do enunciado *respeito em busca da tolerância, paz e não violência* é direcionada aos que ameaçam a *ordem, a aplicabilidade do projeto de sustentabilidade, a permanência e continuidade da subordinação dos países/indivíduos pobres em relação aos países/indivíduos ricos, da dominação da classe dominante em relação à dominada*. Pois,

incapaz de controlar as contradições cada vez mais agudas do seu sistema de funcionamento sociometabólico, o capital atinge, enfim, os limites dos seus defeitos mais estruturais, fato que dá origem a uma crise de proporções jamais vistas antes e, o que é mais grave, insolventes no interior dessa (des)ordem social.

Prova disso é que diante da impotência das políticas que até então garantiam a reprodução ampliada do capital, bem como a imperativa necessidade de manter a sua marcha incansável, o cenário vem apontando, pelo menos desde a década de 1970, para mudanças que parecem ativar o seu expansivo potencial de destruição (e só destruição), uma desmistificação da noção shumpeteriana de que o capitalismo é um sistema que funciona mediante a destruição produtiva. Os efeitos mais nefastos das medidas tomadas serão sentidos principalmente pelos trabalhadores, progressivamente golpeados em seus mais elementares direitos conquistados através de duros enfrentamentos sindicais e políticos. A degradação se completa com o desemprego estrutural e a precarização sem limites do trabalho, condições necessárias ao novo padrão de acumulação exigido (PINASSI, 2009, p.91).

Diante de tal situação econômica e social, a educação se configura num importante instrumento de amenização e cooptação dos indivíduos para a reprodução desse sistema em crise. O processo educativo tem como essencialidade o poder e função de tornar os indivíduos aptos a reagir de modo adequado a cada situação social e histórica de sua época. A educação forma o tipo de homem necessário a cada momento histórico, o que se deve aprender, e não ser definido pelo indivíduo, ou seja, a autoconstrução de cada indivíduo numa sociedade de classe é determinada de modo mediato, contraditório, e em conflito, pela forma das relações econômicas e sociais que estruturam a totalidade social. Tonet (2005, p.215) elucida tal movimento:

A autoconstrução do indivíduo como membro do gênero humano é um processo subordinado à reprodução mais ampla da totalidade social. Vale dizer, o processo de autoconstrução do indivíduo como indivíduo humano, bem como as suas reações diante de novos problemas e acontecimentos, novas e imprevisíveis situações, não terá como pólo norteador o próprio indivíduo nem aqueles que atuam diretamente na dimensão educativa, mas a concreta totalidade social, cuja matriz é a economia.

Necessário esclarecer que a determinação ontológica da economia não se dá de modo mecânico e absoluto; há nas outras esferas sociais, e no caso específico da educação, uma autonomia relativa quanto à esfera da economia, e a liberdade de escolha diante das alternativas abertas pela objetividade possibilita ao educador atuar de modo a contribuir na conservação ou no impulso para a mudança social⁴.

O modelo de educação atual corresponde ao tipo de homem hegemonicamente necessário ao sistema do capital em crise. A necessidade de um indivíduo que torne sustentável sua vida diante das tensões sociais e econômicas de nossa época, sem que essas tensões se tornem uma ameaça ao sistema, converte-se numa das finalidades essenciais da educação para a sustentabilidade. Desse modo, a formação do indivíduo deve ser centrada na introspecção de valores sustentáveis do *respeito*, em vez da transmissão de conteúdos científicos.

(Sd33) É preciso considerar a necessidade de educar “tanto o coração quanto a razão” e que os assuntos em questão estão relacionados mais com a ética e a justiça social do que com as considerações baseadas no conhecimento científico. Para tanto, é importante nos direcionarmos para uma progressiva internalização de novos princípios dentro de nossa cultura educacional (Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas/UNESCO – Brasília: Ed.IBAMA, 1999, p.95).

O “*coração*”, que no caso em análise significa os valores da *justiça e do respeito*, se apresenta como o objetivo maior da atividade educativa da sustentabilidade; a aquisição dos saberes científicos pelo contrário, não é prioridade nessa formação. De acordo com o projeto da ONU, a ciência, o conhecimento, trouxe o progresso destrutivo e poluidor, e a aquisição de valores dos bons sentimentos e comportamentos trará a construção de um mundo “mais humano”. A natureza essencial da atividade educativa se resume, conforme Tonet (2005, p.222), nos seguintes termos:

Propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc., que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da História da humanidade. Nesse

⁴ Lembrando Tonet (2005), em uma sociedade de classes o interesse das classes dominantes será sempre o polo norteador da estruturação da educação de modo sistemático e hegemônico. A proposta de uma educação radicalmente contrária à ordem do capital, ou seja, emancipadora, só poderá ser explicitada em seus elementos gerais, sendo apenas efetivamente uma realidade educativa sistematizada e hegemônica num outro modo de produção.

sentido, contribui para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano e se torne apto a reagir diante do novo de um modo que seja favorável à reprodução do ser social na forma em que ele se apresenta num determinado momento histórico.

A atividade educativa se constitui, desse modo, numa mediação entre a produção do conhecimento acumulado historicamente pelo gênero humano e a individualidade carente dessa universalidade. Contudo, o processo de transmissão desse cabedal cultural do gênero humano universalmente produzido é repassado/transferido por meio de uma relação social e histórica, ou seja, o modo como se relacionam os indivíduos com a totalidade social permitirá o maior ou menor enriquecimento cultural desse ser social. Dessa maneira, as determinações econômicas, políticas e ideológicas de uma sociedade de classe refletirão na seleção dos conteúdos que devem ser aprendidos, nos valores que precisam ser assimilados, e no objetivo da atividade educativa⁵. A qualidade das relações sociais suscitadas na produção de suas vidas pelo trabalho refletirá na reprodução de um tipo de sociedade e de homem. O ser social é constituído ativamente, portanto, o modo como os homens produzem e reproduzem sua existência refletirá no modo e na formação escolar de cada momento histórico. Na sociedade desigual do capital, as relações entre os indivíduos e o gênero humano são perpassadas pelos interesses antagônicos de classe, e o acesso aos bens espirituais e materiais sofre um rebaixamento por meio dessa relação alienante.

Há na atualidade, no projeto de sustentabilidade, um duplo rebaixamento da função educativa. Primeiro, o conhecimento é subsumido à transmissão de valores da *justiça, do respeito e da paz*, relegando a transmissão da cultura decantada pela humanidade aos indivíduos *pobres*. Ou seja, deve-se formar um indivíduo *passivo*, que *respeite a realidade caótica ao seu redor*, adaptando-se e criando saídas para a sua *sobrevivência* cotidiana, sem que se coloque em risco a ordem estabelecida do capital. O segundo ponto reforça a desqualificação e o rebaixamento do nível de educação defendido por este projeto, pois o que se deve aprender são conhecimentos *básicos*, focalizados apenas e tão somente na sobrevivência dos *indivíduos*

⁵ Importante frisar que essa hegemonia da educação dominante não será realizada sem conflito, sem falhas, nem possibilidades de sua superação radical por meio de outra ordem social.

como *pobres*. Assim, nesse processo educativo, o *pobre* aprende/reforça e reproduz sua *pobreza* material e espiritual, e o mais importante, *conserva* a relação de produção que produz a *pobreza e a exploração*.

Sobre o primeiro aspecto da educação como transmissão de valores do *respeito*, Mészáros (2007, p.300) assevera que:

A agenda do respeito consiste na ilusória projeção de resolver a crise de valores cada vez mais aprofundada – manifesta na forma de crescente criminalidade e delinqüência, ao lado da alienação cada vez pior do jovem em relação à sua sociedade – por um apelo direto e retórico à consciência dos indivíduos, postulando, em vão, o adequado “respeito” pelos valores da cidadania democrática. E quando toda essa pregação vazia fracassa, como tem de fracassar, uma vez que evita, como uma praga, as causas sociais dos sintomas negativos denunciados, as personificações políticas do alto escalão do capital, inclusive o mais alto deles, começam a falar de como podem identificar a futura criminalidade delinqüência já no “útero da mãe”, indicando as medidas legislativas estatais autoritárias necessárias para lidar com a futura criminalidade potencial no estágio mais inicial possível. Essa linha de abordagem não é mais racional ou menos autoritária do que a defesa do Estado capitalista de adotar implacavelmente a luta ideológica com o intuito de vencer a já mencionada “guerra contra o terror”. Ao mesmo tempo, o que se exclui absolutamente é a possibilidade de mudar as determinações estruturais da ordem social estabelecida que produzem e reproduzem os efeitos e consequências destrutivos. Cumpre negar de maneira categórica que possa haver alguma coisa seriamente errada com a sociedade tal como existe. Apenas os indivíduos tendenciosamente selecionados para serem repreendidos podem precisar de uma ação reparadora. E espera-se que essa ação corretiva seja proporcionada por um grupo privilegiado de indivíduos autodesignados – as personificações e os guardiões complacentes da ordem política e socioeconômica do capital – que alegam conhecer tudo melhor *ex officio*.

O rebaixamento da razão/conhecimento aos limites da manutenção da ordem do capital em crise revela o poder e a função que a educação cumpre neste projeto em relação aos *pobres e explorados*. Os indivíduos tomados como seres isolados/mônadas desprovidos de sua porção concreta/sócio-histórica/genérica, a qual o constitui como ser social, podem ser realinhados aos *valores e conhecimentos* do *respeito* ao sistema vigente. As personificações do capital, materializadas e representadas por este discurso político da sustentabilidade dos órgãos internacionais, devem guardar e assegurar a continuidade da desigualdade, pois sem ela não há produção de riqueza, de mercadoria, enfim, de capital. Rebaixar para submeter configura-se num dos pilares dessa proposta educadora.

Importante observar que a necessidade do *respeito*, de ser *democrático* e *pacífico* não se limita apenas à submissão dos *pobres/classe dominante* para a manutenção do *status quo*. Corresponde também à manutenção de um poder político “harmônico” entre os países capitalistas. Os Estados Unidos, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, assumiram o papel de “Estado político do capitalismo global”, dado seu poder econômico, e na mesma medida, de sua força militar. Em nome de uma falsa retórica da luta pela “democracia” entre os povos, o poder político dos Estados Unidos vem há anos utilizando-se da força destrutiva de suas armas para impor a outros povos e países suas necessidades imperialistas. Conforme Mészáros (2007, p.100):

O pluralismo no mundo do capital nada significa senão a *pluralidade de capitais* que não admite nenhuma consideração de igualdade. Pelo contrário, ele sempre se caracterizou pela mais pífida ordem de hierarquias estruturais e relações de forças correspondentes, que sempre favorecem o mais forte no seu impulso para engolir o mais fraco. Assim, dada a inexorabilidade da lógica do capital, era apenas uma questão de tempo até que o dinamismo do sistema atingisse, também no nível das relações entre Estados, o estágio em que uma única potência hegemônica submetesse todas as menos poderosas, independentemente do tamanho, e afirmasse seu direito exclusivo – em última análise insustentável e extremamente perigoso para o conjunto da humanidade – de ser o Estado do sistema do capital por excelência.

Por mais internacional que seja, o capitalismo (e os capitalistas com suas empresas transnacionais de hoje) não rompe com os interesses conflitantes, restritos ao enriquecimento particular de cada empresa/grupo/conglomerado individualizado. Portanto, os capitalistas se chocam entre si pela concorrência que leva ao monopólio. Os Estados nacionais não podem representar por sua própria natureza de poder político, limitado às necessidades das classes dominantes de cada país, um poder político de interesses globais, mundiais e igualitários. Sendo assim, as tensões sociais não se limitam às esferas individuais em competição na luta por sobreviver, mas também, e num volume e risco maior, resultam na “guerra” entre as diversas empresas transnacionais gigantescas em fazer crescer, expandir e manter seus lucros, com a ajuda e o apoio dos seus Estados nacionais em conflito.

Hoje, a competição entre grupos de empresas gigantescas e seus governos tem um importante elemento limitante: o enorme poder dos Estados Unidos, que tendem perigosamente a assumir o papel do

Estado do sistema do capital em si, submetendo, por todos os meios ao seu alcance, todas as potências rivais (MÉSZÁROS, 2007, p.98).

O discurso do *respeito, da paz, da justiça* entre os povos não revela, em sua superfície, os conflitos e riscos crescentes entre os interesses antagônicos dos diversos capitalistas, com seus limitados poderes políticos nacionais. Desse modo, o discurso dos valores sobre o *respeito* silencia também o poder político dos Estados Unidos restrito aos seus interesses localizados, como se fossem os interesses da globalidade do sistema do capital. No entanto, os conflitos se aguçam mais ainda na crise do sistema, e por isso, abre-se como possibilidade histórica a fragilidade cada vez maior de os Estados Unidos manterem este domínio com a “concordância” de muitos dos países avançados ou em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LUKÁCS, G. O Trabalho: In: *Per una Ontologia dell'essere sociale*. Roma: Riuniti, 1981. (Tradução Mimeogr. de Ivo Tonet)

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORLANDI, Eni. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2008.

PINASSI, Maria Orlanda. *Da miséria ideológica à crise do capital – uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo, 2009.

TONET, Ivo. *Educação, Cidadania e Emancipação Humana*. Ijuí: Editora Unijuí, 2005. (Coleção Fronteiras da Educação)

UNESCO. *Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, 2005 – 2015: documento final do esquema internacional de implementação*. Brasília, 2005.

UNESCO/IBAMA. *Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas*. Brasília: Ed. IBAMA, 1999.

ⁱ Prof. Adjunto da Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca - na disciplina de Pesquisa Educacional.

RECEBIDO EM: 20/11/2010
APROVADO EM: 29/11/2010

PRÁXIS E FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE: UMA INCURSÃO NO PENSAMENTO LUKACSIANO

PRAXIS AND FORMATION OF PERSONALITY: NA IN THOUGHT INCURSION LUKACSIAN

Epitácio Macário¹

Resumo

O artigo procura evidenciar a relação ente práxis e formação da personalidade na perspectiva do pensamento de Gyorgy Lukács. A caracterização do trabalho e da práxis social conduz à constatação de que a ação do homem sobre a natureza e a sociedade é transformadora e opera decisões entre alternativas. A personalidade constitui-se da cadeia de decisões operadas pelos indivíduos durante sua vida.

Palavras-Chave: Trabalho – Práxis Social – Individualidade – Personalidade

Abstract

The article tries to show the relation between praxis and the formation of personality from the perspective of thinking of Gyorgy Lukacs. The characterization of work and social praxis leads to the conclusion that the action of man over nature and society is transforming and operating decisions between alternatives. The personality is made up of the decision chain operated by individuals during their lifetime.

Keywords: Labour – Social Praxis – Individuality – Personality

Introdução: trabalho e práxis social

O homem é um ser automediador da natureza na medida em que sua atividade específica é consciente. O comparecimento da consciência proporciona que as atividades humanas sejam representadas mentalmente e com isto seja possível estabelecer, abstratamente, finalidades e meios de efetivação prática. Isto quer dizer que, pelo concurso da consciência, o homem toma sua atividade e o objeto dela como pergunta, como problema, não se identificando imediatamente com ambos – como é o caso dos animais.² É nisso que radica a possibilidade efetiva da transformação, isto é, o ser natural

homem pode tomar uma fração da natureza, senão todo o mundo exterior, como objeto de sua vontade. Somente porque a atividade com que o homem intercambia com o meio exterior é consciente, ele pode produzir objetos úteis sobre a base daquilo que a natureza oferece. Ser automediador tem, primeiramente, este significado: que um ser natural (o homem enquanto existência corpórea, objetiva) desencadeia um processo de transformação dos objetos com os quais se defronta (o meio natural) em seu próprio benefício, e só o faz porque é capaz de tomar todo o mundo objetivo e sua própria atividade como objeto de sua vontade.

Todavia, a ação que o homem desencadeia sobre o mundo exterior age sobre ele mesmo, operando transformações em si mesmo. Esta dialética da transformação do meio e de si mesmo é expressa por Marx (1983, p. 149), de maneira irretorquível, quando trata do trabalho na sua forma especificamente humana:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio.

Ora, o homem regula sua atividade sobre o meio externo, arrancando dele coisas, objetos (valores de uso) que não poderiam brotar da espontaneidade do movimento natural. Esta mesma atividade realiza mudanças nas forças naturais do homem, desenvolvendo capacidades que estavam adormecidas, engendrando novas habilidades e aptidões. Da mesma forma que a atividade consciente apropria-se das forças naturais dos objetos externos para pô-las segundo a vontade do homem, ao se efetivar ela implica que o homem controle suas forças tendo em vista o fim almejado. O desenvolvimento do trabalho resulta, assim, no avanço do controle sobre as forças da natureza externa e, ao mesmo tempo, no controle sobre as potências

naturais do próprio homem, controle dos instintos biologicamente fundados.³ Este desenvolvimento das forças naturais do homem e o conseqüente tomar consciência de tais é o segundo aspecto do conceito do homem como ser automeiado da natureza.

É necessário ainda citar que a atividade consciente (o trabalho e toda forma de práxis) é estruturalmente social, ou seja, ela sempre se efetiva mediada por uma forma particular de cooperação social. Com efeito, o trabalho na sua forma especificamente humana, pressupõe um modo de vida gregário em que as atividades vitais são divididas e combinadas.⁴ É esta a raiz do florescimento de um conjunto de atividades que já não se dirigem diretamente à transformação da natureza, mas se dedicam à organização da vida comunitária, da vida social. Dito de outro modo: a produção dos valores de uso pelo trabalho pressupõe a ativação de relações sociais, relações que, sendo ativas e não simplesmente guiadas por instintos biológicos, consistem em atividades conscientes que instauram a reciprocidade social. Compreendemos estas relações como complexos de atividades que tem o homem/sociedade como objeto, razão porque chamamo-las – em consonância com Lukács – de práxis social. Trata-se de atividades que mediam as relações recíprocas entre os homens, entre o homem singular e o gênero e entre o homem e sua essência.⁵

Automeiar-se com a natureza e com a realidade social significa, portanto, que o homem integra o quadro destas realidades, é parte delas; porém, é parte ativa cuja atuação imprime mudanças em si mesmo e na própria materialidade (natural e social). No escopo da atividade consciente, ele (o homem) desencadeia um processo sempre dinâmico de apropriação subjetiva dos conteúdos naturais e sociais, bem como opera escolhas entre alternativas objetivamente existentes. No trabalho, o homem tem de confrontar a finalidade estabelecida mentalmente – finalidades que ao fim e ao cabo respondem a necessidades postas pelo desenvolvimento social – com as condições materialmente existentes (na natureza) e decidir quais possibilidades operar. O êxito ou fracasso da atividade será provado pelo objeto criado, se provido ou desprovido de utilidade. É assim que se engendram os valores de uso voltados

a prover necessidades do homem/sociedade. É assim, também, que se funda o dever-ser como norma orientadora da ação do homem tendo em vista alcançar um fim específico – no caso, um produto que responda a necessidades postas pela sociedade onde o homem vive e se reproduz. Na medida em que o método utilizado, o *modus operandi*, a forma de realização das atividades laborais resultam em sucesso ou em fracasso, vão-se fundando e generalizando normas que assumem a forma de dever-ser no plano da subjetividade.

O mesmo ocorre no terreno da práxis social, sendo que, neste caso, os valores já não são materializados em coisas (valores de uso), mas assumem a forma de valores espirituais. Inobstante, eles são processados segundo a sua “utilidade” para as forças que disputam a hegemonia do metabolismo social. Eles expressam, no plano espiritual, relações concretamente existentes, sedimentando-se na esfera do *habitus*, no complexo da moral, da estética e da ética. A consciência apropria-se destes valores, transformando-os no dever-ser que parametriza e orienta a ação do homem no mundo social. Ocorre aqui, *mutatis mutandi*, um símile do que acontece no trabalho: na práxis social, os indivíduos fazem escolhas sempre em face das possibilidades concretamente existentes e orientados por um dever-ser que expressa, subjetivamente, valores enraizados na materialidade das relações sociais.

Práxis, generidade e individualidade

A conduta do homem para com o seu meio, natural e social, é ativa. Através do trabalho ele interfere na ordem causal da natureza fazendo brotar das premissas existentes formas de objetividade totalmente novas. Por meio da práxis social, os homens objetivam relações sociais, complexos mediadores, instituições, que esteiam a própria sociedade. O conjunto das objetivações oriundas do trabalho e da práxis social constitui o mundo essencialmente humano, o gênero humano. Como tal, o gênero tem uma existência objetiva, que ultrapassa a interioridade do indivíduo e evolui segundo leis próprias.

Porém, e este é o outro lado, trata-se de uma forma de realidade engendrada pelos atos teleológicos dos indivíduos. Assim, pois, o surgimento e evolução do gênero humano – e a reprodução da sociedade em cada momento histórico – só pode ocorrer pela mediação da ação dos indivíduos. São estas ações que se sintetizam no fluxo das relações travadas no trabalho e na práxis social, dando origem a uma dinâmica que vai além das posições teleológicas singulares. As relações assim fundadas sobre atos teleológicos assumem legalidade própria e se mostram como objetividades, como causalidades postas relativamente independentes da vontade dos indivíduos singulares.⁶

Assim, indivíduo e sociedade constituem dois pólos ontologicamente diferentes cuja existência e evolução se processam um por meio do outro. Nesta dinâmica de transformação da genericidade em individualidade e vice-versa, as leis que presidem a totalidade é que exercem o papel de momento predominante, sem que isto diminua o papel ativo do indivíduo na sociedade.

O gênero humano consiste, pois, no acúmulo e fixação dos fatores que se mostraram essenciais no curso da experiência humana. Trata-se das capacidades e forças produtivas, dos conhecimentos e saberes, dos valores e bens simbólicos que se fixaram e constituem a memória da evolução histórica das sociedades humanas. A continuidade da experiência humana já não se fixa no código genético dos exemplares da espécie como uma sua dimensão biológica, consoante acontece com os demais seres vivos. Ela se fixa e acumula em vetores externos aos indivíduos: nas relações sociais, na linguagem, nos instrumentos, nas instituições sociais (educação, por exemplo), nos conhecimentos sobre a natureza e a sociedade, nos valores espirituais materializados nos costumes, na moral, na ética.⁷

Ora, o que são estes vetores materiais que conservam a experiência humana senão algo que se ergue das sínteses relacionais das posições teleológicas que foram resolvidas com êxito e engastaram-se no *continuum* social? Com efeito, se o desenvolvimento da sociedade é que põe as necessidades e delimita concretamente o espaço das perguntas e respostas possíveis, não menos verdade é que os indivíduos reagem a tal quadro ativamente, pondo novas finalidades, escolhendo dentre as alternativas

presentes aquela mais adequada ao fim posto idealmente e realizando-a praticamente.

É bem verdade que todo ato de objetivação implica que o indivíduo incorpore a experiência passada como premissa necessária à realização do fim posto no presente. Porém, na medida em que ele se põe diante de problemas novos e mutáveis, postos em circunstâncias sempre novas, - problemas aos quais tem de responder sob pena de ruína -, aquilo de que se serviu como base para sua ação (o conhecimento, os valores predominantes) é reelaborado em face dos novos desafios postos no presente. Ademais, todo ato de objetivação (no trabalho e na práxis social) se realiza sobre um conhecimento prévio, mas, como já vimos, adentra o desconhecido trazendo à vida novos conhecimentos. Uma vez respondido o problema de forma exitosa, as novidades adquiridas no curso da objetivação reentram no *continuum* social, desenvolvendo as forças da sociedade como um todo, ou as forças do gênero. É assim que se processa a continuidade na reprodução do ser social: como movimento bipolar onde a sociedade (ou o grau de ser mais imediato, a classe, por exemplo) põe as necessidades e delimita o campo das possibilidades de resposta e os indivíduos reagem a estes condicionamentos de forma ativa, escolhendo entre as alternativas possíveis. Ela se processa, pois, numa dinâmica que reproduz o já adquirido, impulsionando-o para além de si mesmo; trata-se de um movimento caracterizado pela permanência na contínua mudança. Nas palavras de Lukács:

A continuidade (...) não é jamais um simples manter fixo aquilo que já foi alcançado, mas também, sem que cesse este trabalho de fixação, um ininterrupto progredir para além, e esta dialética da superação, a unidade contraditória do conservar e do proceder adiante, opera em todos os estágios. (1981, p. 198).

Compreende-se, desta forma, que mesmo a reiteração do modelo social presente não é um mero afirmar-se da lei geral sobre as consciências dos indivíduos. Trata-se, antes, de um processo muito ativo, onde os indivíduos acolhem a pressão social – geralmente exercida de forma anônima e por meio de muitas mediações – transformando-a nas finalidades que orientam suas

escolhas alternativas no seu agir cotidiano. Da mesma forma e com o mesmo grau de necessidade, o reforçamento das tendências de mudança desabrochadas na dinâmica social encontra nas finalidades, nas escolhas e nos atos operados pelos indivíduos seu momento vivificante. Nesse sentido, a práxis constitui o motor do processo social, seja ela reiterativa ou transformadora, processada por meio das escolhas e dos atos dos indivíduos singulares. Em todo o caso, a apropriação das forças acumuladas no plano genérico e seu processamento por meio dos atos individuais é uma condição irrevogável, tanto do ponto de vista da reprodução da sociedade quanto da formação da individualidade.

Práxis, individualidade e personalidade

O que se expôs até aqui permite afirmar que o desenvolvimento da individualidade está na razão direta da apropriação ativa das forças e potências engendradas no plano genérico. A organização biológica, os elementos genéticos, os instintos, continuam como base ineliminável da existência e evolução da individualidade. Todavia, esta base é transformada, ela mesma, através da apropriação daquelas objetivações que constituem o gênero humano – o mundo da cultura, se assim se quiser. Por isto, a incorporação destes elementos na esfera da individualidade – algo que se processa mediado pela práxis do homem no mundo – consiste no momento predominante do processo de individuação. Com efeito, os próprios instintos e sentidos são engastados num processo de humanização precisamente e na medida em que, através da práxis, os homens acolhem em si uma cada vez mais extensa malha de categorias essencialmente sociais, recobrando aqueles elementos puramente biológicos.⁸

A práxis é, pois, a mediação pela qual os indivíduos se apropriam da generidade, tornam-se humanos à proporção que humanizam seus próprios sentidos, suas pulsões e potências biológicas. Neste mesmo ato, eles transformam o mundo exterior, a natureza e a sociedade. Nas belas palavras de Lukács:

Desde o primeiro trabalho, como gênese da humanização do homem, até as mais sutis decisões psicológicas e espirituais, o homem constrói o seu mundo externo, contribui para edificá-lo e aperfeiçoá-lo e, ao mesmo tempo, com estas mesmas ações, constrói a si mesmo, passando da mera singularidade natural à individualidade no interior de uma sociedade (1981, p. 261).

Mas aqui é preciso retomar um aspecto da questão já levantado. A práxis do indivíduo, as finalidades e as escolhas que realmente se efetivam, não se dão num vazio de determinações. Pelo contrário, o indivíduo age em circunstâncias bem determinadas. E estas determinações constituem, precisamente, as mediações por meio das quais ele se apropria do patrimônio genérico. Quer-se dizer que entre a esfera individual e a genérica interpõe-se um conjunto complexo de relações socialmente estabelecidas que determina, com força de lei, o lugar e a posição de cada um no gradiente da divisão social do trabalho, bem como seu pertencimento a uma classe ou segmento de classe. Este fato não é inócua para o processo de individuação porque ele condiciona a apropriação desigual do patrimônio genérico, rebaixando as possibilidades concretas de evolução e enriquecimento (material e espiritual) dos trabalhadores em benefício do acúmulo privado de riqueza do lado da burguesia e submetendo ambos à alienação.

A divisão social do trabalho e sua forma mais evoluída – a segmentação da sociedade em classes estruturalmente antagônicas – delimita concretamente o espaço de reprodução das individualidades, põe as necessidades e possibilidades a que os indivíduos reagem ativamente. A classe não suprime as singularidades dos indivíduos, não os dissolve numa massa homogênea, mas põe, efetivamente, as condições gerais sobre as quais os indivíduos desenvolvem sua práxis, realizam suas escolhas.

A individualidade carrega, assim, as marcas destas circunstâncias que, afinal, fornecem o material e os meios de sua atividade. Se tomarmos a própria organização biológica, os instintos, as pulsões naturais dos indivíduos enquanto possibilidades, veremos que algumas se tornam ato e outras são preteridas, permanecendo no seu em si como mera possibilidade. O grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais, bem como a classe à qual pertence o indivíduo é que fornecerá as possibilidades concretas

da atualização destas potencialidades. Pensamos nas premissas biológicas do ouvido musical, da dexteridade e sensibilidade da mão e dos dedos para a execução de um piano; elas podem estar dadas no próprio corpo do indivíduo, mas sua efetivação e desenvolvimento dependerão das possibilidades materiais para o exercício e o cultivo de tal potência. As circunstâncias sociais podem atuar no sentido de facilitar ou obstaculizar o desenvolvimento destas potencialidades.

Por outro lado, o encadeamento de sons formando melodias, o instrumento musical (o piano) e os conhecimentos e habilidades necessárias à execução do instrumento já não são dimensões inscritas no indivíduo, mas criações puramente sociais que existem fora dele. Para incorporá-las em suas faculdades subjetivas, o indivíduo desenvolve uma atividade pela qual – e sempre por meio dos outros indivíduos – reproduz em si as faculdades objetivadas no próprio instrumento musical, faculdades que são resultado de toda a história passada da sociedade.⁹ As potências naturalmente dadas fornecem a base para a apropriação, por parte do indivíduo, da capacidade gerada socialmente (conhecimentos, habilidades, *modus operandi*). Como tal, constituem uma dimensão ineliminável do homem, mas no curso de sua efetivação por meio da práxis do indivíduo estas dimensões acolhem em si características puramente sociais, características estas que, ao fim e ao cabo, definem o caráter, a direção, a forma e o conteúdo de tais potencialidades.

Não é demais recordar que as possibilidades de acesso e cultivo destas habilidades, bem como a existência de pianos é uma determinação da sociedade e já não depende das potências naturais do indivíduo. Há, desta forma, uma clara e inequívoca determinação social da individualidade, o que permite a Lukács afirmar:

(...) ainda quando pensa agir por impulso de suas necessidades internas – nas suas ações e nos seus pensamentos, sentimentos etc. que as preparam, acompanham, aprovam e criticam – o homem dá sempre respostas práticas a dilemas práticos da vida que, todas às vezes, uma sociedade determinada (no imediato: a classe, o estamento etc. descendo até a família) lhe põe enquanto indivíduo que nela vive. Do momento do nascimento até o túmulo, esta obra determinativa – o campo para a resposta definido pela pergunta – não cessa nunca. (1981, p. 263)

Esta tese rompe com o princípio do liberalismo que centra todo o processo social no indivíduo, eclipsando os condicionamentos macro-estruturais ou então concebendo estes como simples derivação da escolha racional dos indivíduos tomados no seu isolamento. Consiste, ainda, numa crítica ferrenha das doutrinas imanentistas que concebem o processo evolutivo da individualidade como mero desdobrar de potenciais já presentes numa essência não histórica inerente ao indivíduo. Para estas concepções, a formação da individualidade não ultrapassa o caráter de um processo através do qual as potencialidades (a vocação, por exemplo) inscritas no indivíduo já no nascimento vão amadurecendo, aperfeiçoando-se no curso de sua vida. Para Lukács, e para todo o marxismo, o mundo humano é objetivado, é criado pela práxis dos homens em sociedade. Porquanto, o indivíduo se forma enquanto pertencente ao gênero humano ao fazer deste mundo objetivo, ao fazer dos objetos humanizados uma sua faculdade subjetiva. Talhada assim, a crítica marxista supera tanto a perspectiva liberal e essencialista quanto o materialismo mecanicista para quem o indivíduo é resultado direto e mecânico das circunstâncias.

Por outro lado, também não devemos esquecer que, cada uma de tais reações de um indivíduo ao seu ambiente social (inclusive a troca orgânica da sociedade com a natureza), tem sempre um caráter alternativo, compreende sempre em si, inevitavelmente, um sim ou um não (ou um 'voto de abstenção') frente à demanda posta pela sociedade (*Idem., ibidem.*)

O filósofo marxista opera, desta forma, uma superação dialética de ambos os pólos, repisando o *tertium datur* já instaurado por Marx expresso no postulado segundo o qual o homem faz a história, mas não em circunstâncias por ele escolhidas. Com efeito, a individualidade só pode ser pensada como processo formado pelas decisões assumidas e praticamente realizadas pelos indivíduos, decisões que se efetivam sobre possibilidades postas pela reprodução social como um todo ou pelo grau de ser no qual o indivíduo se reproduz.

A substância do indivíduo se constrói, pois, no curso de sua práxis, vale dizer, no fluxo das escolhas que ele opera durante a vida. Seu caráter define-se pelos tipos de escolhas que transforma em prática nas intermitentes e incontornáveis respostas que tem de articular em face dos imperativos postos pelo meio onde vive e se reproduz (a natureza e a sociedade). É isto que afirma o pensador húngaro:

Em cada indivíduo é latente um grande número de possibilidades /.../ mas seu verdadeiro caráter se realiza /.../ justamente quando e porque se traduz em ato uma certa possibilidade, e não outra. Naturalmente, mesmo a possibilidade enquanto tal faz parte do quadro complexivo do indivíduo, já que a sua superação é, também ela, objeto de uma decisão alternativa; mas determinante permanece a questão: ela é acolhida ou negada? Torna-se ação ou permanece uma mera possibilidade, definitivamente condenada a não se tornar operante? **A substância de um indivíduo é, portanto, aquilo que no curso da sua vida se compõe como continuidade, direção, qualidade da ininterrupta cadeia destas decisões** (Lukács, 1981, p. 262. Negritos nossos).

As decisões objetivadas pelo indivíduo no curso de sua vida constituem o momento definidor da sua substância, do ser-preciamente-assim da sua individualidade. É precisamente este decidir entre alternativas reais que particulariza os indivíduos, que os diferencia uns dos outros. Com efeito, a própria constituição biológica singulariza os indivíduos, instaura-os como organismos irrepetíveis, cujas pulsões e sentidos só podem ser diferentes, singulares. Por isto a forma de sensibilizar o mundo exterior e com ele se relacionar, a forma de reagir aos constrangimentos postos pela sociedade ou dados pelo meio natural, já incorpora uma diferença elementar dada nos atributos instintivos primários. Mas, como vimos, estas pulsões se exercem mediadas por categorias puramente sociais, isto é, a sociedade é que põe o material e os meios de efetivação das forças e potências do homem. Para realizar praticamente estas potencialidades, o homem desenvolve uma atividade sobre as condições oferecidas pelo meio no curso da qual ele tem de dirigir seus próprios instintos, direcionar sua vontade, lutar contra aquilo que há nele de puramente biológico para adequá-los à finalidade, ao dever-ser vinculado ao fim almejado.

Com isto, aquilo que preside a diferença no plano biológico, instintivo, vai sendo recoberto por conteúdos puramente sociais. Noutras palavras, a diferenciação entre os indivíduos deixa de ser puramente natural e assume um caráter essencialmente social na medida em que as possibilidades de exercício das potências individuais são postas pela sociedade e as faculdades subjetivas vão se formando no ininterrupto processo de objetivação da práxis desses indivíduos.

Por meio da práxis (que pressupõe realização prática de escolhas singulares), os indivíduos reentram na esfera da generidade mediados pelo conjunto de relações sociais que estabelecem as condições de efetivação das suas escolhas. Ao mesmo tempo, as relações que condicionam a práxis individual consistem nos dutos dinâmicos pelos quais as energias e forças do gênero se particularizam e fecundam a dimensão individual. Como tais, estas relações constituem um campo de mediações (a particularidade) às quais os indivíduos reagem decidindo entre alternativas.

O fato, pois, de pertencerem à mesma particularidade (a classe, o segmento de classe, o ambiente sócio-cultural etc.) não elimina a diferença entre os indivíduos, na medida em que, em seus atos, eles operam escolhas singulares que impactam de maneira diferente as faculdades subjetivas. Estas decisões desencadeiam transformações de profundidade nos sentidos subjetivos, instaurando assim uma forma ímpar de singularidade mediada socialmente, a personalidade. Esta é tão mais desenvolvida e afirmada, quanto mais o indivíduo é capaz de tomar suas potências interiores e as circunstâncias históricas como objeto de reflexão e decisão consciente. Refletindo sobre as decisões tomadas pelo indivíduo como móvel de sua formação, a filósofa Ester Vaisman (2009, p. 456) afirma:

Vale dizer, mesmo que tais decisões sejam tomadas em meio às possibilidades efetivamente existentes, e não a partir de uma “vontade transcendental”, tais decisões carregam aspectos diretamente vinculados à subjetividade que as tomou. É nessa medida que nos sentimos autorizados a afirmar que a dimensão mais relevante da formação da individualidade é sua autoconstituição, pois se trata, finalmente, de um só e único processo que diz respeito tanto à constituição do gênero quanto do indivíduo, no interior do qual a

dimensão ativa, que é atributo específico da existência humana, se encontra circunscrita apenas pelo próprio indivíduo.

Segundo este ponto de vista, a essência do indivíduo, seu caráter, sua personalidade, não podem mais ser buscados em esferas extra-mundanas ou numa generidade manifestada imediatamente no indivíduo (Feuerbach), nem na pura interioridade, tampouco numa ação mística exercida pelo meio sobre o homem. A individualidade e a personalidade edificam-se no curso da ação prática que o homem exerce sobre as circunstâncias postas pela dinâmica social e pela relação da sociedade com a natureza. Com isto a afirmação do materialismo dialético segundo a qual o homem é o processo dos seus atos é substantivada.

Referências Bibliográficas

DUARTE, N. **A individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-crítica da formação do indivíduo. 2. ed. Campinas/SP: autores Associados, 1999.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Portugal: Livros Horizonte, 1978.

LESSA, S.. **Mundo dos homens** – trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LUKÁCS, G. Il lavoro. In:_____. *Per l'ontologia dell'essere sociale*. Roma: Riuniti, 1981a. v. 2, p.11-131(Traduzido para o Português pelo prof. Ivo Tonet).
_____. La riproduzioni. In:_____. **Per l'ontologia dell'essere sociale**. Roma: Riuniti, 1981b. v. 2, p. 135-331 (Traduzido para o Português pelo prof. Sérgio Lessa).

_____. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1975.

_____. **Para a crítica da economia política**. Trad. Edgard Malagod *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **O capital**. Livro primeiro, V. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Introdução de Eric Hobsbawm. Trad. João Maia. 6^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Organizado e traduzido por Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VAISMAN, E. Marx e Lukács e o problema da individualidade: algumas aproximações. *In: Revista Perspectiva*, v. 27, n. 2, Florianópolis/SC: UFSC, jul-dez de 2009 (p. 441-459).

¹ Professor de Economia Política e Filosofia do Trabalho na Universidade Estadual do Ceará. Email: macarius@oi.com.br

² Cf. Marx (1975, p. 164-65): “O animal identifica-se imediatamente com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É a *sua própria atividade*. Mas o homem faz da atividade vital o objeto da vontade e da consciência. Possui uma atividade vital consciente. Ela não é uma determinação com a qual ele imediatamente coincide”.

³ Cf. Lukács (1981, p. 52) que, ao analisar o ato do homem de lapidar uma pedra para utilizá-la como instrumento, afirma: “(...) aquilo que acontece com o ser natural da pedra (...), acontece também com os seus movimentos etc., na sua origem biológico-instintivos. O homem deve pensá-los expressamente para aquele determinado trabalho e executá-los em contínua luta contra aquilo que há nele de meramente instintivo, contra si mesmo”.

⁴ O gregarismo que está na origem do homem foi uma condição para o surgimento do trabalho na forma especificamente humana, conforme Marx (1991, p. 66): “[a] comunidade tribal espontânea ou, se preferirmos dizer, a horda constitui o primeiro passo para a apropriação das condições objetivas de vida, bem como da atividade que a reproduz e lhe dá expressão material, tornando-a objetiva (atividade de pastores, caçadores, agricultores etc.)”.

⁵ Na sexta tese sobre Feuerbach Marx e Engels (2007) escrevem: “Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência *humana*. Mas a essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade ela é o conjunto das relações sociais.

⁶ A dinâmica social, suas leis e regularidades têm sua origem nos atos teleológicos dos indivíduos, mas, na sua globalidade, o processo social exibe um claro e inequívoco caráter causal. Quer-se dizer com isto que não há, nem pode haver, uma teleologia presidindo o movimento global da história. Quanto a este ponto de vista, Lukács é irreduzível: “Nos processos concretos, porém, não se pode encontrar nenhuma força motriz teleológica. Em cada etapa singular, e na passagem àquela sucessiva [passagem de uma esfera ontológica a outra; passagem de uma formação social a outra], podem ser identificadas somente conexões causais e as interações que elas constituem. Até no ser social, onde sem dúvida as posições teleológicas singulares operadas pelos homens têm caráter teleológico, as suas interações reais têm sempre um caráter causal puro. A essência destas posições teleológicas /.../consiste precisamente em colocar em movimento cadeias causais cujas consequências – causalmente determinadas – vão muito além do conteúdo da posição teleológica em si” (1981: 167-8).

⁷ Na produção da vida material, os homens contraem relações materiais responsáveis pelo engendramento de uma força qualitativamente diferente da soma das forças individuais: as forças genéricas. Isto se processa independentemente do conhecimento dos indivíduos, porquanto os seus interesses são delimitados pela busca de eficácia na resposta a um carecimento imediato. Por isso, a consciência subjetiva que preside os atos singulares não toma a realidade social como referência, mas ilumina, de forma mais ou menos abrangente, apenas aquele setor e aquelas circunstâncias da realidade mais diretamente ligadas à realização da finalidade específica. “Todavia – assevera Lukács – não nos esqueçamos que, se do ponto de vista da consciência subjetiva está em primeiro plano a reprodução do indivíduo particular, objetivamente os atos práticos do homem, na sua grande maioria, reentram na esfera da generidade, mesmo que este nexa não seja dado à consciência do indivíduo” (1981, p.185). Os atos singulares reentram na generidade na medida em que se sintetizam em relações objetivas. Para nosso autor, “é nestas somas e sínteses que se exprime /.../ a continuidade do social. Elas constituem um tipo de memória da sociedade, que conserva o adquirido do passado e do presente fazendo deles os veículos, as premissas, os pontos de apoio para o desenvolvimento futuro” (*Idem.*, 186).

⁸ Isto é plasticamente verificável no plano da sexualidade, pois sua evolução através dos tempos mostra um crescimento constante de conteúdos puramente sociais que interferem,

inclusive, sobre o erotismo, sobre a atração entre os sexos. Pense-se, por exemplo, na utilização de cosméticos, na modelação do corpo por meio de exercícios e intervenções cirúrgicas, nas formas de vestir o masculino e o feminino, nos vários tipos de fetiches arquitetados pela indústria, na venda e socialização de imagens eróticas e pornográficas através da rede de computadores. Se não for demasiadamente nostálgico, citamos, ainda, o cortejo, os rituais de namoro que constituem (constituíam?) mediações puramente sociais da relação sexual. Todos estes elementos são criações puramente sociais que interferem, profundamente, na forma e no conteúdo do erotismo e da relação sexual entre as pessoas. A base instintiva da relação entre os sexos não deixa de existir, mas é recoberta por conteúdos puramente sociais.

⁹ Cf. Marx (1975, p. 199): “O sentido musical do homem só é despertado pela música. A mais bela música *nada* significa para o ouvido completamente amusical, não constitui nenhum objeto, porque o meu objeto só pode ser a confirmação de uma das minhas faculdades. Portanto, só pode existir para mim na medida em que a minha faculdade existe para ele como capacidade subjetiva, porque para mim o significado de um objeto só vai até onde chega o *meu* sentido (só tem significado para um sentido que lhe corresponde). Por consequência, os *sentidos* do homem social são *diferentes* dos do homem associal. Só através da riqueza objetivamente desenvolvida do ser humano é que em parte se cultiva e em parte se cria a riqueza da sensibilidade subjetiva *humana* (o ouvido musical, o olho para a beleza das formas, em suma, os sentidos capazes de satisfação humana e que se confirmam como faculdades *humanas*). De fato, não são apenas os cinco sentidos, mas também os chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor, etc.), numa palavra, a sensibilidade *humana* e o caráter humano dos sentidos, que vêm à existência mediante a existência do *seu* objeto, através da natureza *humanizada*. A *formação* dos cinco sentidos é a obra de toda a história mundial anterior”.

RECEBIDO EM: 08/11/2010

APROVADO EM: 30/11/2010